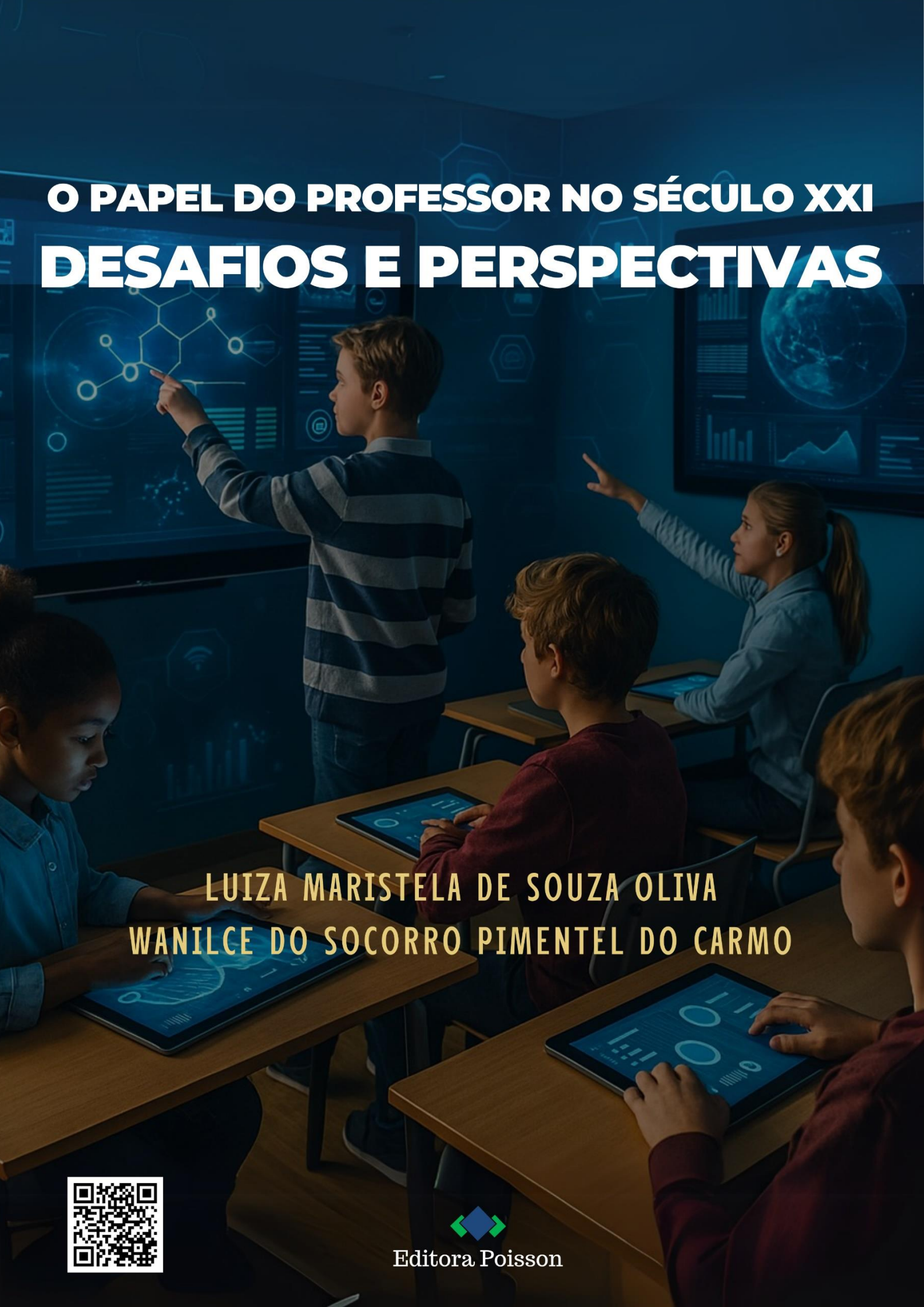
O PAPEL DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI

DESAFIOS E PERSPECTIVAS



LUIZA MARISTELA DE SOUZA OLIVA
WANILCE DO SOCORRO PIMENTEL DO CARMO

Editora Poisson

Luiza Maristela de Souza Oliva
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo
Organizadoras

O papel do professor no século XXI desafios e perspectivas

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2025

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O11
O papel do professor no século XXI: desafios e perspectivas / Organização: Luiza Maristela de Souza Oliva; Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo – Belo Horizonte– MG: Editora Poisson, 2025

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-510-6
DOI: 10.36229/978-65-5866-510-6
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ensino 2.Educação I. OLIVA, Luiza Maristela de Souza II. CARMO, Wanilce do Socorro Pimentel do III.Título

CDD-370

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

Organizadoras

Luiza Maristela de Souza Oliva

Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Pós-graduada em Psicopedagogia e Mestre em Engenharia de Produção, todos os cursos supracitados foram realizados na Universidade Federal do Amazonas. Durante o período da pandemia, preocupada em manter a qualidade de suas aulas, especializou-se em Neuropsicopedagogia, ampliando a visão sobre a educação e o desenvolvimento humano. Desde 2000, atua como docente, tendo ministrado aulas na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC-AM) no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de lecionar no Ensino Fundamental II.

A partir de 2008, ministra aulas na Graduação, o que lhe rende uma experiência de mais de 25 anos no universo acadêmico. Atualmente, é professora orientadora da Faculdade de Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

Sua vivência diversificada enriquece sua prática pedagógica, auxiliando-a na utilização das metodologias ativas, as quais promovem o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem.

Como neuropsicopedagoga, também se dedica ao desenvolvimento da inteligência emocional em seu alunado, reconhecendo a importância dessa habilidade tanto para o sucesso acadêmico, quanto para o pessoal.

Sua atuação na Comissão de Correção das provas de redação dos Processos Seletivos da Universidade Federal de Amazonas por mais de 23 anos e ainda como Corretora de redação em outros processos, inclusive nacionais, demonstra seu compromisso com a excelência na Educação.

Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo

Bacharel em Administração, licenciatura em Filosofia, Pós em Metodologia do Ensino Superior, Mestrado em Ciências da Educação, cursando doutorado em Educação, experiência na organização de eventos no Centro Universitário- Fametro, referente a semana do Administrador, organização e exposição de projetos de pesquisa na FAMETRO, Orientadora de TCC 7 e 8 período no curso de administração projeto de pesquisa e artigo científico TCC- finalistas em diversas áreas como: gestão de pessoas; empreendedorismo, responsabilidade socioambiental, terceiro setor; professora no curso de serviço social, arquitetura, curso tecnólogo em gestão da qualidade, técnico de segurança do trabalho, logística, gestão de recursos humanos, ciências contábeis, professora de pós graduação no Centro Universitário- FAMETRO, Faculdade Montenegro, FATEAMA, FAFIBE, e atuando nos municípios de Manaquiri, Urucará pela Faculdade Faeco e Flated. Professora no CETAM com o curso técnico administrativo, consultora e gestão de negócios de empresas no item treinamento e desenvolvimento, gestora comercial do Polo Cruzeiro do Sul (2021 EAD) e experiência na área de educação a distância, orientadora de quatro livros com artigos científicos totalizando 65(artigos), em diversas áreas do conhecimento, organizadora do livro Muito mais que Saudade publicado (2022).

Orientadora na publicação de 17 (dezessete artigos científicos no curso de Ciências Contábeis, no ano de 2023 e 2024, e-books), no Centro Universitário (Fametro),

Publicação de e-book no curso de Ciências contábeis (2024). Integrante do grupo de pesquisa/cnpq: alternativas inovadoras para o ensino de ciências naturais na amazônia (Aiecam) da UEA. Organizadora da I Conferencia Latino Americana, Manaus/AM, reunindo 15 paises e 6 estados brasileiros, (totalizando 320 participantes).

Obs.: Experiência como gestora comercial em captação de clientes na área de conservação e limpeza, recursos humanos (mão de obra temporária). Na empresa Zelar Serviços.

Prefácio

Muito me honra prefaciar o volume I do Livro "O Papel do Professor no Século XXI: Desafios e Perspectivas" – asseguro que está obra certamente apresentará uma contribuição significativa numa temática que está em constante transformação, refletindo as mudanças tecnológicas, econômicas e sociais que permeiam a educação. Aqui estão alguns desafios e perspectivas que os docentes enfrentam neste novo cenário:

Desafios

1. Inovação Tecnológica: Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, os professores precisam se adaptar a novas ferramentas e metodologias de ensino, como aulas online, plataformas de aprendizado e o uso de recursos multimídia.
2. Diversidade e Inclusão: As salas de aula são cada vez mais diversificadas. Os professores precisam estar preparados para lidar com alunos de diferentes origens culturais, sociais e com necessidades especiais, promovendo um ambiente inclusivo.
3. Desmotivação dos Alunos: Muitos estudantes enfrentam desinteresse pela educação tradicional. Os professores devem encontrar maneiras de engajar os alunos, usando abordagens práticas e interativas que ressoem com suas experiências e interesses.
4. Formação Contínua: A necessidade de atualização constante é um desafio. Os professores devem buscar formação contínua para se manterem informados sobre novas metodologias de ensino, conteúdos curriculares e tendências educacionais.
5. Carga de Trabalho e Pressões Administrativas: Além de ensinar, muitos professores enfrentam a pressão de cumprir com avaliações, relatórios e outras exigências burocráticas, o que pode sobrecarregar suas rotinas.

Perspectivas

1. Educação Personalizada: Com a tecnologia, é possível oferecer caminhos de aprendizado mais personalizados. Professores podem usar dados para entender melhor as necessidades de cada aluno, adaptando o ensino para atender a essas necessidades específicas.
2. Colaboração e Comunidade: No século XXI, o trabalho em colaboração entre professores, família e a comunidade educacional se torna essencial para o sucesso dos estudantes. A construção de uma rede de apoio é importante para o desenvolvimento integral do aluno.
3. Desenvolvimento de Competências Socioemocionais: Os professores têm um papel vital na formação das competências socioemocionais dos alunos, preparando-os para enfrentar desafios na vida pessoal e profissional.
4. Educação para a Cidadania Global: O mundo está interconectado e a educação deve preparar os alunos para serem cidadãos globais. Isso envolve promover a empatia, a consciência social e a responsabilidade global.

Prefácio

5. Aprendizado ao Longo da Vida: Professores também devem ser exemplos de aprendizado contínuo, incentivando seus alunos a valorizarem a educação ao longo da vida e a se adaptarem às mudanças.

Em suma, o papel do professor no século XXI é multifacetado e apresenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades únicas para moldar a educação de maneira mais eficaz e inclusiva. Adaptar-se e inovar se tornam fundamentais para garantir um ensino que prepare os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

Quero aqui ressaltar o trabalho, empenho, dedicação e competências acadêmicas das Mestras Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo e Luiza Maristela de Souza Oliva, assim, como os demais Professores envolvidos direta ou indiretamente na construção desta obra.

Agradeço ainda o apoio e a confiança da Prefeitura Municipal de Manaus, por meio da parceria do Programa Bolsa Universidade junto a nossa Faculdade de Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE, pois somente assim pudemos publicar esta obra e beneficiar nossos acadêmicos.

Amós Braga

Mantenedor Educacional

SUMÁRIO

Capítulo 1: A formação pedagógica e seu impacto nas práticas docentes no ensino superior 09

Hadassa Feitoza de Medeiros, Janaynna dos Santos Oliveira Procopio, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.01

Capítulo 2: Formação e atualização docente através da educação a distância 19

Franklin Soares Valente, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.02

Capítulo 3: Deficiência visual: o processo para inclusão de alunos no meio educacional e sua adaptação atualmente 33

Ivan Caldas da Silva, Nara Batista Pucu Melo, Thaiane Nunes de Oliveira Henriques, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.03

Capítulo 4: A transformação do docente de contabilidade nos saberes e competências para um mundo em revolução: a importância do desenvolvimento prático na disciplina de Contabilidade Geral 41

Gildeone de Oliveira Mimoria, Jacob Maia Bezerra, Pablo Bezerra da Costa, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.04

Capítulo 5: A Inteligência Artificial e a sua contribuição para o plágio acadêmico no ensino superior 51

Andrielly de Araújo Moraes, Cristiano Raimundo Barbosa Lira, Lucas Galvão Guimarães, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.05

Capítulo 6: Perspectivas de ingresso no ensino superior por estudantes da educação de jovens e adultos 59

Wanclei Donai Bentes, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.06

Capítulo 7: Síndrome de Burnout em profissionais da docência do ensino superior do Amazonas: fatores de risco e estratégias de prevenção 69

Aline Araújo da Silva, Ana Cristina Canto das Neves, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Consciência fonológica: fundamento essencial para a construção do processo de alfabetização na educação infantil..... 77

Fabiana Alves da Silva, Flaviane da Costa Torres, Iraildes Nazeazeno Silva, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.08

Capítulo 9: A importância das brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil..... 87

Aliny Cristina Lima dos Santos, Kelly Queiroz Saboia, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.09

Capítulo 10: A oralidade e a escrita: dois conceitos indissociáveis na alfabetização..... 98

Hosana Camila Nunes do Nascimento, Maria Aparecida Colares, Rafaela Caroline Dirane dos Santos, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.10

Capítulo 11: A educação inclusiva e a alfabetização de crianças no Espectro Autista.. 106

Lizete da Cruz Souza, Rosenilda Ramos Santos, Rossilene Gonçalves de Lima, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.11

Capítulo 12: A escola como agente de transformação social: práticas de letramento crítico para combater desigualdades..... 115

Joelma Silva da Costa, Pedro Jorge Izidoro dos Santos Neto, Renata Costa Ferreira, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.12

Capítulo 13: A importância da literatura infantil para o letramento cultural..... 124

Rosete Queiróz Ferreira Conceição, Samira Mis da Silva Rodrigues, Vitória Andrade da Silva, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.13

Capítulo 14: A contribuição dos jogos e o impacto na aprendizagem: metodologias lúdicas na alfabetização 133

Patrick James Cordeiro dos Santos, Thâmara Regina Rodrigues de Meireles, Luiza Maristela de Souza Oliva

DOI: 10.36229/978-65-5866-XXX-X.CAP.14

Capítulo 1

A formação pedagógica e seu impacto nas práticas docentes no ensino superior[1]

Hadassa Feitoza de Medeiros[2]
Janaynna dos Santos Oliveira Procopio[3]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[4]

Resumo: Este estudo investiga a relação entre a formação pedagógica dos docentes e a qualidade do ensino superior, destacando a importância de práticas inovadoraspara atender às necessidades contemporâneas. O objetivo principal é analisar como a qualificação docente contínua influencia o desempenho e contribui para a melhoria da aprendizagem. O estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, envolvendo teorias e pesquisas enfatizando a necessidade de aliar o conhecimento teórico à prática docente. Os resultados indicam que a formação pedagógica promove a adoção de metodologias ativas, técnicas educativas e estratégias de avaliação formativa, criando ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, inclusivos e eficazes. A conclusão é que investir na formação contínua de professores não só melhora a qualidade do ensino superior, mas também ajuda a formar alunos mais preparados e autónomos, com as necessidades do mercado de trabalho e da sociedade moderna.

Palavras-chave: Formação ; Ensino; Inovação Educacional; Aprendizagem.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento e do curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[2] Acadêmica do curso de pós-graduação do curso de Docência do Ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[3] Acadêmica do curso de pós-graduação do curso de Psicopedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[4] Docente e Orientadora do curso de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

A formação docente de professores do ensino superior é tema central nas discussões sobre a melhoria da qualidade do ensino nos cursos de graduação e o desenvolvimento de práticas inovadoras. Este processo de formação não se limita ao domínio de conteúdos específicos, mas inclui também competências docentes que promovam uma aprendizagem mais significativa e alinhada com as necessidades contemporâneas dos alunos.

O objetivo deste estudo é analisar a ligação entre a formação e a prática docente no ensino superior, destacando a sua importância para o desenvolvimento de estratégias de ensino mais eficazes e inclusivas. Além disso, buscamos demonstrar a relevância do tema diante das demandas atuais por um ensino superior que não apenas transmita conhecimento, mas também prepare os estudantes para enfrentarem os desafios do mercado de trabalho e da sociedade moderna.

Temos com base fundamentos teóricos de autores, este artigo explora a interface entre teoria e prática docente, enfatizando como o uso da formação continuada e de métodos ativos podem transformar o ensino e a aprendizagem .

2. DO APRENDIZADO À PRÁTICA: A CONEXÃO ENTRE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E ENSINO SUPERIOR.

A formação docente desempenha um papel fundamental na qualificação dos professores do ensino superior, pois vai além das ciências técnicas das disciplinas ministradas (SANTOS, 2016, p. 9). O cenário, a conexão entre o aprendizado teórico e a prática pedagógica mostra-se fundamental para uma educação mais relevante e voltada para o estudante. (JUNGES, 2025, p. 285).

Enquanto o conhecimento teórico fornece a base conceitual, a prática docente permite a aplicação de métodos, estratégias e técnicas para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. A questão da formação pedagógica do docente universitário vem sendo objeto de investigação em várias universidades brasileiras, mas não o bastante para identificar alguns elementos de sua estrutura organizativa e suportes teóricos que orientam seu processo de construção social.(Junges 2015, p. 287).

Para exercer a docência o professor necessita construir um conjunto de saberes e de conhecimentos específicos para desempenhar sua função como profissional da educação. (CORREA, 2013, p.321). Para atuar como docente, o professor precisa desenvolver um conjunto de saberes e conhecimentos específicos que sustentem sua prática como profissional da educação.

Os professores que conciliam a docência com uma atuação profissional no mercado de trabalho, exercendo atividades na área em que lecionam, são reconhecidos por sua competência e sucesso em suas profissões, como administradores, arquitetos, entre outros. (JUNGES, 2015, p 287)

A capacitação docente no ensino superior vai além da simples transmissão de conteúdos específicos, abrangendo o aprimoramento de habilidades essenciais para a atuação pedagógica, como a aptidão para planejar, facilitar e analisar os processos educativos. Nesse sentido, metodologias ativas, práticas de avaliação formativa e uso de tecnologia educacional são estratégias importantes para potencializar a autonomia e a participação ativa dos alunos. (CORREA, 2013, p.330).

Além disso, os professores universitários precisam adotar uma atitude reflexiva e crítica em relação às suas práticas docentes e segundo Santos (2016), essa perspectiva é coerente com a importância da análise contínua das experiências docentes para o aprimoramento profissional. (Souza,2020, p. 37)

Certamente, possibilita aos docentes ajustar as estratégias de ensino conforme as transformações nas demandas dos estudantes e nos cenários educacionais, sobretudo em uma época marcada por rápidas inovações tecnológicas e sociais.

3. A FORMAÇÃO DO DOCENTE COMO ALICERCE PARA PRÁTICAS INOVADORAS NO ENSINO SUPERIOR

A formação do docente não se inicia ao ingressar a faculdade, esse processo de aprendizagem vem desde as experiências vividas que ele adquire ao longo de sua trajetória de vida. Saberes e conhecimentos que contribuem para o desenvolvimento profissional e identidade docente. A formação pedagógica do docente é base fundamental para a implementar as práticas inovadoras no meio acadêmico

Segundo Morin (2002) e Behrens (2006), o constante processo de mudança e inúmeras inovações provocaram transformações, alterando a forma de a ciência encarar o conhecimento, enfatizando uma nova visão de mundo, de homem e de sociedade.

O mundo está em constantes mudanças e evoluções, e a educação deve acompanhar e preparar os alunos para o novo futuro e seus desafios, por isso a importância da qualificação contínua dos docentes para exercício de práticas inovadoras que sejam eficientes, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino. Capacitar os docentes para desenvolverem tais práticas inclui o uso de novas tecnologias ativas, como as gamificações e a sala de aula invertida, promovendo um aprendizado interativo e engajado. Docentes bem formados estabelecem um alto grau de eficiência em criar ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e participativos. A formação contínua contribui para o desenvolvimento dos professores para utilizar tecnologias emergentes e ferramentas digitais no ensino.

Segundo Pires e Assis (2020), "a formação contínua dos professores é essencial para a adoção de novas metodologias que transformam a experiência de ensino e aprendizagem" (p. 45).

A integração de tecnologias como plataformas de aprendizagem online, recursos multimídia e ferramentas de colaboração digital pode transformar a experiência de ensino e aprendizagem, tornando-a mais interativa e acessível. Professores que dominam essas tecnologias podem oferecer aulas mais atraentes e adaptadas às necessidades dos alunos.

Araújo e Belian (2018) destacam que "a inclusão de tecnologias digitais no ensino superior é crucial para a inovação pedagógica e a melhoria da qualidade do ensino" (p. 22).

A formação dos docentes influencia diretamente a criação e a implementação de currículos inovadores. Professores bem formados são capazes de desenvolver programas de estudo que atendam às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho, promovendo uma educação mais relevante e atualizada contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração a sociedade. Docentes que utilizam as novas práticas inovadoras podem identificar

rapidamente as dificuldades dos alunos e oferecer suporte personalizado.

4. IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

A formação pedagógica contínua dos docentes tem um impacto significativo na qualidade do ensino universitário. Professores bem formados são capazes de criar um ambiente de aprendizagem mais envolvente e produtivo, o que resulta em melhores resultados acadêmicos e maior satisfação dos alunos.

Araújo e Belian (2018) destacam que "a satisfação dos alunos está diretamente relacionada à competência e ao comprometimento dos professores" (p. 27).

O professor como parte fundamental da educação universitária deve ter a responsabilidade e o comprometimento com o aluno em garantir formação de um cidadão participativo na sociedade. A formação pedagógica aprimora as capacidades do docente em desenvolver nos alunos competências essenciais para o mundo atual, como a capacidade de análise crítica, resoluções de problemas e uma comunicação mais assertiva. Araújo e Belian (2018) observam que "a reflexão crítica é um componente essencial para a melhoria contínua das práticas pedagógicas" (p. 30).

De acordo com Borges Omitto, Wiebusch e Lima (2018), a formação dos docentes é crucial para o desenvolvimento de competências que são altamente valorizadas pelo mercado de trabalho contemporâneo.

A formação contínua do docente aborda ainda a importância da inclusão e da diversidade no ambiente acadêmico. Docentes com um bom preparo são capazes de envolver todos os alunos inclusive aqueles com necessidades específicas, promovendo um ambiente inclusivo.

Segundo Pires e Assis (2020) "a inclusão de alunos com necessidades especiais é um aspecto fundamental da qualidade do ensino e a formação dos professores é vital para alcançar essa meta" (p. 56).

A formação do docente é um alicerce essencial para a implementação de práticas inovadoras no ensino superior. Investir na capacitação contínua dos professores não só melhora a qualidade do ensino, mas também contribui para a formação de alunos mais preparados e competentes, prontos para enfrentar os desafios do mundo moderno. A inovação educacional, impulsionada pela formação pedagógica, é fundamental para o desenvolvimento de uma educação superior de excelência.

Os impactos da formação pedagógica na qualidade do ensino universitário são profundos e abrangentes. Investir na capacitação contínua dos docentes é essencial para garantir que o ensino superior atenda às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho, promovendo uma educação de excelência. A formação pedagógica além de melhorar as práticas de ensino, também contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, dinâmico e eficaz.

5. A EVOLUÇÃO DA DOCÊNCIA NA GRADUAÇÃO

A evolução da docência surge não só para trazer alguma formação, mas com o intuito de melhorar as condições financeiras da sociedade. No Brasil em comparação aos outros países da américa latina fora implantado de forma retrógrada, a ano de 1808 seria o ano que marcaria o surgimento do ensino superior, onde a Dom João VI foi exigido se

fundasse uma universidade que teroa a ajuda de financiamentos dos comerciantes da época, no entanto o que fundou-se foram os "cursos de cirurgias na Bahia e no Rio de Janeiro" onde no Rio fundou-se também os cursos de medicina, economia e outros. (PINTO, p. 11, 2014).

Somente com o advento da independência em 1827, foi que se fundou as universidades que foi instituído por meio do decreto 14.343/1920, "sendo assim surgem a universidade do Rio de Janeiro em 1920, a Universidade de Minas Gerais em 1927, a Universidade de São Paulo em 1936 e a de Brasília em 1961". As universidades surgem como complemento das instituições profissionalizantes existentes. (PINTO, p. 11, 2014).

O ensino superior promovido nas universidades tinha como foco "a modernização do país", de modo que deveria qualificar a humanidade para o mercado de trabalho, Em 1931 criou-se no decreto de n° 19851, e por meio impôs-se que os ensinos nas universidades deveriam além de profissionalizar, mas também formar novos professores, com isso surgiam novas universidades e novas ideias. (PINTO, p. 12, 2014).

Anísio Teixeira, em 1835, criou a universidade do Distrito Federal, que surge com novos ideais voltados para a renovação e incentivo dos métodos de ensino e da pesquisa, e devido as controvérsias de suas ideias, a mesma foi extinta, tal fato corroborou a criação de um projeto imposto pelo estado, e com o decreto de Lei de n° 452/1937, se formaria um ensino superior padronizado baseando-se na universidade do Rio, que fora "renomeada como Universidade do Brasil" (PINTO, p. 12, 2014).

O ensino superior nessa época era frequentado mais pela elite, o que gerou lutas por mais vagas que fossem acessíveis a todas as classes sociais, essa luta foi tida com a união entre professores e a sociedade. E mesmo o governo tentando controlar as inúmeras manifestações, isso só fortaleceu os manifestantes que ganharam mais força para lutar, dentre a imposição do estado houveram o afastamento dos professores envolvidos, mas tal repressão não deu muito certo. (PINTO, 2014).

Essas lutas influenciaram no crescimento de importantes universidades em 1968. Nessa época os estudantes se apossaram das universidades por um período de seis meses, o que deu início a criação do decreto de Lei de n° 5540/1968, que veio a extinguir o antigo sistema de ensino liderado pelos cátedras, e sua missão foi voltada para os interesses dos professores e estudantes das universidades, e trouxe mais autonomia para a instituição universitária. Entretanto com o decreto de Lei de n° 464/69, "as disposições requeridas pelos professores e estudantes" tiveram que que ser ajustadas de acordo com o regime militar da época, onde vetou-se a autonomia das universidades, e devido a pressão estudantil no que se refere ao aumento das vagas, foram surgindo as instituições de ensino superiores privadas. (PINTO, p. 13, 2014).

Para evitarem conflitos ou lutas contra as ideias e imposições do estado, os militares apoiaram a entrada das instituições privadas, porque desta forma os estudantes não se mobilizariam contra o governo, e outro meio de evitar conflitos os militares foi o investimento feito nas universidades públicas a fim de melhor capacitar os estudantes, tornando-os aptos para enfrentar a globalização, promovendo assim diversos tipos de especializações. (PINTO, 2014).

Após o fim da era militar, com a Constituição 1988 foi que houve de fato a satisfação dos pedidos dos estudantes e professores, onde "tornou-se a pesquisa e o ensino inseparáveis, e forneceu autonomia universitária, e redirecionou 18% das receitas da União para as instituições de ensino superior....". (PINTO, p. 15, 2014). Em 1996, veio o

decreto 9394, que instituiu a Lei de Diretrizes e bases, nessa houve a exigência de constantes avaliações dos cursos superiores de graduação, onde essas avaliações calculariam os desempenhos das instituições universitárias, e caso fossem constatadas quaisquer irregularidades, essas deveriam ser notificadas a corrigirem o erro. (PINTO, 2014).

O ensino superior teve a influência do modelo Napoleônico, que ganhou notoriedade com a criação do programa universidade para todos (PROUNI), por meio desse projeto os estudantes de baixa renda poderiam ingressar em uma universidade particular, o que causou um aumento de instituições particulares e bem como o aumento de seus alunos, logo, contribuiu para a decadência dos alunos nas instituições superiores públicas. (PINTO, 2014). Conforme Pinto (2014) a lei de Diretrizes e Bases classificou as instituições superiores em três modalidades, "as faculdades, os Centros Universitários e as Universidades", cada um tinham exigências e regras específicas para a sua existência, já seus objetivos estão descritos no art. 43 da Lei de diretrizes e bases e são os seguintes:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII. Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (CARDOSO, 1996).

A docência nada mais é do que um professor que é capaz de transmitir conhecimentos daquilo que algum aprendeu, ou seja, antes de ser um docente o mesmo já foi um discente, e é essa interação entre o ensino e a aprendizagem que faz florescer a absorção dos conhecimentos. (PINTO, 2014). Como foi visto o aluno era um mero receptor de conhecimento e caso o mesmo falhasse a culpa recaía sobre o aluno, desse modo,

observa-se que não havia o diálogo professoraluno, essa forma perdurou durante o ano de 1970 até a atualidade, tendo mínimas mudanças nesse método avaliativo. (PINTO, 2014). No entanto a eficácia do docente para lecionar está ligada em sua preparação pedagógica, e para isso exige-se que o mesmo se aprimore e se aperfeiçoe em técnicas de ensino de forma que sejam capazes de transmitir os conhecimentos com clareza, logo, cabe ao professor a responsabilidade sobre o conteúdo dado em sala e sobre o aperfeiçoamento de seus alunos. (PINTO, 2014).

Desta forma pode-se dizer que houve uma mudança favorável na docência que veio com a necessidade de interação entre aluno e professor e aluno-aluno, pois somente assim percebeu-se que o estudante aprendia mais rápido e com mais prazer. (PINTO, 2014).

6. METODOLOGIA

Para promover um ensino-aprendizagem eficaz foi visto que se faz necessário uma interação entre o professor e o aluno, e para isso há diversos meios e formas de atingir tais objetivos, o que exigirá que o professor amplie seus métodos e diversifique suas ferramentas de ensino, incluindo no ensino o uso da "internet, retroprojetores, datashows, vídeos " e outros. A prática pedagógica resulta da própria vivência e do conhecimento teórico do docente, logo, teoria e prática são inseparáveis, e através dessa interpretação, Brisolla menciona as seguintes palavras de Caldeira e Zadan: [...] a prática pedagógica é, ao mesmo tempo, a expressão e a fonte do saber docente, e do desenvolvimento da teoria pedagógica. Assim, ao mesmo tempo em que o professor age segundo suas experiências e aprendizagens, ele cria e enfrenta desafios cotidianos (pequenos e grandes) e, com base neles, constrói conhecimentos e saberes, num processo contínuo de fazer e refazer. (CALDEIRA; ZAIDAN, 2013, p. 21 apud Brisolla, p. 6, 2020).

O docente em sua completude para lecionar, deve fazer uso não só da teoria, mas da prática pedagógicas. Nas instituições de ensino as práticas devem estar em harmonia entre os métodos impostos pelas universidades e com o ambiente vivenciado pelo aluno, é devido a este fato que a prática pedagógica é algo cultural. (LIMA, 2022). A prática do docente deve ir além do ensino conservador e até mesmo ir além da formação acadêmica, pois ela se mistura com a vivência e a teoria, com a inclusão de habilidades no "ato de ensinar, "desta forma o docente pode refletir a sua prática educacional, não apenas como seu objeto de trabalho, mas também com o objetivo "transformador da realidade social". (LIMA, 2022). O professor não é um conhecedor de tudo, logo, as pesquisas fazem parte de sua vida educacional, onde a pesquisa não se limita a busca por conhecimentos e vai além, pois o mesmo será um pesquisador e um avaliador de si, e desta forma o mesmo poderá observar seus métodos e pode averiguar suas falhas e melhorá-las. (Idem, 2022).

Resume-se então que as práticas pedagógicas são as ações tomadas pelo docente no ambiente educacional, e as mesmas não possuem um modelo específico, pois dependerá do contexto social, da sua vivência profissional e com seus alunos, das tradições e "culturas existentes nas instituições" tendo por fundamento a socialização do ensino. (Idem, 2022).

Pode-se compreender que a prática pedagógica é a maneira do docente penetrar na mente do aluno, com o intuito que ele compreenda o conteúdo dado em sala, e essa finalidade pode ser alcançada por diferentes meios, por isso o professor deve estar atento em estimular e chamar a atenção do mesmo, despertando a curiosidade de seus alunos,

além de promover o senso crítico e reflexivo, para isso deve-se utilizar a didática e a estratégia adequada para cada situação presenciada em sala. (SANTOS, 2018)

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação da docência para o ensino superior está estritamente relacionada com a importância que se dá em aplicar e transformar a teoria em uma práxis pedagógica inovadora que impactará positivamente na aprendizagem dos que nela estarão envolvidos.

Destaca-se como relevante a formação continuada dos docentes para o desenvolvimento de competências e habilidades que acompanharão as rápidas mudanças e evoluções do ensino voltado em sua maioria para a aplicabilidade de novas tecnologias e metodologias ativas. Logo, investir nessa capacitação ao longo da carreira permitirá uma formação atualizada para que o professor possa enfrentar os desafios contemporâneos do ensino universitário.

É importante integrar a teoria à prática docente , uma vez que o conhecimento teórico fornece a base muito conceitual e a prática permite a aplicação de métodos e estratégias que tornam o ensino mais eficaz. As metodologias ativas têm ganhado destaque no contexto educacional por promoverem um aprendizado mais dinâmico, colaborativo e centrado no aluno. Ao contrário dos métodos tradicionais, que muitas vezes priorizam a transmissão passiva de conhecimento, as metodologias ativas incentivam a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. A gamificação no ensino superior também pode fortalecer a formação de competências socioemocionais, a interação entre os alunos, o trabalho em equipe e a vivência de situações de tomada de decisão criam um ambiente onde são desenvolvidas habilidades essenciais para o mercado de trabalho, como liderança, empatia, colaboração e comunicação eficaz. Assim, a gamificação não só contribui para o aprendizado de conteúdo acadêmico, mas também prepara os alunos para os desafios do mundo profissional.

A valorização da diversidade e inclusão no ensino superior é outro ponto fundamental, uma vez que as salas de aula refletem uma ampla diversidade cultural, social e de necessidades específicas. Nesse contexto, é essencial que os docentes, bem preparados, sejam capazes de criar ambientes que respeitem e celebrem as diferenças entre os alunos.

Embora tenha havido avanços nas iniciativas de capacitação, ainda existem lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à prática pedagógica no ensino superior. Muitos professores ingressam na carreira sem a formação pedagógica necessária, enfrentando dificuldades para ajustar suas abordagens às exigências do ambiente acadêmico. Esse é um desafio relevante, já que o maior desenvolvimento profissional ocorre no contexto de trabalho, mas nem todos os docentes têm acesso a ambientes de apoio e aprendizado contínuo.

Por fim, a formação docente é um pilar fundamental para o sucesso das práticas pedagógicas no ensino superior. Educadores bem formados não apenas aprimoram seu conhecimento técnico, mas também desenvolvem habilidades essenciais para criar ambientes de aprendizado inclusivos, dinâmicos e eficazes. A capacitação contínua permite que os docentes se adaptem às novas demandas educacionais e sociais, além de promover metodologias inovadoras que atendem às necessidades dos alunos. O impacto

de uma formação sólida reflete-se na qualidade do ensino, no engajamento dos estudantes e no desenvolvimento de competências essenciais, como o pensamento crítico, a autonomia e a colaboração. Dessa forma, investir na formação docente é garantir que as práticas pedagógicas no ensino superior evoluam de maneira a preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo revela uma compreensão abrangente e crítica da formação docente no ensino superior, destacando sua complexidade, desafios e impacto na qualidade educacional. A formação docente é apresentada como um processo dinâmico e contínuo, que transcende os espaços acadêmicos formais e envolve a integração de saberes adquiridos ao longo da vida com o aprendizado teórico e prático desenvolvido durante a carreira docente.

A formação pedagógica, longe de se limitar à transmissão de conteúdos técnicos, emerge como um elemento fundamental para a inovação e a qualidade no ensino universitário. Metodologias ativas, tecnologias educacionais e práticas reflexivas são pilares que sustentam a capacidade dos professores de atender às demandas contemporâneas, como a personalização do ensino, a inclusão e a valorização da diversidade cultural e social. Professores que se envolvem em processos de formação contínua não apenas aprimoram suas habilidades pedagógicas, mas também contribuem para a construção de currículos inovadores e a promoção de competências essenciais nos discentes.

A discussão sobre a articulação entre teoria e prática se manifesta na necessidade dos professores desenvolverem competências para planejar, mediar e avaliar o processo de ensino. Essa realidade exige tanto um esforço institucional para oferecer programas de capacitação quanto a iniciativa individual dos professores em buscar aprimoramento contínuo. Docentes bem preparados são capazes de criar espaços de aprendizagem que respeitem e promovam a multiplicidade de identidades e culturas. Além disso, são chamados a reconhecer e desafiar as desigualdades estruturais presentes nas instituições de ensino, valorizando saberes alternativos e democratizando o acesso ao conhecimento.

Por fim, conclui-se que a formação docente no ensino superior é um processo indispensável e transformador que impacta diretamente na qualidade do ensino. A formação não apenas capacita os professores a desenvolverem práticas pedagógicas inovadoras, mas também promove uma educação inclusiva e socialmente relevante. Investir na qualificação contínua dos docentes é essencial para garantir que o ensino superior atenda às demandas dos discentes, do mercado de trabalho e da sociedade como um todo e é por meio dessa formação que se constrói uma educação superior de excelência.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, R. BELIAN, R. (2018). Concepções de Professores Universitários sobre Inovação Pedagógica. Revista Internacional de Educação Superior, 4(2), 387-400. Disponível em ResearchGate, acesso em 18 de dez. 2024.

[2] BRISOLLA, Lívia, A Prática Pedagógica no Ensino Superior: Planejamento, interdisciplinaridade e metodologias ativa, Revista Devir Educação Lavras, ISSN 2526849X, vol. 4 , n. 1, p. 77-92.

[3] CARDOSO, Fernando Henrique, Lei n° 9394 de 20 de dezembro de 1996, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ leis/l9394.htm, acesso em 18 de dez. 2024.

[4] BORGES, Omitto. WIEBUSCH, Lima. (2018). Inovação no Ensino Superior: Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Foco. Anais do Congresso Internacional de Educação. Disponível em PUCRS.

[5] CORREA, Guilherme. RIBEIRO, Victoria. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 2, p. 319-334, abr./jun. 2013.

[6] FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

[7] FORMOSINHO, João. (coord.) Formação de professores aprendizagem profissional e acção docente. Porto editora, 2009.

[8] GARCÍA, C. M, Formação de professores para uma mudança significativa. Porto editora, 1999.

[9] JARDILINO, J. R.; SAMPAIO, A. M. Desenvolvimento profissional docente: Reflexões sobre política pública de formação de professores. Educação & Formação, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 180-194, 2019.

[10] JUNGES, Kelen. BEHRENS, Marilda. Prática docente no Ensino Superior: a formação pedagógica como mobilizadora de mudança. Florianópolis, v. 33, n. 1, 285-317, jan./abr. 2015.

[11] LIMA, Cíntia Lúcia de; ALEXANDRINO, Daniela Fantoni de Lima. Trajetória do Sistema Educacional através das configurações da Profissão Docente no Brasil, Cadernos de História da Educação, v. 11

[12] LIMA, Helyone, A prática educativa e o professor do ensino superior. 2022. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com. br/educacao/a-praticaeducativaprofessor-ensino-superior.htm, Acesso em: 01/01/2025SOUZA, Andressa. A formação pedagógica e seus desafios e possibilidades a se enfretarem. Educ. rev. v.36, n.136, p.7-15

[13] PINTO, Walysson Cleber Reis. O Ensino Superior e o perfil do docente atuante nessa fase da educação, Monografia apresentada à coordenação do curso de Docência universitária da Faculdade Católica de Anápolis, 2014, Disponível em: https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wpcontent/uploads/2018/11/TCCwalison.pdf, acesso em 20 de dez. 2024.

[14] PIRES, Assis. (2020). Inovação no Ensino Superior: Formação Docente e Práticas Pedagógicas. Editora Ilustração. Disponível em Academia.edu.

[15] SÁ, Tiago Tavares de; NETO, Francisco Raimundo Alves. A Docência no Brasil: História, Obstáculos e Perspectivas de Formação e Profissionalização no século XXI, Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, Volume 5, número 1, Edição de julho de 2016.

[16] SANTOS, Maria. Uma formação pedagógica inovadora como caminho para a construção de saberes docentes no Ensino Superior. Educ. rev. (59) • Jan-Mar 2016.

Capítulo 2

Formação e atualização docente através da educação a distância[1]

Franklin Soares Valente[2]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[3]

Resumo: O Brasil é um país com alto índice de desigualdade, que para ser diminuído são necessárias estratégias para desenvolvimento do país, principalmente, no que tange à educação superior. Neste estudo, destacou-se como uma das possíveis soluções para esta redução, o incentivo á Educação à Distância (EAD). Pois esta é uma modalidade de ensino que possui um caráter democratizador do saber. Assim, o presente artigo objetiva relacionar os benefícios que o programa de EAD pode proporcionar aos profissionais da área de educação, e identificar as dificuldades encontradas neste processo. Utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica de natureza exploratória qualitativa. Verificou-se que as tecnologias aproveitadas para a EAD são inúmeras, proporcionando maior flexibilidade e acessibilidade à oferta educativa, pois possibilita que o aluno possa estudar a qualquer hora, de qualquer lugar e no seu próprio ritmo. Contudo, destacou-se que os tutores devem ter um treinamento para atuar nesta modalidade, pois não se trata apenas de passar o conteúdo para um ambiente virtual. Uma limitação na formação/atualização docente é a da autonomia e disciplina em realizar os estudos, pois para alunos que não possuem estes atributos, a EAD pode se tornar acumulativo e sem aprendizado. Desta forma, conclui-se que a formação e atualização de professores através da Educação à Distância é ainda uma experiência muito recente no Brasil e, por esse motivo, ainda requer melhorias, novas proposições e experiências inovadoras.

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação de professores. Formação continuada.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[2] Pós-graduando do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[3] Docente e Orientadora do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

Melhorias no nível educacional de uma sociedade sempre foram pauta de discussões, tanto do setor público quanto do privado.

A partir da década de 1990, o tema foi aquecido no âmbito público brasileiro e passou a fazer parte das estratégias para desenvolvimento do país, principalmente, no que tange à educação superior. Para conseguir diminuir os índices de desigualdade social é necessário o ataque em diferentes frentes e neste sentido, este artigo destaca como uma das possíveis soluções o incentivo a Educação à distância (EAD), pois esta é uma modalidade de ensino que possui um caráter democratizador do saber e do conhecimento, criada com a finalidade de proporcionar meios adequados para que as pessoas menos favorecidas possam participar e ter acesso à educação, sobretudo porque o Brasil tem uma área territorial enorme, com a maioria das cidades do interior, principalmente, as menores, sem instituição de ensino superior de ensino presencial. (DE OLIVEIRA e DA SILVA, 2015; MALANCHEN, 2022).

Não há como negar que a modalidade de Educação à Distância é avaliada como uma das alternativas para se atender às diferentes necessidades de formação superior e em alguns casos, constitui a única forma de satisfação destas necessidades. E com a incorporação das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)[4] e seguindo uma tendência mundial, a EAD, vista sob a ótica da legislação brasileira está, atualmente, sendo tratada como uma política de Estado, voltada à cobertura educacional do extenso território nacional.

Segundo Da Silva et al. (2020), a distância é o grande desafio, mas não é jamais a fronteira final da educação. Aquele que trabalha e não tem horários compatíveis com os rígidos horários escolares, aquele que tem dificuldades físicas de locomoção, aquele que quer criar seu próprio programa de estudo, poderá receber, na Educação à Distância, a saída moderna e eficiente para suas demandas. Portanto, o presente artigo mostra-se importante por incentivar investimentos nesta área, já que se abordará os limites e as contribuições da Educação à Distância, para a formação e atualização de professores, o que possibilita a inclusão social, sob várias óticas.

Todavia, diante do crescimento desta nova forma de se qualificar, surgem alguns questionamentos e dúvidas para essa nova modalidade de ensino. Assim, levanta-se a seguinte questão norteadora para esse estudo: Quais os benefícios e as dificuldades que o programa de EAD pode proporcionar aos profissionais da educação em formação ou atualização?

Baseado no cenário exposto, o problema científico recebe esta formulação: a EAD se estabelece como uma opção que beneficia a busca pela formação ou atualização docente, com o intuito de instrumentalização diante das demandas sociais e tecnológicas, contornando dois elementos centrais que desestimulam e desencorajam os profissionais da educação na busca de novos conhecimentos: o tempo e o dinheiro.

A fim de responder a problemática acima, vê-se como objetivo geral: relacionar os benefícios que o programa de EAD pode proporcionar aos profissionais da área de educação, e identificar as dificuldades encontradas neste processo.

Para tal, têm-se como objetivos específicos:

[4] Trata-se dos recursos tecnológicos empregados para produzir e transmitir dados, ou seja, são ferramentas que possibilitam a comunicação.

a) Descrever as características da EAD, no Brasil;

b) Verificar a contribuição dos meios tecnológicos no desenvolvimento desta modalidade;

c) Demonstrar a importância da EAD para a formação e atualização de professores;

d) Identificar os limites e as contribuições da educação à distância, para os professores.

A metodologia adotada na presente pesquisa, considerando o problema e os objetivos traçados, é bibliográfica de natureza exploratória, que permite uma composição de diversos estudos publicados e conclusões sobre a referida temática e ainda qualitativa, devido à necessidade de se fazer análises sobre o fenômeno estudado, destacando características que não são observadas em um estudo quantitativo, como, neste caso: os benefícios e as dificuldades do programa de EAD na formação ou atualização docente.

Com a finalidade de organizar o artigo em etapas, realizou-se a seguinte divisão:

a) Introdução: além de introduzir o assunto Educação à Distância, apresenta a justificativa para o tema, a problemática que norteia o artigo, os objetivos da pesquisa, divididos em geral e específicos;

b) Fundamentação Teórica: explica-se o uso do termo educação à distância. Seguindo, conceitua-se esta modalidade e expõe-se uma breve evolução histórica, ressaltando suas experiências pioneiras. Aborda-se o uso das TIC's, destacando a internet como grande aliada à educação à distância.

c) Metodologia: apresenta a classificação da pesquisa realizada e a forma como foi feito o levantamento de dados;

d) Análise dos Resultados: apresenta-se como ocorre a formação e atualização docente na modalidade EAD e exibem-se as fragilidades e potencialidades da modalidade à distância.

e) Considerações Finais: expõe as conclusões encontradas a partir do presente estudo, destacando seus objetivos alcançados.

f) Referências: apresenta as fontes teóricas para as investigações desta investigação.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação à Distância é definida por Barbosa e Muniz (2022) como processo de ensino/aprendizagem, intercedido por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, sendo a internet, atualmente, a principal.

Segundo Marques e Marques (2014), a primeira tecnologia que permitiu a EAD foi a escrita, pois foi a primeira alternativa que permitiu as pessoas comunicarem-se sem estarem face a face. A invenção da escrita permitiu que as pessoas escrevessem o que, antes, só podiam dizer, permitindo desta forma, o surgimento da primeira forma de EAD: o ensino por correspondência.

O livro é, com certeza, a tecnologia mais extraordinária na área de EAD, antes do aparecimento das modernas tecnologias eletrônicas, especialmente, as digitais. Com o

livro (mesmo que manuscrito), o alcance da EAD aumentou significativamente em relação à carta. Com o aparecimento da tipografia, entretanto, o livro impresso aumentou, exponencialmente, o alcance da EAD. Principalmente, depois do aparecimento dos sistemas postais modernos, rápidos e confiáveis, o livro tornou-se o foco do ensino por correspondência, que deixou de ser epistolar (por cartas). (KLEIN, 2020).

Dentro desta evolução, outro marco importante foi a criação em 1840, na Inglaterra, do Penny Post, que entregava correspondência, sem importar a distância, ao custo de 1 penny, o equivalente a 10 centavos. (DALCIN, 2014). Embora Meyer et al. (2020) mencione um anúncio da Gazeta de Boston, de 1728, que oferecia material para ensino e tutoria por correspondência e Rodrigues e Aprile (2019) considere como a primeira experiência de EAD um curso de contabilidade na Suécia, em 1833. Dalcin (2014) destaca que o estudo, em casa, tornou-se interativo com o desenvolvimento de serviços de correios baratos e confiáveis, que possibilitavam aos alunos, se comunicarem com seus instrutores.

Dalcin (2014) destaca a Illinois Wesleyan University, como a primeira Universidade Aberta no mundo, tendo iniciado em 1874 cursos por correspondência. Meyer et al. (2020) menciona que a primeira instituição a fornecer cursos por correspondência foi a Sociedade de Línguas Modernas, em Berlim, pois, em 1856, a mesma iniciou cursos de francês, por correspondência.

Segundo Rodrigues e Andriola (2021), o surgimento do rádio, da televisão e, mais recentemente, o uso do computador, como meio de comunicação, vieram dar nova dinâmica à educação à distância. No Brasil, embora os primeiros registros legais para a EAD datem da década de 1940, até a primeira metade da 1990, a EAD era utilizada, principalmente, para cursos livres por correspondência.

Do ponto de vista da formação de professores, em 1993, por iniciativa do MEC, foi criado o Sistema Nacional de Educação à Distância, objetivando potencializar, ampliar e articular as iniciativas fragmentadas já existentes na área. Houve o envio de verbas federais diretamente às escolas, sem passar pelos estados e municípios; a criação da Secretaria de Educação à Distância (SEED), com o objetivo de administrar, regulamentar e impulsionar iniciativas na área, em especial houve a instalação de uma TV em cada escola; a melhoria e o envio de livros didáticos as escolas; os Parâmetros Curriculares Nacionais para cada nível e modalidade de ensino; a implementação das avaliações escolares e a premiação das melhores escolas. (BRASIL, 2007; BUCCI e BIELSCHOWSKY, 2022).

De acordo com o MEC e a SEED (2007), a modalidade de Educação à Distância conseguiu apoio legal para sua efetivação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9.314) de 1996, que determina, em seu art. 80, a possibilidade de emprego orgânico desta modalidade em todos os níveis e modalidades de ensino. Anos depois, em 1998, regulamentou-se esse artigo pelos decretos 2.494 e 2.561 de 1998, porém ambos revogados pelo decreto 5.622, em vigência desde 2005. (BRASIL, 2007).

Com base nas regulamentações mencionadas, constata-se a legitimidade da modalidade de Ensino à Distância e seus amparos legais.

Esse ciclo vai desde a aprovação da LDBEN nº 9.394/96, até o ano de 2000. É caracterizado pela adoção da EAD pelas Universidades, uma vez que essa lei buscou tirar esta modalidade de ensino/educação da ilegalidade (BRASIL, 1996). E com toda essa proliferação de programas de formação continuada de professores, a Câmara de Ensino

Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu em 1998, o Parecer nº 908/98, com a finalidade de deixar claras as condições em que os certificados emitidos pelas instituições formadoras poderiam ter validade.

No mesmo ano, o Governo Federal passou a normatizar o artigo 63, 80 e 81 da LDBEN. O art. 80, da mesma, foi regulamentado inicialmente, e estabeleceu alguns critérios para o credenciamento de instituições superiores, que quisessem oferecer ensino/educação na modalidade à distância. (BUCCI e BIELSCHOWSKY, 2022).

Essa legislação criou as condições materiais e políticas para que a EAD migrasse dos cursos profissionalizantes, para as Instituições Superiores de Ensino, pois com base no artigo 87, inciso IV § 4º, que estabelece que, até 2007, toda formação de professores deve ser oferecida em nível de Graduação. As Instituições Superiores de Ensino, em parceria ou não com os diferentes sistemas de ensino, começam a dispor de cursos de especialização e de formação continuada de professores, para habilitar os professores da Educação Básica, segundo as novas exigências da lei e a EAD, por diferentes razões, foi escolhida para suportar a formação inicial e continuada de seus professores, dos diversos sistemas de ensino. (RODRIGUES e ANDRIOLA, 2021).

No que tange o Ensino Superior, algumas instituições de Ensino passaram a ministrar, de forma experimental, disciplinas e cursos, principalmente, de especialização na modalidade à distância, com base no artigo 80 e 81 da LDBEN 9.394/96. Portanto, deram origem às experiências pioneiras de Educação à distância, no país. (RODRIGUES e ANDRIOLA, 2021).

Essas ações e políticas provocaram um crescimento desenfreado da Educação à Distância, no país. E até hoje, é visto que a modalidade EAD tem tido um desenvolvimento muito significativo no Brasil, nos últimos anos. Com os recursos desta modalidade, o ingresso à educação superior tem crescido, e em poucos anos, o país contará com uma população mais escolarizada, algo impossível, apenas com a modalidade presencial. Com a EAD, pode-se vislumbrar a inclusão social, e muitas instituições educacionais têm se lançado neste desafio.

3. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A expressão Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) indica um conjunto de recursos tecnológicos, usado para produzir e disseminar informações; são ferramentas que possibilitam arquivar e manipular textos, sons e imagens e que permitem que nos comuniquemos. (ARRELIAS et al., 2009).

As TICs representam ainda um avanço na educação a distância. Com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, os alunos têm a possibilidade de se relacionar, trocando informações e experiências. Os professores e/ou tutores tem a possibilidade de realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, dentre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. Nesse sentido, a gestão do próprio conhecimento depende da infraestrutura e da vontade de cada indivíduo. (DE OLIVEIRA e DE NASCIMENTO, 2020).

Conforme foi abordado, anteriormente, a EAD pode ocorrer através de diversos meios, sendo a Internet, o mais utilizado, pelo fato de proporcionar o maior número de

recursos para comunicação tanto assíncrona quanto síncrona[5]. E a característica principal que impulsionou a aplicação da internet na EAD foi a possibilidade de manter, de forma fácil e rápida, a interação professor-aluno.

As abordagens síncronas têm como vantagem a possibilidade de interação em tempo real, não sendo necessário esperar para obter respostas ou realizar discussões. Entretanto, sua utilização é limitada, não somente porque encontram mais empecilhos tecnológicos para serem implementadas, como sempre haverá problemas de compatibilidade de horários, além das restrições de tempo do próprio professor que não poderá estar o tempo inteiro disponível para este tipo de interação. Como no modelo assíncrono não há necessidade da presença dos atores do processo ensino-aprendizagem no mesmo momento, torna-se mais flexível a interação entre eles. (ARRELIAS et al., 2009).

Ressalta-se, ainda, que a possibilidade de o aluno enviar suas dúvidas a qualquer momento e o professor poder respondê-las, sem a preocupação da proximidade do final da aula, estabelece uma dinâmica importante para o desempenho dos alunos e os estimula a criarem questões bem elaboradas. Desta forma, colabora para a sistematização de suas dúvidas e uma melhor organização de seus questionamentos acerca do tema em estudo. A principal vantagem da Educação a Distância apoiada pela Internet é a flexibilidade de tempo e espaço. O aluno pode ter acesso ao material didático e se comunicar com o professor, a qualquer hora, de qualquer lugar.

4. METODOLOGIA

Diante da necessidade de definir o delineamento desta pesquisa, pode-se caracterizar tal artigo quanto aos seus objetivos como uma pesquisa de natureza exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico. A realização de uma pesquisa bibliográfica, sobre o tema em questão, permitiu estabelecer um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliou na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória tem a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto que se investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilita a delimitação do tema da pesquisa; orienta a fixação dos objetivos ou descobre um novo tipo de enfoque para o assunto.

E quanto à abordagem do problema, como primordialmente, qualitativa, devido à necessidade de se fazer análises que destacam características que não são observadas em um estudo quantitativo. Análises do tipo: Quais os benefícios e as dificuldades que o programa de EAD pode proporcionar aos profissionais da educação em formação ou atualização?

Conforme Gil (2008), na pesquisa qualitativa, o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados. Classifica-se, também, quanto ao procedimento, como pesquisa bibliográfica, pois segundo Prodanov e Freitas (2013), esta pesquisa coloca o pesquisador em contato com as publicações já existentes disponíveis, em que o destaque fundamental deve ser dado à veracidade fontes e dados, observando possíveis incoerências.

[5] As abordagens síncronas são aquelas, onde professor e aluno devem estar utilizando o meio no mesmo instante. Já nas assíncronas, a interação pode se dar independente da presença de ambos, podendo ser realizada em momentos distintos.

Este levantamento bibliográfico aconteceu em novembro de 2024 e foi baseado em livros, revistas, periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações e teses disponíveis em sites de bancos de dados.

Os descritores usados para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foram: Educação a Distância, Formação de professores e Formação continuada. A busca ocorreu nos idiomas inglês, espanhol e português. Na sequência, os dados foram classificados e organizados, e por conseguinte, partiu-se para a etapa de desenvolvimento do presente artigo.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na busca por demonstrar a importância da EAD para a formação e atualização de professores, Moraes (2016) cita que a EAD cumpre função social relevante, não se restringindo somente ao acesso à educação formal e acadêmica, mas colaborando para a qualificação e para a atualização dos docentes de várias áreas, proporcionando ainda formação em diversas profissões nos mais variados setores.

Conforme Moraes et al. (2020), a modalidade EAD tem se concretizado como flexível e largamente democrática em relação à possibilidade de acesso a educação, em que se busca alcançar o mesmo status do ensino presencial.

Para os indivíduos que têm um cotidiano fixo de trabalho e não possui tanto tempo livre, a EAD os proporciona a possibilidade de planejar seus estudos em horários compatíveis com sua rotina e não se limitar ao tempo e espaço estabelecidos para as aulas. E neste sentido, as aulas on-line têm sido aplaudidas ainda por serem fonte de recursos para a edificação de conhecimentos, e todas as expectativas têm sido direcionadas para a troca de informações, de forma que se pode proporcionar um ensino que construa um sujeito autônomo, capaz de procurar, inventar e aprender, mudando o seu mundo ao redor. Logo, a busca dos docentes pela formação e atualização na modalidade EAD aconteceu por conta, sobretudo, da flexibilidade de tempo, melhoria e progresso profissional.

E desta forma, esta modalidade tem se reconstruído, contudo, apesar de se exibir como um grande potencial de atendimento, há desafios a serem enfrentados. Pois, suas ferramentas e recursos tecnológicos são preciosos e precisam ser usados como instrumentos para a otimização da educação, conservando, entretanto, toda a qualidade de um bom ensino. Ou seja, esta modalidade precisa permitir a cada sujeito, o desenvolvimento completo de suas capacidades cognitivas, sociais, emocionais e morais, que apenas com uma educação de qualidade que serão asseguradas.

Estas questões representam um período de transição, já que se vive um tempo em que aprender é essencial para que o docente possa unir-se à sociedade do conhecimento e enfrentar o futuro que se inicia. Segundo Iaroczinski (2015), se a EAD permanecer nesta linha, é preciso que os cursos de formação de docentes, até mesmo os presenciais, determinem com clareza seus objetivos e compreendam uma proposta em sua grade curricular que lhes possibilite uma reflexão dialógica. Assim, será possível aos professores, delinear seus conhecimentos, determinar e nutrir uma rede profissional de aprendizagens para ser possível construir uma prática educativa expressiva na escola física e nos meios virtuais.

Assim, serão abordados alguns limites que a educação à distância ainda encontra

para sua expansão e promoção de uma qualidade efetiva, assim como, em contrapartida, algumas de suas as contribuições para o crescimento, expansão e interiorização da educação superior no país.

O primeiro argumento a ser abordado é o do grande alcance geográfico permitido pela Educação a Distância. Não há dúvidas quanto à necessidade que se tem, em um país de extensão territorial como o Brasil, de que a educação seja capaz de transpor os estados mais desenvolvidos e as metrópoles, e alcançar também as cidades do interior de maneira igualitária.

Porém, conforme afirma Arrelias et al. (2009), esta abrangência não pode limitar-se, como muitas vezes ocorre, à quantidade e ao atendimento indiscriminado de pessoas. É necessário que os programas e pessoas envolvidas com a EAD, assim como na educação presencial, estejam preparadas técnica e pedagogicamente; que haja preocupação em conhecer, a fundo, o público-alvo, suas condições sócio-culturais e financeiras, de maneira a escolher o aparato tecnológico e pedagógico que melhor se adequa a seus futuros usuários.

Como uma das profissões mais tradicionais e abrangentes da história, a docência nos dias atuais enfrenta processos de intensificação e precarização de suas situações salariais e de trabalho que influenciam diretamente em suas condições de se dedicar integralmente a uma formação continuada. Além disso, a situação é agravada pela extensão territorial de nosso país, que dificulta a realização de formações nas cidades localizadas no interior dos estados e seu controle de qualidade.

Da Silva et al. (2020) cita a problemática da qualidade na formação, que os cursos à distância têm oferecido, principalmente, para professores que ministrarão aulas para o ensino básico e médio. Elas destacam que o número de pessoas graduadas por cursos superiores à distância tem sido relevante para os índices estatísticos do país, e tem sido importante para vistas do desenvolvimento.

Entretanto, apesar de contribuir para amortizar a crise de oferta do ensino superior, podem-se criar entraves relativos ao conhecimento adquirido pelos alunos (futuros docentes), ou seja, formar profissionais com capacitação limitada para exercício de suas funções. Nesse sentido, identifica-se uma vacância existente entre ensino, formação e aprendizagem. Isto pode ser esclarecido, em partes, pela grande falha do processo didático-pedagógico, falta de corpo docente preparado e especializado para ensinar os conteúdos dos cursos aplicados na modalidade à distância, falta de controle e avaliação constante da qualidade dos cursos ministrados, ineficiente material didático, entre outros (IAROCZINSKI, 2015; MARQUES e MARQUES, 2014).

Moraes (2016) destaca que os alunos da modalidade à distância estão cada vez mais passivos em relação à criação e desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades. Em outras palavras, os alunos de EAD estão absorvendo muito mais informações, do que, propriamente, preparando conteúdos e dinamizando novos conhecimentos, a partir das informações e conteúdos disponibilizados. Relata-se, então, que os alunos, estes que se tornarão futuros docentes, não possuem visão crítica do mundo e não sabem como agir, mediante situações variadas que a profissão venha a exigir. (MARQUES e MARQUES, 2014).

Outra fragilidade assinalada, em relação à Educação à Distância, que impede a maior qualidade dos cursos e criação de novos conhecimentos, é a ausência de acervo impresso (biblioteca) de qualidade, disponível para os alunos nos polos. A instalação de

bibliotecas ainda carece de investimentos e maior atenção por parte dos dirigentes dos cursos. (DA COSTA et. al, 2020).

A biblioteca física ainda é o meio de informação e busca de conhecimento, mais utilizado pelos alunos. Neste âmbito, a não disponibilização de bibliotecas eficientes impede a aprendizagem, na medida em que os alunos ficam restritos às apostilas e alguns materiais disponibilizados pelos professores/tutores, na plataforma virtual de ensino-aprendizagem.

Segundo Klein et al. (2020), outra limitação a ser destacada é a falta de habilidade e conhecimento profundo do procedimento de Educação à Distância dos mediadores (professores/tutores). A formação, desenvolvimento de habilidades imprescindíveis na modalidade de educação e a capacidade didática online dos docentes são decisivos para a aprendizagem e a qualidade do conhecimento repassado aos discentes.

Diante de tal fato, ressalta-se que os mediadores, que atuarão nos cursos à distância, devem passar por treinamentos eficazes que irão proporcionar desenvolvimento das habilidades tecnológicas e conceituais necessárias ao desenvolvimento eficiente do curso. (MORAES, 2016; RODRIGUES e APRILE, 2019). Contudo, os cursos de capacitação proporcionados aos mediadores ainda estão muito inferiores da real necessidade didática.

Neste contexto, nota-se a importância que o instrutor/mediador possui no método de aprendizagem, relatando que o mesmo possui significativa influência na satisfação dos alunos com o curso. Em outras palavras, a EAD exige que o profissional docente consiga adaptar seu conhecimento prático para o ensino virtual, no sentido de evidenciar a clareza de suas competências, habilidades de criar modelos e novas inserções didáticas para mediar o processo educacional online.

Muitos alunos concordam com essa modalidade por presumirem ser um modelo mais fácil de aprendizagem e realização das atividades do curso, por demandar menos horas de estudos e, consequentemente, obter um diploma de graduação sem muitos esforços. No entanto, essa modalidade exige dedicação, disciplina e criação do próprio conhecimento, uma vez que não se tem a presença física e atenção contínua do mediador, em determinado período de tempo, como ocorre na modalidade de educação presencial. (ARRELIAS et al., 2022; DE OLIVEIRA e DO NASCIMENTO, 2020).

Ressalta-se assim que na modalidade EAD, deve ser preponderante a necessidade de autoaprendizagem, uma vez que se supõe que os alunos já possuam atributos como:

a) Autonomia, pois possibilita ao aluno ter proatividade na procura de outras possibilidades na construção do seu conhecimento, o que torna sua formação dinâmica e bem mais qualificada;

b) Disciplina, já que na modalidade EAD não existe intercâmbio face a face sempre, e se o aluno não for organizado e disciplinado, comprometerá seu aprendizado.

Por conta disso, as atividades pedagógicas precisam ser desafiadoras para que os educadores em formação e atualização (no papel de alunos) sintam-se estimulados na construção do conhecimento e não desistam de seguir seus estudos.

Destaca-se ainda que dentre as principais razões do desânimo da rotina dos docentes em busca da formação continuada, tem-se: a falta de tempo para retornar aos estudos, por conta da sobrecarga de trabalho cansativa para aumentar a remuneração, dificuldades financeiras e ainda problemas com logística no deslocamento. Os docentes

acabam não tendo tempo para buscar atualização complementar, sem contar que os custos com a formação também são altos, já que no Brasil, os educadores ainda não alcançaram o acesso universal e gratuito ao ensino superior.

Ou seja, a falta de conhecimento sobre o verdadeiro modo de funcionamento desta modalidade faz com que a evasão ainda seja um agravante para o crescimento e a confiabilidade da Educação à Distância. Esse fato pode ser modificado, caso haja uma conscientização e preparação do corpo discente, antes mesmo de prestar exame vestibular para integrar no curso. Se fossem dadas algumas orientações, aos alunos, sobre como organizar melhor seu tempo, como proceder para estudar e utilizar de modo eficiente as TIC`s, reduziriam o índice de evasão dos cursos.

Desta forma, de acordo com Barbosa e Muniz (2022), a EAD ainda precisa de meios que possam controlar, medir e avaliar indicadores relativos a qualidade dos cursos e do conhecimento adquirido pelos discentes.

Um problema que impede um maior alcance geográfico para a EAD relaciona-se, segundo De Oliveira e Da Silva (2015), ao fato de que o meio mais utilizado, atualmente, para oferta nesta modalidade, a internet, tem ainda um custo muito alto e está longe de ser considerado popular no Brasil. Ressaltando-se que a qualidade da internet na grande maioria das cidades do interior do país, está muito aquém do ideal, e prejudica a utilização de um leque maior de ferramentas de interação.

Além destas questões já apresentadas, enfrentam-se dois outros desafios: o primeiro é a desinformação, a utilização do Ensino à Distância por pessoas despreparadas, o que causa a disseminação de práticas e conceitos equivocados. Por exemplo, têm surgido críticas de que a EAD vai causar desemprego para os professores e que o aluno vai ficar sozinho, abandonado. Estas são críticas que, na educação de qualidade, desenvolvida por profissionais preparados, não se confirmam. Outro risco que se corre é a redução da educação a uma simples transferência de teorias e fórmulas.

O professor, em suas aulas, também trabalha com o que se chama de temas transversais, ou currículo oculto. O professor fala de ética, responsabilidade social, trabalho em equipe, postura cidadã e profissional, ao mesmo tempo em que trabalha um determinado conteúdo. Estes elementos têm que ser preservados no ensino à distância, ou seja, precisam ser reintegrados no material didático e nas estratégias de ensino. (BUCCI e BIELSCHOWSKY, 2022).

A competência técnica de um aluno formado no processo a distância ou no processo presencial não depende, exclusivamente, do fato de o ensino ter sido a distância ou presencial. O desenvolvimento da metodologia e da técnica permite garantir que o aluno poderá ser, igualmente, bem formado nas duas modalidades.

Existe um espaço na universidade que vai além da sala de aula, que envolve os eventos culturais, os trabalhos em grupo, os encontros com os colegas, o convívio social. Por isto, a tendência em alguns países, é de que principalmente o aluno já formado, já atuando como educador, que necessita de formação continuada vá buscar o ensino totalmente à distância, pois ele já passou por esta fase de socialização.

Em contrapartida, conforme De Oliveira e Da Silva (2015), os benefícios da Educação à Distância representam importante instrumento/ferramenta de expansão, interiorização e dinamização da educação superior. Pois, essa modalidade não somente amplia oportunidades para indivíduos e grupos sociais dispersos no espaço geográfico, mas cria meios para os indivíduos adequarem seus estudos aos ritmos de vida e trabalho,

no contexto contemporâneo.

Assim, essa modalidade tem alcançado seu principal objetivo, ou seja, elevar o número de indivíduos com curso superior. Desta forma, identifica-se seu potencial de disponibilizar educação “em massa” para as mais distantes regiões do país, pois nesse sentido, a EAD torna-se uma solução extremamente viável, por sua possibilidade de formar sujeitos dispersos geograficamente, alcançando uma maior abrangência territorial, com menores gastos.

A expansão do alcance geográfico possibilitada pela EAD é destacada por diversos autores como uma das grandes qualidades dessa modalidade de ensino, já que, para muitas pessoas, é impossível deslocar-se do interior para um local onde haja oferta de cursos superiores e de formação continuada. Dessa forma, através da EAD, a educação formal, que sempre exigiu um movimento físico em sua direção, passa a movimentar-se em direção à todos aqueles que desejam trazê-la até si mesmos.

O estudo realizado por Iaroczinski (2015) destaca também, que a realização da formação continuada de professores através da EAD é positiva, no sentido em que possibilita que o professor, em formação, possa continuar exercendo suas atividades profissionais. Este fator, tanto a autora quanto Klein et al. (2020), destacam como positivo por permitir a reflexão sobre a prática, durante a sua realização.

Desta forma, o professor é capaz de colocar em prática, já durante a formação, os conhecimentos adquiridos e, também, de levar elementos da prática para a sala de aula, buscando na teoria e nas discussões, soluções para seus questionamentos; algo que torna o conhecimento adquirido mais efetivo. Além disso, a formação realizada, em serviço, impede que as escolas fiquem com desfalques em seu corpo docente e que o professor perca o engajamento com sua comunidade de origem. (MALANCHEN, 2022).

Um terceiro fator positivo na formação continuada de professores à distância se refere à flexibilidade espaço-temporal dessa modalidade, possibilitando que o professor organize seu tempo e espaço de estudos de acordo com suas possibilidades e vontade. Com isso, ele poderá realizar as leituras, atividades e demais demandas da formação onde e quando quiser, sem necessidade de deslocamento ou carga-horária pré-definida (MALANCHEN, 2022).

Portanto, o fator da flexibilidade de tempo torna-se o principal ponto positivo da formação continuada através da EAD. Pois, com suas condições de trabalho e, as atividades particulares e pessoais, não lhes seria possível frequentar um curso presencial por diversas razões: tempo diário de deslocamento; dificuldade de ingresso em uma instituição pública de ensino superior, bem como impossibilidade de pagar a formação em uma instituição privada; e o tempo gasto, diariamente, em sala de aula como estudante.

De acordo com Moraes (2016), a EAD estimula uma nova forma de relação com o conhecimento, já que se implanta, no caso da virtualidade, em um ambiente de comunicação bidirecional, no qual o aluno não é apenas um receptor de mensagens e informações, mas o centro do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o autor destaca também que, através da EAD renovam-se os paradigmas comunicativos, permitindo o contato e a interação entre sujeitos geograficamente dispersos, tornando possível a troca de experiências e conhecimentos, trocas culturais e aprendizagens que seriam extremamente improváveis de outra maneira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo relacionar os benefícios que o programa de EAD pode proporcionar aos profissionais da área de educação, e identificar as dificuldades encontradas neste processo. Desta forma, verifica-se que o objetivo foi alcançado, pelo fato de o artigo expor, de forma clara e objetiva, as dificuldades e vantagens que esta modalidade possui.

Quanto aos objetivos específicos, foi possível apresentar as características desta modalidade, no Brasil, uma vez que foi destacado que não se deve ver a Educação à Distância como substituta da educação convencional. Pois estas são duas formas de se trabalhar o mesmo processo. Possuem propostas e características diferentes. Conforme a proposta, uma pode complementar a outra, como recurso de apoio pedagógico. Além disso, temos que considerar que o ensino à distância e o ensino presencial devem ser vislumbrados sobre a mesma ótica de qualidade, ou seja, é fundamental que não sejam criados pré-conceitos de uma ou outra modalidade.

Conferimos, que a Educação à Distância não é uma modalidade recente, no Brasil e no mundo, e que muitos são os investimentos que estão sendo realizados, mas se considera que há muito, ainda, a ser feito. Vimos que, inicialmente, era utilizado somente o material impresso, mas a tecnologia permitiu desenvolver muito mais recursos, que só facilitaram a aprendizagem dos alunos.

Ao atacarmos o segundo objetivo deste artigo, verificou-se que as tecnologias aproveitadas para a EAD são inúmeras. Algumas são simples e estão disponíveis para o uso do professor, de acordo com suas necessidades de ensino, outras são, extremamente, complexas, carecendo de muitos estudos e desenvolvimento para se constituírem como uma alternativa real, perante os recursos tecnológicos de informação e comunicação disponíveis.

Neste contexto, foi possível perceber que as tecnologias aplicadas à EAD proporcionam maior flexibilidade e acessibilidade à oferta educativa, fazendo-as avançar na direção de redes de distribuição de conhecimentos e de métodos de aprendizagem inovadores, revolucionando conceitos tradicionais e contribuindo para a criação dos sistemas educacionais do futuro. Isso se dá porque em um processo de EAD via Internet, tem-se três características básicas que são decorrentes da natureza das tecnologias de comunicação que são empregadas, pois possibilita que o aluno possa estudar a qualquer hora, de qualquer lugar e no seu próprio ritmo. Neste âmbito, ressaltou-se que o comparecimento a um determinado local para frequentar um curso, acarreta em um deslocamento que nem sempre é possível de se realizar, em função da distância, do tempo despendido, ou até mesmo, do custo necessário para tal.

Esta nova visão em torno da EAD e a importância de seu leque de ferramentas, demonstrados neste artigo, alavanca estudos e iniciativas futuras nesta área, a fim de se propagar ainda mais esta modalidade, que ainda há muito para se desenvolver. Com isso, alcançou-se o terceiro objetivo deste estudo.

Na busca de atingir o quarto objetivo, levantou-se os limites e as contribuições da educação à distância, para os professores, e verificou-se que a atividade docente, na EAD, deve ser focada em motivar e potencializar a aprendizagem dos alunos, tecendo significações, mapeando relevâncias, mediando relações, e requer um processo tecnológico. Ressalta-se que os tutores devem ter um treinamento para atuar nesta modalidade, pois não se trata apenas de passar o conteúdo para um ambiente virtual, mas

vai muito além disso. Este deve sanar as dúvidas dos seus alunos, motivá-los, organizar e coordenar os eventos de conversas virtuais, cobrar na hora certa, e buscar incentivar cada vez mais, as pessoas a interagirem no intuito de distribuir conhecimento, procurando, combater timidez e conversas fora do contexto acadêmico.

Percebeu-se, ainda, que uma limitação em relação a formação/atualização docente é a da autonomia e disciplina em realizar seus estudos, pois para alunos que não possuem estes atributos, a EAD pode se tornar acumulativo e sem aprendizado, tornando-se apenas cumpridor de tarefas e datas, sem aprendizado. Desta forma, alcançou-se o quarto objetivo do artigo.

Em um espectro maior, as características, as vantagens e as limitações aqui levantadas com certeza poderão cooperar, mesmo que de uma forma tímida, para o desenvolvimento e o aprimoramento desta modalidade, destacando assim, a contribuição do presente artigo para a sociedade e para as instituições que buscam meios de adquirir mais qualidade em seus serviços. Pois conforme foi relatado, a formação e atualização de professores através da Educação à Distância é ainda uma experiência muito recente no Brasil e, por esse motivo, ainda requer melhorias, novas proposições e experiências inovadoras.

Destaca-se que este artigo não teve a pretensão de esgotar as discussões sobre a EAD, na formação e atualização de professores, mas apenas incitar reflexões sobre suas possibilidades e limites, de maneira a expandir a discussão sobre a temática e iniciar a busca por soluções para os problemas que atrapalham esta modalidade de atingir seu potencial. Desta forma, pôde-se concluir que o Ensino à Distância traz inúmeras contribuições, incluindo competências e habilidades essenciais para a vida de quem escolhe essa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

[1] ARRELIAS, J. S.; BERNARDO, A. M. G.; DE OLIVEIRA, C. M. Reflexões sobre aprendizagem colaborativa e uso de TIC na educação profissional e tecnológica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e26111032327-e26111032327, 2022.

[2] BARBOSA, D. A.; MUNIZ, S. S. Educação a distância e a formação docente. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 12, p. 318-330, 2022.

[3] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distancia versão preliminar**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>. Acesso em: 18 Nov. 2024.

[5] BUCCI, M. P. D.; BIELSCHOWSKY, C. E. Qual o problema dos cursos de direito a distância (EAD)?. **Catalogação na Publicação (CIP)**, p. 227, 2022.

[6] DA COSTA, M. E. de O. et al. **Acesso e uso da informação em sistemas de bibliotecas universitárias federais para usuários da educação a distância (EaD)**. 2020.

[7] DA SILVA, J. S. et al. Letramento digital: desafios à formação docente. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 2, p. 15-29, 2020.

[8] DALCIN, R. A mediação de diálogos entre estudantes via Internet como estratégia para o ensino na disciplina de Metodologia para o Ensino de Ciências. **Teses e Dissertações PPGECIM**, 2014.

[9] DE OLIVEIRA, A. E.; DA SILVA, E. A educação a distância e sua contribuição na inclusão social. **Cadernos Zygmunt Bauman**. v. 5, n. 10, p. 10-18, 2015.

[10] DE OLIVEIRA, E. R.; DO NASCIMENTO, C. O. Os novos desafios da educação a distância no Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 7, n. 1, p. 512-524, 2020.

[11] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

[12] IAROCZINSKI, A. A educação a distância no Brasil: avanços e desafios. **Maiêutica-Geografia**, v. 3, n. 1, 2015.

[13] KLEIN, D. R. et al. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 20, n. 2, 2020.

[14] MALANCHEN, J. **Políticas de formação de professores a distância no Brasil: uma análise crítica**. Autores Associados, 2022.

[15] MARQUES, G. B.; MARQUES, V. A. As representações sociais de docentes sobre a modalidade de educação a distância no ensino superior. **Revista Dissertar**, v. 1, n. 20 e 21, p. 49-53, 2014.

[16] MEYER, A. I. S. et al. Os acontecimentos que marcaram a evolução da Educação a Distância no Mundo e no Brasil/The events that marked the evolution of Distance Learning in the World and in Brazil. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 51, p. 380-392, 2020.

[17] MORAES, D. de F. G. **A educação a distância e a formação docente**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. 2016.

[18] MORAES, D. de F. G.; DE OLIVEIRA, G. S.; CARDOSO, M. R. G. A formação docente na modalidade ead on-line. **Revista Prisma**, v. 1, n. 3, 2020.

[19] PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

[20] RODRIGUES, C. C. P.; APRILE, M. R. **INDICADORES DE QUALIDADE PARA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR POR MEIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**. 2019.

[21] RODRIGUES, E. F. S.; ANDRIOLA, W. B. Educação a distância (ead): retrospectiva histórica do seu desenvolvimento no Brasil e no mundo. **Revista Eletrônica Acta Sapientia**, v. 8, n. 1, 2021.

Capítulo 3

Deficiência visual: o processo para inclusão de alunos no meio educacional e sua adaptação atualmente[1]

Ivan Caldas da Silva[2]
Nara Batista Pucu Melo[3]
Thaiane Nunes de Oliveira Henriques[4]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: A didática de ensino frente a inclusão de alunos com deficiência visual assume atualmente uma ligação com a sociedade por ser introduzida junto a legislações, envolvendo âmbitos políticos e por habilidades do meio acadêmico e pedagógicos. Com isto, esta pesquisa aborda um estudo bibliográfico a respeito da inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito educacional, as diferenças que existe a respeito dos alunos com deficiência visual, bem como a ausência de políticas públicas para a qualificação de educadores e ainda alguns aspectos inclusivos e paradoxos existentes entre a educação e a educação adequada. Neste contexto, os compromissos em respeito às organizações educativas, sobretudo aos educadores, vêm ampliando com experiências e conhecimentos. O presente estudo objetiva analisar a educação frente aos deficientes visuais no Brasil, contribuindo para o favorecimento da aprendizagem envolvendo debates e reflexões acerca do tema. Demonstrando questões peculiares ligadas a esse grupo, de modo a garantir maior efetividade nessa inclusão ou interação. Estabelecendo como contraponto do trabalho, o paradoxo existente entre educação e educação adequada, de modo que possa-se analisar os aspectos inclusivos necessários para uma correta inclusão da pessoa com deficiência visual. Reconhecendo os estudos realizados acerca das inclusões de alunos com deficiências e deficiências visuais.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Visual. Igualdade Escolar. Educadores.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Docência no ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[2] Pós-graduando do Curso de Docência no ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[3] Pós-graduando do Curso de Docência no ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[4] Pós-graduando do Curso de Docência no ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[5] Docente e Orientadora do curso de Pós-Graduação em Docência no ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais sempre foi pauta para debate, com o intuito de buscar a inserção do ensino educacional igualitário, preservando as diferenças dentro do ambiente escolar. Contudo, há a relevância de se explanar ainda mais o tema, quando se refere a deficiência visual, visto que se trata de uma realidade vivida atualmente no sistema educacional que ainda causa divisão no âmbito de alunos com essa deficiência.

A ausência de políticas públicas voltadas para a qualificação de educadores é uma barreira que precisa ser analisada, a fim de qualificar educadores e funcionários e, partir desse contexto, criar a coexistência da interação de conhecimento entre a escola e funcionários e a comunidade.

Entretanto, no que diz respeito à pessoa com deficiência, o objetivo deste estudo é analisar a educação frente aos deficientes visuais no Brasil, contribuindo para o favorecimento da aprendizagem envolvendo debates e reflexões acerca do tema. Demonstrando questões peculiares ligadas a esse grupo, de modo a garantir maior efetividade nessa inclusão ou interação. Estabelecendo como contraponto do trabalho, o paradoxo existente entre educação e educação adequada, de modo que possa-se analisar os aspectos inclusivos necessários para uma correta inclusão da pessoa com deficiência visual. Reconhecendo os estudos realizados acerca das inclusões de alunos com deficiência e deficiência visual.

A inclusão social certamente tem sido um dos grandes desafios do mundo globalizado, gerando consequências multidisciplinares. A redução das desigualdades em nossa sociedade é tema que ganha relevância nas mais diversas pesquisas científicas, afinal, deve-se pensar em uma sociedade realmente inclusiva e que prestigie cada dia mais a inclusão dos grupos.

Destaca-se que este estudo é de cunho bibliográfico devido ser embasado por estudos já realizados ao longo dos tempos a respeito da inclusão de alunos com necessidades especiais em respeito a deficiência visual, como também possui dados qualitativos permitindo entender a profundidade e os pontos relevantes dos dados estudados, envolvendo as questões de inclusões, as divisões no âmbito escolar, a ausência de políticas públicas para a qualificação adequada dos educadores e alguns aspectos inclusivos, desta forma, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva.

Realizada estas iniciais considerações e apresentando as razões que motivaram a elaboração deste estudo, logo tem-se a estrutura, em que, este trabalho é composto por algumas partes. Um capítulo no qual contextualiza os pontos abordados, sua história com embasamento teórico bibliográfico e abrangendo a realidade dos alunos com deficiência visual e sua inclusão no âmbito escolar. No segundo capítulo serão apresentados os objetivos que motivam para execução deste estudo. O terceiro capítulo abrange as metodologias utilizadas e suas características que compõe este estudo e suas análises. Logo, se apresenta os resultados e discutiram-se os resultados deste estudo e apresenta-se as relevantes conclusões extraídas desta pesquisa.

2. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) apresentam desafios ou condições que podem afetar o seu processo de aprendizagem. Esses alunos podem

necessitar de apoio adicional ou adaptações no ambiente educacional para promover seu pleno desenvolvimento. Essas necessidades podem ser temporárias ou permanentes e podem incluir desafios físicos, cognitivos, emocionais, comportamentais ou sensoriais.

De acordo com Coll; Marchesi e Palacios (2016) “em meados da década de 70, mais especificamente entre 1972 e 1976, muito dos alunos com necessidades eram anulados dos sistemas regulares de ensino”.

Os mesmos autores acrescentam que “no decorrer dos anos, a população passara a assumir diferentes opiniões e ações, contando com práticas frente as diferenças entre crianças e jovens com necessidades especiais, onde não passam a ser exceção”.

A fim de entender o percurso histórico da educação especial, o qual envolve questões sociais, valores, ideias e comportamentos relacionadas a sociedade a quem às pertencem. Com isto, pode-se compreender que esta evolução ocorreu mediante a maneira como as populações ao longo dos anos foram encarando tal realidade, no qual as pessoas com deficiência estiveram evidentemente interligadas a aspectos econômicos, social e cultural dentro de determinada época.

As interferências das diferenças de oportunidades em muitos campos, como por exemplo, na inclusão ao mercado de trabalho, no crescimento profissional e pessoal, nos rendimentos, na saúde e ao progresso da cidadania, necessitam a garantia no ingresso das pessoas com necessidades especiais à educação (Unesco, 2017).

3. TÉCNICAS CLÁSSICAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Existem variados programas, estratégias, técnicas e metodologias sugestivas para a inclusão de alunos com deficiência no âmbito educacional, que buscam colaborar com o desenvolvimento da educação inclusiva.

De acordo com a autora, a inclusão não pressupõe o uso de metodologias e técnicas próprias para qualquer deficiência. Os alunos exercitam ainda o limite em que são capazes de alcançar, se as práticas educativas forem de qualidade, ou seja, se o educador utiliza variadas alternativas mediante às atividades abertas, no qual cada aluno se adapta por si só, na proporção em que suas dificuldades e necessidades, há de ser para erguer uma idéia, solucionar problemas, ou executar uma tarefa (Marin, 2016).

Deste modo, o aconselhado é desempenhar com a diversidade as habilidades e competências de cada indivíduo, salientando comumente a sua vocação espontânea, respeitando e facilitando o seu desempenho dentro e fora de sala de aula. Sendo importante em qualquer organização de ensino ao menos dois ambientes pedagógicos, a sala de aula onde ocorre contato direto com os professores e com os colegas e uma sala de apoio, que é o ambiente do profissional técnico em deficiências que facilite e contribua os alunos com dificuldades no processo de aprendizagem na sala padrão.

Segundo Paciléo (2020), nos recomendam cientificamente, que a inteligência emocional colabora com os processos de aprendizagem, assim sendo, as emoções conseguem não somente consolidar o relacionamento de si mesmo e com o próximo, mas também concebe um futuro promissor. As competências sociais e emocionais que conduzem toda a composição são as mesmas solicitadas pelo mercado contemporâneo, que necessitam de profissionais emocionalmente equilibrados para conseguirem atuar frente aos alunos com necessidades especiais.

Sendo assim, para que os alunos com necessidades especiais se adaptem é importante um preparo dos docentes, um projeto pedagógico, o uso de tecnologias, avaliação de desempenhos, o conhecimento geral a respeito do aluno, a fim de motivar um ambiente saudável e sem preconceitos e ainda o apoio da família. Como os autores citam, não existem técnicas especificas, existe um conjunto de ações que juntas podem apoiar na inclusão dos alunos nas redes educacionais, porém o mais importante é são as habilidades do educador.

4. POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO

As políticas que envolvem as questões de inclusão na educação com pessoas especiais vêm ganhando espaço no meio acadêmico, principalmente no que cita o direito social de pessoas com deficiência às redes de ensino.

Conforme cita a legislação brasileira, frente a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, foram criadas as Diretrizes Nacionais de Educação Básica para Educação Especial, que têm de conceder assistência ao público de modo particularizado de acordo com os princípios da Declaração de Salamanca em seu Art. 6º que diz para o reconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos e o posicionamento e decisão a respeito do atendimento necessário, a escola precisa praticar, com auxílio técnico, análises aos aluno em seu desenvolvimento de ensino e aprendizado, envolvendo os conhecimentos de seu corpo docente, seus líderes, coordenadores, educadores em geral, o departamento encarregado pela educação especial dentro da organização, o apoio da família e a assistência dos sistemas de saúde, assistência social, e outras (Sousa, 2022).

A política de integração de alunos com necessidades educacionais especiais ao meio educacional formal envolve, não apenas a sua permanência física, mas também caracteriza a coragem de avaliar conceitos e quebrar paradigmas de acordo com a Declaração de Salamanca (Sousa, 2022).

O direito à educação a pessoas com necessidades especiais é pauta recente no contexto das políticas públicas brasileiras, resultado de muita luta acerca dos movimentos sociais, em meados de 1980 havendo a Constituição Federal de1998, por este meio a educação passou a ser uma obrigação do estado e uma alternativa para as famílias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, ocasionou uma evolução ao promover atendimentos à pessoas e direito a educação com qualidade assegurando uma conquista democrática de igualitária aos direitos à educação objetivando integrar todas as crianças, abrangendo as com necessidades especiais de suas características físicas, psicológicas, atingindo as ações familiares e da população (Leocádio; Ferreira, 2024).

Lima e Dorziat (2013), ao analisar os efeitos das políticas de inclusão de alunos com necessidades especiais em redes de ensino, manifestam que muitos pontos necessitam ser reavaliados para a permanência das atividades pedagógicas mais introduzidas no que tange a educação infantil. Isso devido a ocasiões de exclusão, em que rejeitam às crianças com deficiência na participação de atividades essenciais em seu progresso, levando em consideração as suas fragilidades, com isto, as autoras apoiam as ações de formações continuadas como um método estratégico importante para a evolução dos processos educativos inclusivos.

5. ACOLHIMENTO DOS DOCENTES COM AS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Conforme cita Mazzota (2017), a atuação inclusiva presume um indício, isto é, cada ser é importantíssimo para assegurar a riqueza do acervo, tendo de ser admissível que todos os alunos permaneçam na classe normal. Deste modo, a expectativa é que as escolas procurem de modo criativo recursos para acolher e apoiar diferentes alunos no ambiente escolar e os auxiliam para que os mesmos consigam grandes resultados em seu desempenho que envolve sua vida acadêmica e social.

No momento em que os educadores se encontram engajados em suas atividades, eles precisam levar em consideração a personalidade dos alunos, não somente no âmbito inteligência, mas também questões de moralidade, de afeição, e de corporalidade motora. Como fruto das atividades escolares, os alunos manifestam a habilidade de observar, podendo criticamente se posicionar a frente dos fenômenos e fatos dos convívios sociais e naturais, como também das capacidades de expressões orais e escritas. Por isso, as unidades de ensino se constituem na construção de atitudes e crenças relacionadas à realidade dos indivíduos com necessidades. O processo de aprendizagem precisa desenvolver o desejo e o gosto pela aprendizagem (Costa, 2019).

É responsabilidade do educador possibilitar e fornecer atividades lúdicas satisfatórias objetivando apoiar crianças com necessidades especiais a nortear suas emoções para canais benéficos e para aquisição de boas habilidades onde a educação afetiva precisa percorrer lado a lado com a educação intelectual, buscando sempre uma educação integral.

6. A DEFICIÊNCIA VISUAL E SUA CLASSIFICAÇÃO

Segundo o Censo Escolar, 94.188 alunos com deficiência visual encontravam-se matriculados na Educação Básica no Brasil no ano de 2023 (Inep, 2024). Em termos educacionais, as pessoas portadoras de deficiências visuais podem ser classificadas em duas classes: cegos e com baixa visão. Onde cegueira trata-se de uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções fundamentais da visão gerando seqüela irreversível ao indivíduo. Já a baixa visão é considerada caso a caso em decorrência da variabilidade e intensividade das implicações relativas às funções visuais.

A OMS (Organização Mundial de Saúde), divulga a classificação e terminologia que separa três classes da visão sendo eles: cegueira, normal e ambliopia (Tabela 1).

Tabela 1: Classificação da deficiência visual

Classificação da Visão	Grau da Deficiência	Acuidade
Normal	Nula	0,8 ou superior
	Ligeira	Menor de 0,8
Ambliopia	Moderada	Menor de 0,3
	Grave	Menor de 0,12
Cegueira	Profunda	Menor de 0,05
	Quase total	Menor de 0,02
	Total	Ausência de percepção de luz

Fonte: OMS, 2023.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresentava os seguintes números e percentuais de pessoas com deficiências entre a população com 2 anos ou mais de idade: deficiência visual: 6,978 milhões de pessoas (3,4%); auditiva: 2,3 milhões de pessoas (1,1%); física nos membros inferiores: 7,8 milhões de pessoas (3,8%); física nos membros superiores: 5,5 milhões de pessoas (2,7%); intelectual: 2,5 milhões de pessoas (1,2%). Esses dados indicam que aproximadamente 8,4% da população brasileira com 2 anos ou mais possuía pelo menos uma das deficiências investigadas (Stopa *et al.;* 2020).

7. INCLUSÃO ESCOLAR E DEFICIÊNCIA VISUAL

Dentro deste tema envolve muito o respeito às diferenças, a didática inclusiva admite um ensino com qualidade, usando estratégias e outros meios que possibilitem dentre as adversidades um equilíbrio na igualdade oportunizando a aprendizagem a todos. Desta forma, no meio das diferenças, é importante que os alunos, obtendo deficiências ou não, tenham o direito de estar em sala de aula, e que as didáticas de ensinos consigam transmitir a aprendizagem (Cozendey; Costa; Pessanha, 2013).

A formação dos planejamentos inclusivos para alunos com deficiências se incorporarem nas redes de ensino está ocasionando transformações de assimilação e acolhimento frente aos problemas das deficiências e sensibilizando as redes escolares para se organizarem bruscamente, a contar de sua estruturação, princípios e seu projeto político-pedagógico. Em decorrência destas realidades, as redes públicas precisam fundamentar-se em hipóteses democráticas que conduzam suas ações e assegurem á cidadania o direito à educação.

Camargo (2016) argumenta quanto a relevância de técnicas e habilidades inclusivas, que podem ser usadas com alunos portador ou não de deficiência no meio escolar, como a produção e utilização de padrões didáticos como metodologias alternativas, potencializando o método de ensino e a aperfeiçoando a aprendizagem, estabelecendo significados mais bem elaborados aos educadores, ao manusearem e colocarem em práticas esses materiais.

Os embates que contornam a humanização de um planejamento de inclusão vão acima de todas as previsões determinadas no período de tal planejamento. Constata-se

que, por mais discutido que seja o tema em classe teórica, é importante antes de qualquer coisa, ser entendido e absorvido pelos indivíduos envolvidos nestes processos, como forma de princípios e enquanto posturas profissionais. Dentro deste contexto, a responsabilidade do educador há de ser com a emancipação humanizada com todos os seus alunos. Ainda que os paradoxos desta atualidade, de uma sociedade bastante capitalista atrapalhem a assimilação destes fatos, é comum encontrar muitas questões que afetam negativamente os educadores que são altamente comprometidos com as dificuldades da formação pedagógica. Por essas questões, é imprescindível aprofundar- se em reflexões a respeito do tema e das fundamentais questões que envolvem as ordens teóricas e práticas.

Os exercícios didáticos realizados com a utilização de modelos tridimensionais táteis são uma opção metodológica para integralizar alunos com necessidades especiais, em principal os alunos com deficiências visuais com os demais alunos, manifestando ainda um simplificador do estudo. A diversidade não é apenas reconhecida, mais também precisa ser conceituada como um otimizador na união entre um grupo que beneficie o aprendizado em conjunto de todos os alunos (Lippe; Camargo, 2016).

A democratização no meio escolar e de ensino almeja assegurar a todos o direito em participar do processamento da escolarização. Objetivando democratizar a educação, havendo a necessidade de ser justa a disposição das vagas escolares, acolhendo e contando com as diversidades das necessidades públicas, incluindo os indivíduos portadores de deficiências. Garantindo a escolarização com qualidade para todos acarreta acolher e valorizar esta causa das classes sociais, envolvendo as atuais condições e aceitando o estilo de cada ser para a aprendizagem.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as metodologias utilizadas neste estudo foi possível alcançar resultados satisfatórios no que tange desenvolver uma percepção e conteúdo que contribuíram no meio acadêmico, manifestando reflexões quanto a educação inclusiva referente às pessoas portadoras de deficiências visuais. Constata-se que o projeto de uma educação inclusiva necessita, definitivamente, de todas as forças e empenhos dos diversos agentes e aos componentes interligados aos processos educativos, podendo ser internos ou externos ao meio educacional. Melhor dizendo, à responsabilidade ao êxito das práticas das políticas incorporadas na conjuntura escolar, não consiste unicamente de uma boa vontade dos educadores.

É necessário que os órgãos governamentais disponibilizem verbas para que as entidades escolares consigam renovar e adaptar suas instalações e materiais frente às necessidades de todos os alunos, com adoção de sistemas educativos e técnicas com equipes multidisciplinares e incluindo novas tecnologias e inovação para que ocorra um ensino de qualidade para todos, independente das necessidades especiais.

Em suma, esta pesquisa deixa compreender que além destas necessidades externas e internas, a sociedade de modo geral dentro desta realidade, necessita apoiar e quebrar alguns paradigmas visto que com apoio de todos será possivel chegar a uma possível atingir a igualdade.

REFERÊNCIAS

[1] BATISTA, L. S.; KUMADA, K. M. O. **Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica**. Revista Brasileira de Iniciação Científica, v. 8, 2021.

[2] CAMARGO, E. P. **Inclusão e necessidade educacional especial**: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

[3] COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação - Vol. 3:** Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Penso Editora, 2016.

[4] COSTA, S. C. **Aluno com deficiência física:** Cognições sobre suas habilidades sociais no contexto da educação física escolar. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém – PA, 2019.

[5] COZENDEY, S. G.; COSTA, M. P. R.; PESSANHA, M. C. R. **Ensino de física e educação inclusiva**: O ensino da primeira Lei de Newton. Revista Ibero-Americana de estudos em educação, v. 8, n. 2, 2013.

[6] Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2024). Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-naeducacao- especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao. Acesso em: 25 dez. 2024.

[7] LEOCÁDIO, R. C. de A.; FERREIRA, V. A. **A evolução da educação profissional a partir das políticas públicas:** Uma breve reflexão. Revista JRG de Estudos Acadêmicos**,** Brasil, São Paulo, v. 7, n. 16, 2024.

[8] LIMA, M. B. B. S.; DORZIAT, A.**Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas**: um olhar sobre as práticas de inclusão. Trabalhos completos. 36ª Reunião Nacional da ANPED, Goiânia- GO, 2013.

[9] LIPPE, E. M. O.; CAMARGO, É. P. **Ensino de ciências e deficiência visual**: discursos e práticas inclusivas para a formação de professores. In: Ensino de Ciências e inclusão escolar: investigações sobre o ensino e a aprendizagem de estudantes com deficiência visual e estudantes surdos. Curitiba, PR: CRV, 2016.

[10] MARIN, M. V. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no segundo segmento do ensino fundamental em um espaço de excelência acadêmica.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2015.

[11] MAZZOTTA, M. J. S.**Educação Especial No Brasil**: Histórias E Políticas Públicas. 6ª Ed.São Paulo: Cortez, 2017.

[12] PACILÉO, A. **A Importância de Desenvolver Inteligência Emocional**. Empreendendo Direito - R7, 2020.

[13] SILVA, T. N. C. **Deficiente visual**: Ensinando e Aprendendo química através das tecnologias assistidas no Ensino Médio. 112 f. Tese de mestrado. Centro Universitário Univates. Lajeado, RS. 2014.

[14] SOUSA, R. L. de. **Formação continuada de professores da educação infantil na centralidade do apoio ao ensino de crianças com deficiência.** Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luis – MA, 2022.

[15] STOPA, S. R.; SZWARCWALD, C. L.; OLIVEIRA, M. M.; POZZETTI, E. C. D.; VIEIRA, M. L. F. P.; FREITAS, M. P. S.; SARDINHA, L. M. V.; MACÁRIO, E. M. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019:** Histórico, métodos e perspectivas. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, 2020.

[16] UNESCO. ***A guide for ensuring inclusion and equity in education***. *The Global Education* 2030 Agenda. Geneva: UNESCO IBE, 2017.

Capítulo 4

A transformação do docente de contabilidade nos saberes e competências para um mundo em revolução: a importância do desenvolvimento prático na disciplina de Contabilidade Geral[1]

Gildeone de Oliveira Mimoria[2]
Jacob Maia Bezerra[3]
Pablo Bezerra da Costa[4]4
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: A contabilidade é uma disciplina fundamental no curso de Administração de Empresas, pois fornece instrumentos essenciais para a tomada de decisões estratégicas. Este artigo destaca a importância do desenvolvimento prático na disciplina de Contabilidade Geral, apresentando benefícios, desafios e estratégias para uma abordagem eficaz.

Palavras-chave: Administração, Contabilidade Geral, Gestão.

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE

[2] Pós-Graduando do curso de pós-graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[3] Pós-Graduando do curso de pós-graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[4] Pós-Graduando do curso de pós-graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[5] Docente do Curso de Pós-Graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta essencial para os administradores, permitindo análises financeiras, planejamento e controle. No entanto, o ensino tradicional muitas vezes se concentra em conceitos teóricos, negligenciando a prática. Este artigo argumenta que o desenvolvimento prático é essencial para uma formação completa em Contabilidade Geral.

Administração de empresas é um dos cursos mais comuns no Brasil, o Administrador não pode exercer a contabilidade porém é muito comum que esse profissional seja um consultor importante no processo de gestão das grandes empresas, desta forma é importante que a matéria de contabilidade geral seja aplicada de forma dinâmica e prática para que os profissionais sejam colocados em testes antes de chegar ao mercado de trabalho.

A deficiência no ensino é de contabilidade entre os administradores é muito grave, pois essa matéria é de grande importância no curso e na vida dos futuros administradores, no atual contexto uma solução é implementar melhores metodologias para criar um ambiente de aprendizado prático e simulado para que os gestores tenham ciência das rotinas e dos processos internos e gerenciais das organizações.

A disciplina de Contabilidade Geral, tem uma metodologia muito teórica e com muitos autores que já não são tão atuais , essas circunstâncias geram desmotivação dos alunos com a disciplina e é a causa da desistência de muitos alunos também. Embora o conhecimento teórico seja essencial, o desenvolvimento prático na disciplina de Contabilidade Geral é crucial para a formação de administradores competentes. A prática contábil permite que os alunos apliquem os conceitos teóricos em situações reais, desenvolvendo habilidades de análise crítica e resolução de problemas que são vitais no mundo dos negócios.

2. USO DA TIC NA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GERAL

A incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na disciplina de Contabilidade Geral tem revolucionado a maneira como a contabilidade é ensinada e praticada. Essas tecnologias não apenas facilitam o aprendizado teórico, mas também oferecem ferramentas práticas que preparam os alunos para o mercado de trabalho..

2.1. USO DAS TIC NAS DISCIPLINAS DE CONTABILIDADE GERAL

Existem vários softwares de contabilidade que permitem a interação do aluno com o professor e com a equipe de trabalho, os softwares de contabilidade, como SAP, QuickBooks e TOTVS, permitem a automação de tarefas repetitivas, como lançamentos contábeis e geração de relatórios. Isso reduz o erro humano e aumenta a eficiência. Para esse projeto vamos recomendar o sistema Alterdata, que possibilita a interação do software para a finalidade acadêmica de forma gratuita. Através do site da universidade corporativa alterdata, A equipe da UCA é formada por profissionais com formação em diversas áreas, todos os instrutores atuam ou atuaram no mercado, reunindo assim conhecimento teórico e principalmente prático sobre o mundo dos negócios.

2.2. ANÁLISES DE DADOS CONTABILIDADE GERAL

Ferramentas como Excel avançado e Power BI possibilitam a análise detalhada de grandes volumes de dados financeiros. Com essas ferramentas, os alunos podem criar visualizações de dados que ajudam na tomada de decisão. Para que a contabilidade aconteça nas empresas é necessário informações e dados, principalmente financeiros, desta forma pode ser utilizada uma empresa fictícia com dados e documentos que não são verdadeiros para simular as informações como em um jogo de banco imobiliário de forma que os alunos interajam com o mercado e com situações reais das empresas, criando relatórios utilizando os recursos gratuitos das ferramentas da microsoft, e tendo uma experiência interativa com a matéria e com o professor, as grandes empresas também podem investir em aprendizados práticos criando ambientes acadêmicos propícios para o surgimento deempresas startups, incubadoras universitárias que possam servir como modelo de projetos e estudo de caso, inclusive com uma boa gestão essas empresas podem evoluir e crescer. A contabilidade Geral é uma disciplina que mostra dados e informações vitais da empresa através de relatórios, esses paines de informações são como o painel de comando de uma aeronave, antes de levantar voo o piloto deve apresentar um plano de voo e o painel informa todas as condições para esse voo, desta mesma forma o professor deve ensinar os administradores sobre a gestão e criação de relatórios gerenciais para a contabilidade, a sociedade é a principal usuária das informações, vivemos em um mundo cada vez mais globalizado e com mudanças constantes, depois da pandemia muitos sistema foram modificados e colocados em nuvens, desta forma a tecnologia evoluiu e criou um mundo mais digital, para os acadêmicos de Administração essas mudanças geram impactos significativos principalmente nas metodologias destes cursos.

> A nossa sociedade impõe diferentes exigências, especialmente na área educacional, em que tudo muda rapidamente. As informações são transmitidas e conhecidas de maneira quase instantânea e passaram a fazer parte do ambiente
>
> escolar, causando preocupação dos professores sobre o seu papel nessa nova realidade (HARGREAVES, 2011).

2.3. APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS: UM MÉTODO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem-Based Learning - PBL) é uma abordagem pedagógica inovadora que coloca o aluno no centro do processo educacional. Em vez de simplesmente receber informações passivamente, os alunos são incentivados a resolver problemas complexos e reais, desenvolvendo habilidades essenciais para o mundo moderno. A ABP está relacionada com a teoria construtiva da aprendizagem.

A PBL já é utilizada nos cursos de medicina e Direito como um teste de fogo que capacita o discente antes de chegar ao mercado, o estágio também é uma metodologia que utiliza a prática que é obrigatório na maioria dos cursos superiores, porém em matérias mais teóricas não tem essa mesma experiência de interação com o objeto de estudo.

A disrupção tecnológica está criando cada vez mais novidade no mercado de trabalho atual, no entanto, o acesso às informações e a programas no ambiente acadêmico tem levado muitos discentes a costumes negativos de pesquisa utilizando as inteligências artificiais para produzir informações e criar trabalhos acadêmicos, a

criatividade humana passa despercebida dentro de uma aprendizagem de máquina que foi criada pela inteligência humana, porém no curso de Administração e contabilidade essa interação com a máquina é essencial para que o aluno aprenda as expertise dos sistemas de contabilidade, assim como a experiência de analisar as informações e discutir os casos em grupo para que o aprendizado seja eficaz.

A implementação da PBL não está isenta de desafios. Requer tempo, recursos e uma mudança na mentalidade dos educadores. Os professores devem ser capacitados para atuar como facilitadores do aprendizado, guiando os alunos em sua jornada de descoberta sem fornecer respostas prontas e não mecanizadas.

> Há muito se discute sobre os propósitos do Ensino Superior e sobre a eficiência dos métodos de ensino e aprendizagem dentro da universidade, considerando, em especial, a complexidade das exigências provenientes de um mercado cada vez mais globalizado e competitivo (FLINT, 2007).

A implementação da PBL não está isenta de desafios. Requer tempo, recursos e uma mudança na mentalidade dos educadores. Os professores devem ser capacitados para atuar como facilitadores do aprendizado, guiando os alunos em sua jornada de descoberta sem fornecer respostas prontas.

Além disso, a preparação de problemas reais e desafiadores pode ser trabalhosa e demanda um planejamento cuidadoso. A avaliação do desempenho dos alunos também pode ser complexa, exigindo critérios claros e bem definidos.

Durante o contexto atual marcado por mudanças tecnológicas e sociais rápidas, a PBL surge como uma metodologia de ensino que prepara os estudantes para o século XXI. Resolvendo problemas reais e desenvolvendo as habilidades críticas, a PBL fornece uma educação mais integral.

As tecnologias de informação e comunicação são essenciais para a implantação do conceito da PBL. Tais ferramentas digitais, como plataformas de ensino online, software de simulação eoutras ferramentas de colaboração, vinculam os conceitos práticos e propiciam a interação entre os alunos, fortalecendo assim ainda mais a experiência dos alunos.

De acordo com Mamede (2001), a perspectiva da ABP é delineada nos princípios derivados da psicologia cognitiva, caracterizada como uma forma de aprendizagem e instrução colaborativa, construtivista e contextual. Levin (2001)

2.4. AULA DE CONTABILIDADE GERAL APLICANDO O MÉTODO PBL

A contabilidade geral tem como objetivo principal desenvolver as habilidades gerenciais do discente. essa área tem a função gerencial dentro das grandes empresas responsável pela tomada de decisões, por isso é necessário que os alunos tenham experiências e vivências reais do processo durante a aprendizagem, utilizando o método PBL podemos acelerar o processo de aprendizagem desse assunto, a matéria de contabilidade Geral normalmente é aplicada no quarto período do Curso de Administração de Empresas,por tanto é uma matéria que necessita de bastante engajamento dos discentes.

A aplicação desta metodologia inicia no nivelamento da turma e

alinhamento de informações da plataforma que vamos utilizar, com turmas bastantes diversas é muito comum o docente enfrenta dificuldades na aplicação do método, pois temos que levar em consideração o acesso a tecnologia e as limitações de alguns discentes, até mesmo o interesse com o assunto, para isso que o metodologia deve ser aplicada de forma dinâmica para que o aprendizado seja prazeroso. O primeiro passo após o nivelamento da turma é criar grupos de no máximo cinco alunos,

apresentar a plataforma da UCA, que é gratuita e oferece o aprendizado interativo do grupo, após fazer o cadastro, o aluno tem acesso a fazer o download do sistema no seu computador, é importante que cada aluno do grupo faça o seu cadastro para poder ter acesso a sua própria ferramenta de trabalho. para se cadastrar basta acessar o seguinte link: https//universidade-corporativa-alterdata.eadbox.com.

Página inicial do site da UCA

2.5. SABERES ESSENCIAIS PARA O PROFESSOR DE CONTABILIDADE

O professor de contabilidade precisa dominar um conjunto amplo de saberes para atender às demandas da formação de profissionais na atualidade. Além do conhecimento técnico da área contábil, que inclui o domínio das normas, procedimentos e princípios contábeis, o professor precisa desenvolver habilidades pedagógicas, competências digitais, visão crítica e ética profissional, como afirma Freire (2011, p. 47), "ensinar exige compreensão da realidade".

2.6. DOMÍNIO DO CONHECIMENTO CONTÁBIL

O professor de contabilidade deve possuir um conhecimento profundo e atualizado sobre a área contábil, incluindo:

2.6.1. CONTABILIDADE FINANCEIRA

Elaboração e análise de demonstrações contábeis: "As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho de uma entidade." (IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Contábeis).

Conhecimento das normas contábeis internacionais e brasileiras: "Ás normas

internacionais de contabilidade (IFRS) fornecem uma base para a preparação de demonstrações contábeis que sejam comparáveis em todo o mundo." (CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro).

2.7. CONTABILIDADE GERENCIAL

Análise de custos: "A análise de custos fornece informações para a tomada de decisões gerenciais, como precificação, controle de custos e avaliação de desempenho." (Martins, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010).

Planejamento e controle orçamentário: "O orçamento é uma ferramenta essencial para o planejamento e controle das atividades de uma organização." (Welsch, Glenn A. Orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2006).

Tomada de decisões gerenciais: "A contabilidade gerencial fornece informações relevantes para auxiliar os gestores na tomada de decisões estratégicas." (Horngren, Charles T. Contabilidade de custos. 16. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012).

2.8. CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Legislação tributária: "O sistema tributário nacional é regido pelo Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece as normas gerais sobre tributos." (Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/1966).

Apuração de impostos: "A apuração de impostos envolve a determinação do valor devido a cada ente tributante, de acordo com a legislação aplicável." (Fabretti, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011).

Planejamento tributário: "O planejamento tributário visa a reduzir a carga tributária da empresa, de forma lícita, por meio da escolha de alternativas previstas na legislação." (Alexandre, Ricardo. Direito tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2019).

2.9. CONTABILIDADE PÚBLICA

Normas e procedimentos contábeis aplicados ao setor público: "As normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP) têm como objetivo garantir a transparência e a accountability na gestão dos recursos públicos." (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP).

2.10. AUDITORIA

Princípios e normas de auditoria: "Ás normas de auditoria (NBC TA) estabelecem as diretrizes para a condução de auditorias de demonstrações contábeis." (Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade).

Planejamento e execução de auditorias: "O planejamento da auditoria envolve a definição do escopo, dos objetivos e da estratégia a serem adotados." (Attie, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010).

2.11. PERÍCIA CONTÁBIL

Elaboração de laudos periciais: "O laudo pericial contábil é um documento que apresenta as conclusões do perito sobre as questões que lhe foram submetidas." (NBC TP 01 - Perícia Contábil).

Análise de documentos contábeis: "A perícia contábil envolve a análise de documentos contábeis para apurar fatos e apresentar provas." (Ornelas, Martinho Maurício Gomes de. Perícia contábil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015).

2.12. HABILIDADES PEDAGÓGICAS

Para Libâneo (2013, p. 233), "o professor é um profissional que trabalha com o desenvolvimento da capacidade de pensar". Nesse sentido, o professor de contabilidade precisa desenvolver habilidades pedagógicas para planejar e ministrar aulas eficazes, utilizando metodologias ativas de aprendizagem que estimulem o pensamento crítico e a participação dos alunos.

O professor de contabilidade precisa desenvolver habilidades pedagógicas para planejar Algumas habilidades pedagógicas essenciais são:

Planejamento de ensino: definir objetivos de aprendizagem, selecionar conteúdos relevantes, organizar atividades didáticas.

Comunicação: expressar-se de forma clara e objetiva, utilizar recursos audiovisuais de forma eficiente, promover o diálogo em sala de aula.

Gestão da sala de aula: criar um ambiente de aprendizagem colaborativo e respeitoso, gerenciar o tempo de forma eficiente, lidar com as diferenças individuais dos alunos.

Avaliação da aprendizagem: utilizar diferentes instrumentos de avaliação, fornecer feedback construtivo aos alunos, acompanhar o progresso da aprendizagem.

3. COMPETÊNCIAS DIGITAIS

No mundo atual, marcado pela tecnologia e pela informação, o professor de contabilidade precisa desenvolver competências digitais para utilizar as ferramentas tecnológicas em sala de aula e para se manter atualizado sobre as novas tendências da área. Algumas competências digitais importantes são:

- Domínio de softwares contábeis: utilizar softwares de gestão contábil, planilhas eletrônicas, sistemas de informação contábil.
- Utilização de plataformas de ensino online: criar e ministrar cursos online, utilizar ferramentas de videoconferência, gerenciar o aprendizado dos alunos em ambientes virtuais.
- Pesquisa e seleção de informações na internet: acessar e avaliar criticamente as informações disponíveis na internet, utilizar bancos de dados e bibliotecas virtuais.
- Produção de conteúdo digital: criar apresentações, vídeos, tutoriais, e-books, utilizando ferramentas de edição de texto, imagem e vídeo.

3.1. VISÃO CRÍTICA E ÉTICA PROFISSIONAL

O professor de contabilidade deve ter uma visão crítica da realidade social e econômica, para formar profissionais capazes de analisar criticamente as informações e tomar decisões éticas e responsáveis. A ética profissional é fundamental na área contábil, e o professor deve ser um exemplo para seus alunos, demonstrando comportamento ético e responsável em sua atuação profissional.

3.2. COMPETÊNCIAS PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Além dos saberes essenciais, o professor de contabilidade precisa desenvolver competências para lidar com os desafios de um mundo em constante transformação. A capacidade de adaptação, a inovação, a liderança, o trabalho em equipe e a comunicação eficiente são fundamentais para o sucesso do professor na atualidade.

3.3. CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO

O professor de contabilidade precisa ser flexível e adaptável para lidar com as mudanças no cenário econômico, tecnológico e social. A capacidade de aprender continuamente, de se atualizar sobre as novas tendências e de incorporar novas metodologias e ferramentas ao seu trabalho é essencial para o professor se manter relevante e eficaz em sua atuação.

3.4. INOVAÇÃO

A inovação é um elemento chave para o sucesso do professor de contabilidade no mundo atual. O professor deve ser capaz de criar e experimentar novas metodologias de ensino, utilizar ferramentas tecnológicas de forma criativa e buscar soluções inovadoras para os desafios da educação. A inovação permite ao professor tornar as aulas mais dinâmicas, engajadoras e relevantes para os alunos.

3.5. LIDERANÇA

O professor de contabilidade exerce um papel de liderança em sala de aula, inspirando e motivando seus alunos. A liderança do professor se manifesta na capacidade de criar um ambiente de aprendizagem positivo e estimulante, de incentivar a participação e o trabalho em equipe, e de orientar os alunos em sua trajetória acadêmica e profissional.

3.6. TRABALHO EM EQUIPE

O trabalho em equipe é essencial no ambiente acadêmico e profissional, e o professor de contabilidade deve ser capaz de trabalhar de forma colaborativa com seus colegas, alunos e outros profissionais. A capacidade de compartilhar conhecimentos, experiências e ideias, de construir relacionamentos interpessoais positivos e de contribuir para um ambiente de trabalho produtivo e colaborativo é fundamental para o sucesso do professor.

3.7. COMUNICAÇÃO EFICIENTE

A comunicação eficiente é indispensável para o professor de contabilidade, que precisa se comunicar de forma clara, objetiva e persuasiva com seus alunos, colegas e outros profissionais. O professor deve ser capaz de expressar suas ideias de forma oral e escrita, de utilizar recursos audiovisuais de forma eficiente e de se adaptar aos diferentes públicos e situações de comunicação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar os saberes e competências essenciais para o professor de contabilidade no contexto das novas exigências do mercado e da sociedade. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível constatar que o professor de contabilidade precisa desenvolver um conjunto amplo de habilidades, que vão além do domínio técnico da área, para atender às demandas da formação de profissionais contábeis na atualidade.

O professor de contabilidade do século XXI precisa ser um profissional completo, que domine o conhecimento contábil, possua habilidades pedagógicas, competências digitais, visão crítica e ética profissional. Além disso, precisa ser capaz de se adaptar às mudanças, de inovar em sua prática docente, de exercer liderança em sala de aula, de trabalhar em equipe e de se comunicar de forma eficiente.

A formação de qualidade do professor de contabilidade tem implicações diretas para a qualidade do ensino da contabilidade e para a formação de profissionais qualificados e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social. A reinvenção do papel do professor de contabilidade é um processo contínuo e desafiador, que exige investimento em formação continuada, atualização constante e busca por inovação.

O desenvolvimento prático na disciplina de Contabilidade Geral é fundamental para formar administradores competentes. É essencial superar desafios e incorporar estratégias inovadoras para proporcionar uma educação contábil de qualidade. Professores, instituições e empresas devem colaborar para oferecer uma formação prática e eficaz.

A formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho é importante, responsabilidade do docente no processo de formação é de trazer a qualidade dos materiais disponibilizados e as ferramentas que podem ser decisivas para uma carreira de sucesso tanto na administração quanto no Curso de Ciências contábeis, O profissional é colocado a prova antes mesmo de exercer a função no mercado de trabalho, assim como nos cursos de medicina em que antes de colocar o médico no campo é necessário primeiro treinar pois um erro pode custar a vida de um paciente, assim mesmo é na administração, um simples erro pode matar empresas inteiras e causar problemas irreversíveis, com isso podemos afirmar que é importante o conhecimento prático e de grande relevância a matéria de contabilidade geral com a aplicação da prática como treinamento e desenvolvimento profissional.

REFERÊNCIAS

[1] Aprendizagem Baseada Em Problemas:Um Método De Ensino-Aprendizagem E Suas Práticas Educativas. **NBR 6022**: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2014.

[2] Percepções sobre o ensino superior de contabilidade e o mercado de trabalho dos contadores: uma avaliação da população com curso Superior completo ou em curso... **NBR 6022**: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

[3] TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. Indaial: Ed. ASSELVI, 2008.

[4] NEVES, A. C. Reflexões sobre o ensino superior de contabilidade e a formação do contador. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, p. 18-29, abr. 2006.

[5] UNIVERSIDADE CORPORATIVA ALTERDATA. Disponível em: https://universidade-corporativa-alterdata.eadbox.com/. Acesso em: 29 dez. 2024.

[6] **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**. Pronunciamentos Técnicos. Disponível em: https://www.cpc.org.br/

[7] **International Accounting Standards Board (IASB)**. International Financial Reporting Standards (IFRS). Disponível em: https://www.ifrs.org/

[8] **Martins**, **Eliseu**. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

[9] **Welsch, Glenn A**. Orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.

[10] **Horngren, Charles T**. Contabilidade de custos. 16. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

[11] **Brasil. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

[12] **Fabretti, Láudio Camargo**. Contabilidade tributária. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

[13] **Alexandre, Ricardo.** Direito tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2019.

[14] **Secretaria do Tesouro Nacional.** Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em: [URL inválido removido]

[15] **Conselho Federal de Contabilidade (CFC).** Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: https://www.cfc.org.br/

[16] **Attie, William.** Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

[17] **Conselho Federal de Contabilidade (CFC).** Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: https://www.cfc.org.br/

[18] **Ornelas, Martinho Maurício Gomes de.** Perícia contábil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Capítulo 5

A Inteligência Artificial e a sua contribuição para o plágio acadêmico no ensino superior

Andrielly de Araújo Moraes
Cristiano Raimundo Barbosa Lira
Lucas Galvão Guimarães
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva

Resumo: O presente trabalho analisa a crescente influência da inteligência artificial (IA) no aumento dos casos de plágio no ensino superior. A facilidade com que ferramentas como o ChatGPT geram textos originais e bem escritos tem levado muitos estudantes a utilizá-las de forma inadequada, copiando ou parafraseando conteúdos sem a devida citação. A pesquisa destaca os desafios e as soluções para combater esse problema. Por um lado, a IA oferece ferramentas sofisticadas para detectar plágio, como o Copyleaks e o Grammarly. Por outro lado, a constante evolução da tecnologia exige que instituições de ensino e pesquisadores estejam sempre atualizados sobre as novas formas de plágio e as melhores práticas para evitá-lo.O artigo conclui que a IA é uma ferramenta poderosa, mas que deve ser utilizada com responsabilidade. É fundamental que os estudantes sejam conscientizados sobre a importância da originalidade e da ética na produção acadêmica. Além disso, as instituições de ensino devem investir em ferramentas de detecção de plágio e em programas de educação sobre propriedade intelectual.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Plágio Acadêmico; Ensino Superior

1. INTRODUÇÃO

Recentemente, a inteligência artificial (I.A) tem desempenhado uma função cada vez mais significativa no setor educacional. Seus avanços tecnológicos, aumentaram a disponibilidade de dados e contribuíram no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Todavia, a influência dessa tecnologia que promete otimizar processos, também apresenta novos desafios para integridade acadêmica, sendo um deles, a cópia não autorizada de produções acadêmicas.

Conforme afirma Marcelo Krokoscz (2016, p.36 e 37), o plágio é o efeito de copiar a obra de alguém e apresentá-la como se sua própria autoria, inclusive, no Brasil, essa forma de violação é considerada um crime, conforme previsto pela Lei 9.610/98 e tipificado no artigo 184 do Código Penal, que impõe uma pena de três meses a um ano de prisão, para aqueles que cometem tal prática. Dessa forma, Sanchez e Innarelli (2012, p. 47) afirmam que

> "a extraordinária evolução dos mecanismos de busca de informação via web, o que tem propiciado grande facilitação para se copiarem conteúdos, e a percepção de que essa recorrente prática durante os anos escolares poderia estimular em futuros profissionais a formação de parte dos valores e comportamentos hoje criticáveis, mas encontrados na sociedade. [...] Além disso, os alunos de hoje apresentam maior domínio do uso da tecnologia que as gerações anteriores. Em um contexto de grande domínio, por parte da sociedade, das novas ferramentas tecnológicas, potencializa-se o problema de plágio acadêmico pela facilitação da cópia" (Sanchez; Innarelli, 2012, p. 47).

Apesar do plágio ser considerado um problema antigo, sua conexão com a IA, proporciona novas e complexas dimensões. Em 2024, por exemplo, uma empresa jornalística, denominada como 404 médias, descobriu que mais de cem artigos publicados foram gerados com trechos de ChatGPT (Chat Generative Pre-trained Transformer), que foi lançada na versão GPT-3 pela OpenAI no segundo semestre 2020.

Desde então, essa ferramenta tem feito sucesso entre pesquisadores, desenvolvedores e usuários em geral, que se interessam em explorar suas funções. Outras ferramentas como Gemini (Google) e Copilot (Microsoft), também são exemplos de sistemas que foram criados para processar e gerar textos, escrevendo desde conteúdos complexos a responder perguntas simples.

Frente a essa realidade, o presente artigo visa investigar como a influência das plataformas de IA podem contribuir para o plágio no ensino superior. Para realizar essa investigação, optamos por conduzir uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002, p. 44), "possui seu conteúdo previamente constituído de livros e artigos científicos", nesse caso, em grande parte, artigos localizados em motores de busca, como o Google Scholar e Scielo.

Nesta pesquisa realizamos, inicialmente, a análise da influência da IA no aumento nos episódios de plágio acadêmico no ensino superior. Em um segundo momento, delineamos as principais ferramentas das Inteligências Artificiais que são utilizadas pelos docentes do ensino superior. Por fim, exploramos os desafios e soluções para o combate do plágio em trabalhos acadêmicos do ensino superior.

A análise revela que, apesar das Inteligências Artificiais desempenharem um papel importante para aprimorar diversos processos de pesquisa, não devem ser utilizadas de forma inadequada, melhor dizendo, sendo vistas como substitutas do pensamento crítico e criativo do ser humano. Inclusive, fornecerem sanções rigorosas aos infratores, ocorrerá um melhor comprometimento nos direitos autorais de outras pessoas e no uso das inteligências artificiais.

2. METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado utilizando a pesquisa bibliográfica que, conforme apontado por Gil (2002, p. 44), "possui seu conteúdo previamente constituído de livros e artigos científicos", nesse caso, em grande parte, artigos localizados em motores de busca, como o Google Scholar e Scielo. Esses referenciais protagonizam as duas principais vertentes do trabalho, o Plágio e a I.A como instrumento protagonista de produções científicas no ensino superior.

3. O PLÁGIO FACILITADO PELA I.A.

Mediante ao pilar de produção científica gerada pelas Universidades e Faculdades, muitas ferramentas de I.A podem ser manuseadas para uma construção eficiente de um trabalho acadêmico, como é o caso do Chat GPT (Open IA), Gemini (Google) e Co-pilot (Microsoft), que nesse quesito são classificadas como "modelos de produção generativa de imagens, textos ou músicas que buscam a similaridade da produção humana" (RODRIGUES e RODRIGUES, 2023), ou seja, utilizam de dados pré-armazenados para criação de novas entradas.

Essas ferramentas, além de produzirem trechos informativos ou parágrafos inteiros, garantem uma otimização significativa do tempo entre a construção e a divulgação de um artigo científico para um discente no ensino superior, todavia, com pouca garantia que a estrutura dos argumentos seja de obra propriamente intelectual, atingindo assim o conceito da cópia acadêmica

> "Popularmente conhecido como apropriação indevida de obra ou conteúdo alheio que é apresentado como sendo próprio, o plágio está relacionado diretamente ao cotidiano acadêmico como prática desonesta, incompatível com o escopo universitário de criação e desenvolvimento do conhecimento, o que requer reflexão e posicionamento institucional" (KROKOSCZ, 2014).

A I.A consegue ser uma das principais ferramentas do meio acadêmico, porém a sua utilização necessita uma atenção redobrada quanto as produções acadêmicas que pontuam "visões inéditas e construções críticas próprias do autor" (FERREIRA, et al. 2024). Em reforço, Ferreira (2024) *apud* Matos (2022) idealiza a implementação das IA no ensino superior de maneira "adaptada e personalizável para os universitários" permitindo o melhor desempenho no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Nessa perspectiva, ao destacar o discente como um construtor de ideais e argumentos tendo a I.A como instrumento aliado da pesquisa e da elaboração da obra acadêmica, é verificado um perfil de estudante de graduação, onde o dinamismo nas buscas de fontes e na textualização dos argumentos tornam a prática a elaboração de

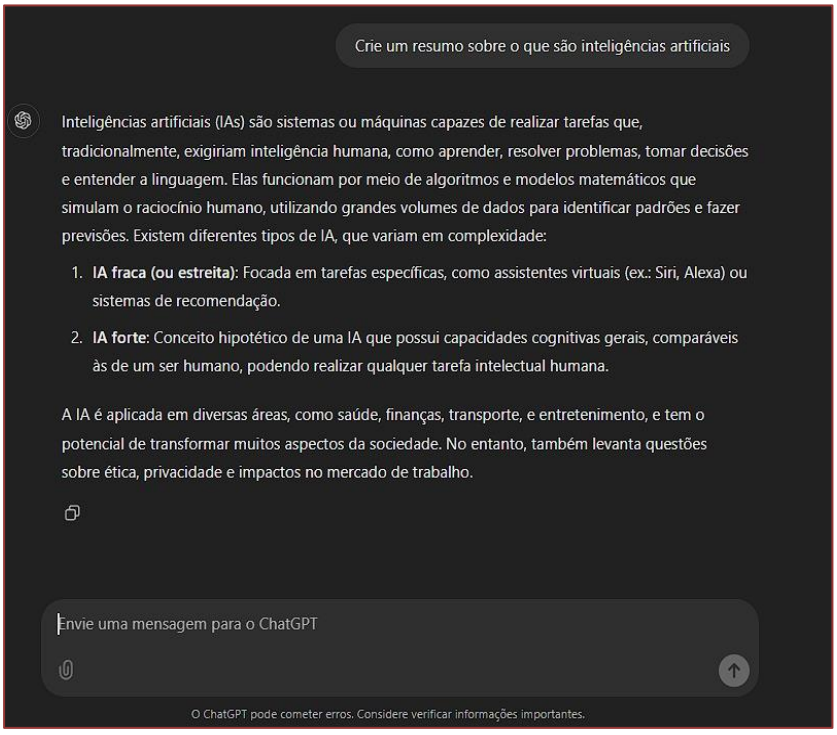
parágrafos e páginas um método subitamente arriscado. Contudo ao compreender a análise de Leão e Iocohama (2023) *apud* Fazenda (2016), se torna perceptível que um pesquisador necessita transpassar por um processo de construção de saberes

> sob a perspectiva do sujeito que empreende o labor científico, pode-se dizer que pesquisar também significa construir identidades, identificáveis no resultado obtido com nuances de planejamentos, redações e publicações nos meios especializados de divulgação do conhecimento.

Para Matos (2022), na concepção docente, "a IA também auxilia nas tarefas acadêmicas e elaborações metodológicas, tendo em vista que o professor é mediador de importantes saberes e acaba por ter, nessa tecnologia, um direcionamento mais dinâmico dos conteúdos a serem passados". Em complemento, também afirma que essa tecnologia está "se expandindo e se enraizando na rede de educação".

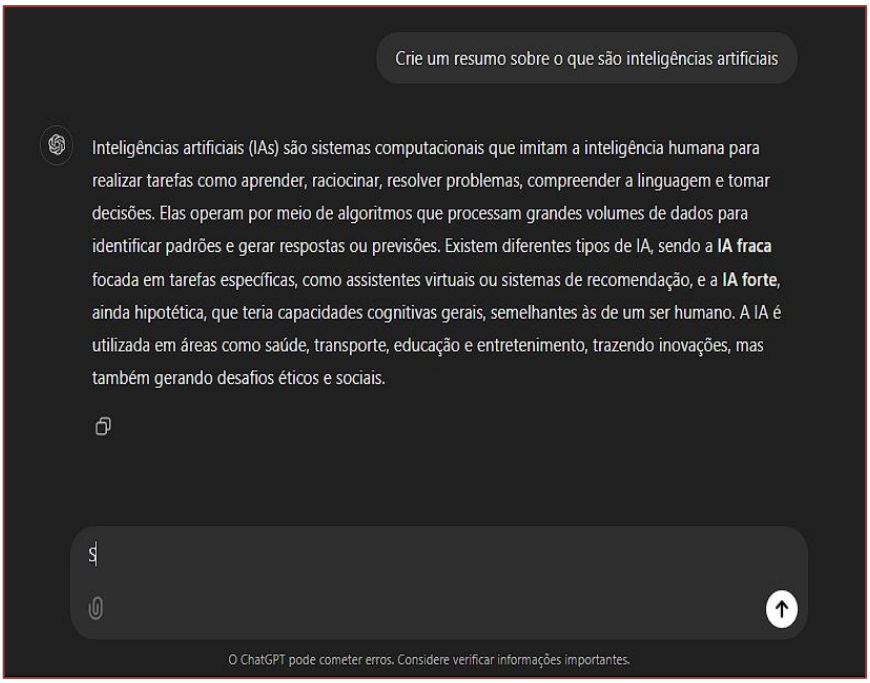
Como forma de demonstração, logo abaixo está um exemplo visual prático da utilização do ChatGPT (Versão 4º mini) com o seguinte comando "Crie um resumo sobre o que são inteligências artificiais":

Figura 1 – Primeiro comando de resumo para o Chat GPT



Fonte: Captura de tela realizada pelos autores. Acesso em: 24 de dez. de 2024

Figura 2 – Segundo comando de resumo para o Chat GPT



Fonte: Captura de tela realizada pelos autores. Acesso em: 24 de dez. de 2024

É possível notar que apesar de ambas as figuras apresentadas possuírem a mesma pergunta e comando, a estrutura das respostas é diferente. O que se assemelham em alguns pontos são as informações descritas de forma parecida, o que em um projeto acadêmico, caso não haja o rigor avaliativo das informações, pode passar despercebido. O que dá início a outra discussão.

3.1. OS DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O COMBATE DO PLÁGIO NA ERA DIGITAL

Com o avanço tecnológico, a inteligência artificial, tornou-se um dos principais coeficientes que mais contribuiram para o crescimento do plágio. Os principais desafios da detecção e prevenção dessa prática, refere-se a facilidade que a internet impõe para as cópias e colagens de texto. Como abordado nesse artigo, já existem ferramentas digitais que desempenham a função de criar artigos, pesquisas cientificas, imagens e outros textos.

Diante desses desafios, diversas soluções têm sido desenvolvidas para combater o plágio, tal como, softwares de comparação de documentos, que identificam as semelhanças e possíveis fontes de plágio. Desse modo, Marcelo Krokoscz (2022, pág:9) apresenta detalhes sobre o surgimento dessas ferramentas e como são caracterizadas:

Quadro 1 - Descrição dos softwares/ferramentas analisados neste estudo

SOFTWARE	CARACTERÍSTICAS
Original **- Origem: Suécia (SWE), 1999. Acesso online: https://www.ouriginal.com/**	Integração com LMS. Verifica alguns tipos de manipulação textual. Afirma reconhecer textos semelhantes, modificados com sinônimos e parafraseados. Promete detectar semelhanças entre os idiomas mais usados. Plataforma intuitiva. Assinatura exclusiva para instituições de ensino.
Turnitin Originality **- Origem: Estados Unidos (USA), 1998. Acesso online: https://www.turnitin.com/pt**	Integração com LMS. Verifica alguns tipos de manipulação textual. Afirma identificar plágio em códigos de programação e verificar fraudes autorais em possíveis trabalhos comprados. Plataforma intuitiva.
iThenticate **- Origem: Estados Unidos (USA),2004. Acesso online: https://www.ithenticate.com**	Integração com sistemas de gerenciamento de publicações. Rastreia em publicações de editoras como *Elsevier, Springer-Nature Taylor&Francis*. Afirma comparar o conteúdo com 96% dos 10.000 principais periódicos citados. Permite upload de documentos em lotes. Permite compra de créditos para uso avulso. Assinatura exclusiva para instituições de ensino. Verifica similaridades entre textos do mesmo idioma.
StrikePlagiarism **-Origem: Polônia (POL), 2022. Acesso online: https://strikeplagiarism.com**	Integração com LMS. Verifica alguns tipos de manipulação textual. O sistema tem opção de busca de semelhanças em textos traduzidos. Você pode verificar textos com mais de 100 combinações de idiomas diferentes. Permite compra de créditos para uso avulso. Plataforma intuitiva. Plataforma não está disponível em Português.
PlagScan **- Origem: Alemanha (DEU), 2009. Acesso online: https://www.plagscan.com**	Integração com LMS. Verifica alguns tipos de manipulação textual. Base de verificação com mais de 14 bilhões de páginas da internet, artigos e revistas das mais prestigiadas editoras (BMJ, Gale, a *Cengage company, Taylor & Francis, Wiley Blackwell, Springer*). Permite compra de créditos para uso avulso. Plataforma intuitiva. Plataforma não está disponível em Português.
Unicheck **- Origem: Chipre (CYP), 2014. Acesso online: https://unicheck.com/**	Integração com LMS. Verifica alguns tipos de manipulação textual. Plataforma intuitiva. Permite a utilização de filtros nos relatórios como seleção de fontes, exclusão de textos citados e referências. Permite compra de créditos para uso avulso. Plataforma intuitiva. Plataforma não está disponível em Português.
CopySpider **- Origem: Brasil (BRA), 2013. Software instalável. Download: https://copyspider.com.br**	O software é um *freeware*, isto é, pode ser utilizado gratuitamente por usuários individuais, mas que também pode ser adquirido por meio de uma assinatura profissional (mais de 20 instalações). Como diferencial, o proprietário afirma que um arquivo de 20 páginas é verificado entre 2 e 5 minutos. Requer instalação em um hardware. Não identifica textos manipulados.
Plagius **- Origem: Brasil (BRA), 2009. Software instalável. Download em: https://www.plagius.com/br**	Opera localmente no computador e pode ser utilizado de forma individual, com uma assinatura básica, sem limite de uso. O software tem uma assinatura profissional, na qual é possível fazer análises em massa e também analisar textos diretamente de sites de internet. Requer instalação em um hardware. Não identifica textos manipulados.
Similarity Checker **- Origem: Estados Unidos (USA), 2020. Ferramenta integrada ao editor de textos Word/Microsoft**	Durante a elaboração do texto no Word, a ferramenta utiliza, em segundo plano, o Bing, serviço de busca na internet também da Microsoft, para verificar similaridades textuais. Quando isto é verificado, o software indica os trechos similares e sugere a inserção de citações. Disponível apenas para determinado grupo de assinantes do pacote Microsoft 365.

Quadro 1 - Descrição dos softwares/ferramentas analisados neste estudo (continuação)

SOFTWARE	CARACTERÍSTICAS
***Originality Report* - Origem: Estados Unidos (USA), 2020. Ferramenta integrada ao Google Docs, para assinantes do Google Workspace**	A ferramenta promete comparar os textos entregues com páginas da Web e livros da internet, usando o Google Search como recurso de busca. O relatório destaca os textos similares e apresenta as fontes encontradas. A funcionalidade está disponível para os idiomas: espanhol, finlandês, francês, indonésio, inglês, italiano, japonês, norueguês, português e sueco. Disponível apenas para assinantes do Google *Workspace for Education Fundamentals* e do Google *Workspace for Education Plus*.
Google Search - Origem: Estados Unidos (USA), 1998. Ferramenta de buscas de informações na internet. Acesso online: https://www.google.com	Sistema de buscas de informações na internet sobre qualquer assunto, destacando-se no mundo inteiro como a ferramenta mais utilizada para encontrar informações. Permite buscas de similaridades apenas em textos com cerca de 300 palavras.
***Plagiarisma* - Origem: Reino Unido (GBR), 2010. Acesso online: http://plagiarisma.net/pt/**	O software é um *freeware* para consulta de arquivos de até 2.000 caracteres. Textos ilimitados para assinantes. Informa ser 5x mais rápido que outros softwares e apresentar melhores resultados. Não identifica textos manipulados.

Fonte: Elaborado por Marcelo Krokoscz

Inclusive, a própria IA fornece programas que combatem a apropriação na universidade superior, sendo elas:

Quadro 2 - Descrição dos softwares/ferramentas analisados neste estudo

Nome	Informações
Copyleaks	Lançada em 2015, o Copyleaks é uma ferramenta online que utiliza da inteligência artifical para detectar plágios. Dessa forma, a mesma detecta também contéudos gerados por IA, verifica a originalidade dos contéudos e analisa o código de programação.
Grammarly	Foi fundado em 2009 por Alex Shevchenko, Max Syrov e Dmytro Líder, com o objetivo de auxiliar pessoas a desenvolverem uma escrita mais precisa e clara. No entanto, a mesma também realiza a verificação de plágio, comparando os textos inseridos na plataforma com base nos dados de textos onlines, incluindo páginas da web, artigos e livros.
Copyscape	Essa ferramenta online, foi criada para tender a necessidade de verificar a autencidade dos contéudos. Desse modo, essa ferramenta tem capacidade de identificar se você copiou um trecho de outro site, assim como também pequenas alterações no texto.

Fonte: Elaborado pelos autores

Essas ferramentas só afirmam que apesar do plágio representar um desafio crescente, a evolução tecnológica também proporciona soluções eficazes para combater essa prática, aliás, faz-se necessário dentro do setor educacional ser abordado sobre a importância do desenvolvimento de politicas que valorizem a integridade acadêmica, como forma de garantir mais qualidade e ética na produção de conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo organiza diversos pontos que potencializam a produção de trabalhos acadêmicos, com auxilio da I.A, onde o resulto final pode acabar não sendo fidedigno, como mostrado na Figura 1 e 2. Mesmo que sua lógica envolva comandos específicos para o chat generativo (de qualquer plataforma) o resultado irá trazer a superficialidade de um tema onde outro autor já possui um maior domínio e não está sendo referenciado.

Em contra partida, o instrumento mais sofisticado atualmente para a contribuição para o plágio acadêmico, a própria I.A, já possui contramedidas eficazes para esse cenário, principalmente nas Instituições de Ensino Superior, apresentadas nos quadros 1 e 2. Esses elementos alinhados a capacidade docente de manusear essas tecnologias, criam um filtro essencial para identificação e inibição das práticas que sempre estiveram presentes no meio da comunidade científica.

Com isso, essa noção atualizada dos processos que levam ao plágio acadêmico, servirá de matriz para novos trabalhos e pesquisas, pois irá refletir diretamente nos critérios de criticidade e fidedignidade de pesquisadores, tanto os que estão em iniciação nas universidades, quanto os veteranos com uma vasta experiência de publicações, evitando ainda mais que obras acadêmicas sejam participantes de casos jurídicos.

REFERÊNCIAS

[1] FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Papirus editora, 2016.

[2] FERREIRA, Marcello et al. **Inteligência artificial na Educação Superior-avanços e dilemas na produção acadêmica**. EmRede-Revista de Educação a Distância, v. 11, 2024.

[3] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

[4] KROKOSCZ, Marcelo. **Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

[5] KROKOSCZ, Marcelo**. Eficiência de softwares nacionais e internacionais na detecção de similaridade e de plágio em manuscrito**. Em Questão, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-123123, out./dez. 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808- 5245284.123123

[6] LEÃO, José Bruno Martins; IOCOHAMA, Celso Hiroshi. **O plágio acadêmico e a pesquisa científica: reflexão sobre a importância da manutenção da integridade na construção do conhecimento e na elaboração de documentos**. REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA, v. 15, n. 37, p. 29-48, 2023.

[7] MATOS, Lidiene Costa da Silva. **Inteligência artificial & educação online na escola pública: possibilidades e alcances**. 2022.

[8] RODRIGUES, Olira Saraiva; RODRIGUES, Karoline Santos. **A inteligência artificial na educação: os desafios do ChatGPT**. Texto Livre, v. 16, p. e45997, 2023.

Capítulo 6

Perspectivas de ingresso no ensino superior por estudantes da educação de jovens e adultos

Wanclei Donai Bentes
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva

Resumo: Em um país marcado por desigualdades socioeconômicas e históricas, a EJA se destaca como um dos pilares da educação inclusiva, ao integrar pessoas anteriormente marginalizadas ao processo educacional e ao desenvolvimento social. Objetivou-se, assim, averiguar as perspectivas e os desafios enfrentados por estudantes da Educação de Jovens e Adultos para ingressar no ensino superior no Brasil, com foco em identificar barreiras e propor estratégias para ampliar o acesso e a inclusão educacional. Metodologicamente, tratou-se de uma revisão bibliográfica exploratória e comparativa em harmonia com uma pesquisa qualitativa. Como resultado, verificou-se que as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes incluem lacunas educacionais acumuladas, dificuldades financeiras e a necessidade de conciliar múltiplos papéis, como trabalho e estudos. Aliás, identificou-se que políticas públicas inclusivas, como cotas e programas de financiamento, têm um impacto positivo, mas ainda insuficiente, diante das complexas demandas dessa população. Concluiu-se, ainda, que estratégias como reforço pedagógico, ampliação de programas de apoio financeiro e parcerias entre instituições educacionais e a sociedade civil são fundamentais para aumentar a inclusão. A continuidade de esforços nesse sentido reforça o papel transformador da EJA, tanto na promoção da cidadania quanto no fortalecimento do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão Educacional. Ensino Superior. Políticas Públicas. Democratização da Educação.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) denota-se como elementar no sistema educacional brasileiro, representando um compromisso com a inclusão e a equidade. Criada para atender a um público que, por diversos motivos, não conseguiu concluir os estudos na idade regular, a EJA assume um caráter transformador ao possibilitar que indivíduos de diferentes idades retomem sua trajetória escolar. Além de combater a exclusão educacional, essa modalidade corrobora diretamente para a formação cidadã, promovendo o acesso a direitos básicos e fortalecendo a autonomia dos sujeitos (ALVARENGA; SANTOS, 2020).

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou mudanças no perfil da demanda por educação, refletindo um aumento na busca por qualificação. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao reconhecimento de que a educação é um fator determinante para a melhoria da qualidade de vida e para a inserção no mercado de trabalho. No contexto da EJA, essa demanda por qualificação tem se intensificado, especialmente no que se refere ao ingresso no ensino superior (ROSA; SANT'ANNA; STRAMARE, 2019).

Muitos estudantes dessa modalidade enxergam no ensino superior uma oportunidade não apenas de superação pessoal, mas também de ascensão socioeconômica. Essa busca elucida a importância crescente do diploma universitário em um mercado cada vez mais competitivo e seletivo, onde a qualificação educacional assume papel central (CRUZ; EITERER, 2019).

A escolha desta temática para investigação justifica-se por sua relevância social e educacional. Discutir as perspectivas de ingresso no ensino superior por estudantes da EJA significa trazer à tona um debate fundamental sobre inclusão, democratização e acessibilidade no ensino superior brasileiro. Apesar dos avanços nas políticas públicas de acesso, como o ENEM, Prouni e programas de cotas, muitos desafios persistem, especialmente para grupos historicamente desfavorecidos. Entender as barreiras, motivações e aspirações dos estudantes da EJA é essencial para propor soluções que efetivamente ampliem suas oportunidades educacionais.

O objetivo geral é averiguar as perspectivas e os desafios enfrentados por estudantes da Educação de Jovens e Adultos para ingressar no ensino superior no Brasil, com foco em identificar barreiras e propor estratégias para ampliar o acesso e a inclusão educacional. Em relação aos objetivos específicos, estimou-se investigar os fatores socioeconômicos, educacionais e psicológicos que impactam o acesso dos estudantes da EJA ao ensino superior, avaliar a eficácia de políticas públicas e programas de incentivo ao ingresso no ensino superior para alunos oriundos da EJA e propor estratégias e ações pedagógicas que incentivem e preparem os estudantes da EJA para o ensino superior, considerando suas particularidades e demandas específicas.

Isto posto, a seguinte questão-problema norteia esta pesquisa: Quais são as principais barreiras e estratégias para ampliar o acesso de estudantes da EJA ao ensino superior no Brasil?

Metodologicamente, incorporou-se uma revisão bibliográfica exploratória e comparativa embasada a partir de uma pesquisa qualitativa. De modo complementar, utilizou-se de bases documentais com foco em obras da última década. Como fatores de composição, excluiu-se dados advindos artigos com falta de correlação com o tema ou por serem fechados, excederem a regra temporal estabelecida, serem incoerentes com as

definições de idioma (português e inglês) ou por se apresentarem como fragmentos ou obras incompletas.

Utilizou-se dados obras e artigos científicos de autores nacionais e estrangeiros com ênfase em datações posteriores a 2014, cujos resultados foram obtidos em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Google Acadêmico. Similarmente, pontuou-se esta composição através dos termos: "Educação de Jovens e Adultos", "Inclusão Educacional", "Ensino Superior", "Políticas Públicas" e "Democratização da Educação".

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A origens da EJA remontam ao período colonial, quando a educação formal era restrita às elites e à formação religiosa. Durante grande parte do século XIX, iniciativas de alfabetização para a população adulta permaneceram esparsas, muitas vezes vinculadas a movimentos religiosos ou filantrópicos. Somente no início do século XX, com o aumento da urbanização e a demanda por mão de obra qualificada, emergiram políticas mais concretas voltadas para a educação de adultos, ainda que de forma limitada (TORRES *et al.*, 2018).

O marco para a consolidação da EJA ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que reconheceu oficialmente a modalidade como parte integrante do sistema educacional brasileiro. A LDB estabeleceu diretrizes para garantir o direito à educação de jovens e adultos, incluindo a possibilidade de integração com a educação profissional. Outro avanço consistiu no Plano Nacional de Educação (PNE), que definiu metas específicas para a redução do analfabetismo e a ampliação do acesso à escolarização para esse público. Políticas públicas como o Programa Brasil Alfabetizado também corroboraram para o fortalecimento da EJA, evidenciando o papel do Estado na promoção da inclusão educacional (CRUZ; EITERER, 2019).

Para além de sua função pedagógica, a EJA se destaca como uma ferramenta de inclusão tanto social quanto educacional, possibilitando que pessoas historicamente excluídas do sistema formal de ensino tenham acesso ao aprendizado. Ao promover a escolarização de jovens e adultos, a modalidade contribui para a redução das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que reforça a cidadania e o direito universal à educação (ALVARENGA; SANTOS, 2020).

Os estudantes da EJA formam um grupo heterogêneo, marcado pela diversidade de idades, contextos socioeconômicos e culturais. Embora a faixa etária varie, muitos alunos são adultos entre 30 e 50 anos, que retornam à escola em busca de oportunidades que lhes foram negadas no passado. Outros são jovens que enfrentaram evasão escolar precoce devido a fatores como trabalho infantil, gravidez na adolescência ou dificuldades financeiras. Esse público, geralmente proveniente de classes sociais menos favorecidas, reflete a complexa relação entre desigualdade social e acesso à educação (SILVA, 2015).

As motivações para o retorno aos estudos são tão diversas quanto os próprios estudantes. Muitos enxergam na EJA uma chance de melhorar suas condições de vida, seja por meio do ingresso no mercado de trabalho formal ou pela obtenção de promoções em suas ocupações atuais. Para outros, a educação representa uma realização pessoal, um resgate de autoestima e um desejo de superar os estigmas associados à falta de escolaridade. Contudo, esses alunos enfrentam desafios significativos, como a

necessidade de conciliar trabalho, família e estudos, além das barreiras emocionais relacionadas ao retorno à sala de aula (NASCIMENTO, 2016).

A relação entre escolaridade e mercado de trabalho é especialmente evidente no contexto da EJA. Em um cenário em que as exigências de qualificação profissional são cada vez maiores, a falta de escolarização básica torna-se um obstáculo para o desenvolvimento econômico e pessoal. Dessa forma, a EJA não apenas oferece um caminho para a educação formal, mas também capacita seus estudantes a competirem em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo (BERNARDIM, 2014).

Ao possibilitar que indivíduos marginalizados recuperem o acesso ao sistema educacional, a EJA promove a cidadania ativa, permitindo que os estudantes exerçam seus direitos e participem de forma mais efetiva na sociedade. Esse impacto é particularmente significativo em um país como o Brasil, onde o analfabetismo e a baixa escolaridade ainda são reflexos das desigualdades históricas e estruturais. Nesse ínterim, os impactos da EJA vão além do indivíduo, beneficiando também suas famílias e comunidades, que se tornam mais informadas, participativas e conscientes de seus direitos (SILVA, 2015).

Assim, a EJA reafirma seu papel como uma política pública indispensável para a promoção da inclusão e da equidade no Brasil. Sua contribuição para a transformação social é inegável, pois oferece não apenas educação, mas também dignidade, esperança e a possibilidade de um futuro mais promissor (TORRES *et al.*, 2018).

Com isso, o ensino superior no Brasil apresenta uma estrutura diversificada, composta por instituições públicas e privadas que oferecem diferentes possibilidades de formação e qualificação profissional. As instituições públicas, financiadas pelo governo federal, estadual ou municipal, destacam-se por oferecerem ensino gratuito e de alta qualidade (MARTINS, 2014).

Universidades federais, estaduais e institutos federais são exemplos desse segmento, reconhecido por sua excelência acadêmica e pela produção de pesquisa científica. Por outro lado, as instituições privadas, que dependem de mensalidades pagas pelos estudantes, possuem maior abrangência em termos de distribuição geográfica, atendendo a uma demanda significativa por vagas. Este setor inclui desde grandes universidades até faculdades menores e centros universitários especializados (CORRÊA; FISCHER; SANTOS, 2014).

Além da diversidade institucional, o ensino superior no Brasil é caracterizado por suas modalidades de ensino, que buscam atender diferentes perfis de estudantes. O ensino presencial, modalidade tradicional, continua sendo a preferência para cursos que exigem práticas laboratoriais e interação direta entre alunos e professores (JULIÃO; FERREIRA, 2018).

Contudo, a educação a distância (EAD) ganhou relevância nos últimos anos, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela flexibilidade que proporciona aos estudantes. Essa modalidade atrai especialmente aqueles que precisam conciliar estudos com trabalho e outras responsabilidades. Ainda, o modelo híbrido, que combina aulas presenciais e virtuais, surge como uma alternativa promissora, integrando o melhor dos dois formatos. Essa diversidade de modalidades reforça o potencial do ensino superior em alcançar públicos variados, incluindo aqueles que enfrentam barreiras de deslocamento ou disponibilidade de tempo (JULIÃO; FERREIRA, 2018).

A estrutura do ensino superior reflete tanto os desafios quanto as possibilidades de uma sociedade em constante transformação. Apesar dos avanços na expansão de vagas

e diversificação de formatos, a desigualdade de acesso permanece como um obstáculo significativo. A oferta limitada de vagas em instituições públicas e os altos custos nas instituições privadas dificultam o ingresso de estudantes provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a democratização do acesso, elemento essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa (MARTINS, 2014).

No Brasil, programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) representam iniciativas estratégicas para facilitar a entrada de estudantes de baixa renda em instituições privadas. O Prouni concede bolsas de estudo integrais ou parciais para estudantes que atendem a critérios socioeconômicos específicos, enquanto o FIES oferece financiamento estudantil a juros reduzidos, permitindo que os beneficiários paguem pelos estudos após a conclusão do curso (CORRÊA; FISCHER; SANTOS, 2014).

Além dessas iniciativas, a adoção de cotas sociais e raciais em instituições públicas foi um marco na promoção da inclusão educacional. A política de cotas, regulamentada pela Lei nº 12.711/2012, garante reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios adicionais relacionados à renda familiar e à autodeclaração de pertencimento racial. Essa medida busca reparar desigualdades históricas e ampliar a representatividade de grupos sub-representados no ambiente universitário, como negros, indígenas e pessoas de baixa renda (NASCIMENTO, 2016).

Outro elemento na democratização do acesso ao ensino superior se trata do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado como um instrumento de avaliação da educação básica e ampliado para se tornar a principal porta de entrada para as universidades públicas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ENEM permite que estudantes de todo o país concorram a vagas em instituições públicas, sem necessidade de realizar vestibulares individuais. Essa centralização amplia o alcance e a transparência do processo seletivo, reduzindo custos e favorecendo a participação de candidatos de regiões remotas ou em situação de vulnerabilidade (BERNARDIM, 2014).

Embora essas políticas representem avanços, desafios persistem. Muitos beneficiários de programas de inclusão enfrentam dificuldades relacionadas à permanência no ensino superior, devido a questões financeiras, sociais e acadêmicas. Assim sendo, além de ampliar o acesso, é requerido investir em políticas de suporte, como bolsas de manutenção, programas de tutoria e assistência psicossocial, garantindo que a inclusão seja efetiva e sustentável. Nesse contexto, as políticas públicas promovem o acesso ao ensino superior ao passo que também consolidam seu papel como instrumento de transformação social e redução das desigualdades no Brasil (MARTINS, 2014).

2.1. ADVERSIDADES E PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DA EJA

Um dos principais entraves para os estudantes desta modalidade educacional correlaciona-se às lacunas de aprendizagem acumuladas ao longo de sua trajetória escolar. Muitos alunos da EJA tiveram experiências educacionais interrompidas ou insuficientes, o que resulta em uma defasagem no conteúdo programático em comparação com os alunos do ensino regular. Essa situação se torna ainda mais crítica quando os estudantes precisam lidar com disciplinas complexas, como matemática, ciências exatas e linguagens, que muitas vezes exigem um conhecimento prévio sólido (TORRES *et al.*, 2018).

Outrossim, a necessidade de reforço pedagógico é evidente. Programas curriculares tradicionais nem sempre conseguem atender às demandas específicas desses estudantes, exigindo adaptações que considerem suas experiências de vida e limitações. A ausência de estratégias educacionais voltadas para a superação dessas lacunas compromete o desempenho acadêmico e desmotiva os alunos, que passam a enxergar o ingresso no ensino superior como um objetivo distante. Essa realidade exige um olhar mais atento para políticas educacionais que garantam a equidade e promovam condições favoráveis para a aprendizagem (NASCIMENTO, 2016).

Os desafios educacionais enfrentados pelos estudantes da EJA frequentemente se somam a barreiras socioeconômicas. A necessidade de conciliar trabalho, família e estudos representa uma das maiores dificuldades para esse público. Muitos alunos da EJA são trabalhadores que dedicam grande parte do dia às suas atividades laborais e, ao mesmo tempo, assumem responsabilidades familiares, como cuidar de filhos e manter a estabilidade financeira do lar. Essa sobrecarga limita o tempo e a energia disponíveis para os estudos, dificultando a preparação para processos seletivos e o acompanhamento das atividades acadêmicas (JULIÃO; FERREIRA, 2018).

A baixa renda é outro fator limitante para o acesso e a permanência no ensino superior. Custos relacionados ao transporte, material didático e alimentação representam obstáculos significativos para aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade social. Mesmo em programas gratuitos, como aqueles oferecidos por instituições públicas, a falta de recursos financeiros pode impedir que os estudantes da EJA consigam frequentar as aulas regularmente. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas de suporte, como bolsas de estudo e auxílios financeiros, torna-se indispensável para garantir a inclusão desses alunos no ensino superior (CORRÊA; FISCHER; SANTOS, 2014).

Concomitantemente, muitos deles carregam sentimentos de insegurança e baixa autoestima acadêmica, frequentemente associados às dificuldades enfrentadas em suas trajetórias escolares anteriores. O medo do fracasso e a percepção de inadequação ao ambiente universitário podem desmotivar os estudantes, levando ao abandono precoce dos estudos ou à desistência de tentar ingressar em cursos de graduação (CARVALHO *et al.*, 2020).

Nesse cenário, o apoio emocional e a motivação dos docentes são fatores decisivos. Professores e gestores da EJA têm o papel de encorajar os estudantes, mostrando que suas habilidades e experiências de vida podem ser valiosas no ambiente acadêmico. A criação de ambientes educacionais acolhedores, onde os alunos se sintam respeitados e valorizados, contribui para fortalecer a confiança e a resiliência necessárias para enfrentar os desafios. Estratégias como mentorias, grupos de apoio e palestras motivacionais são exemplos de ações que podem auxiliar na superação dessas barreiras (FREIRE, 2014).

Para ampliar as possibilidades de ingresso no ensino superior para estudantes da EJA, iniciativas educacionais específicas têm se mostrado fundamentais. Os cursos preparatórios voltados para esse público, por exemplo, oferecem um suporte adicional na revisão de conteúdos básicos e na preparação para exames como o ENEM. Essas iniciativas geralmente incluem aulas focadas nas disciplinas exigidas nos processos seletivos, além de estratégias para desenvolver habilidades de escrita e interpretação de texto (NASCIMENTO, 2016).

Outro caminho promissor está nas parcerias entre escolas de EJA e instituições de ensino superior. Essas colaborações podem incluir palestras informativas, oficinas de

orientação vocacional e programas de tutoria, que ajudam os estudantes a compreenderem melhor o funcionamento do ambiente universitário. Tais ações ampliam a percepção de possibilidades acadêmicas e motivam os alunos a dar continuidade aos estudos (MARTINS, 2014).

Não obstante, as plataformas digitais e recursos de educação a distância têm se mostrado ferramentas de grande valia para apoiar o aprendizado e a preparação para o ensino superior. Esses recursos oferecem flexibilidade, permitindo que os alunos acessem conteúdos educacionais em horários e locais mais convenientes, o que é essencial para aqueles que conciliam múltiplas responsabilidades (MARTINS, 2014).

Além disso, programas de alfabetização digital são indispensáveis para que os estudantes da EJA possam aproveitar plenamente essas ferramentas. Muitos desses alunos têm acesso limitado à tecnologia e enfrentam dificuldades em utilizá-la de forma eficiente. Nesta conjuntura, investir na capacitação tecnológica contribui tanto para a preparação acadêmica quanto para o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o mercado de trabalho (CORRÊA; FISCHER; SANTOS, 2014).

A orientação pedagógica é um dos pilares para incentivar os estudantes da EJA a ingressarem no ensino superior. Gestores e professores desempenham um papel essencial ao fornecer informações claras sobre as opções disponíveis, como bolsas de estudo, programas de cotas e exames seletivos. Além disso, projetos educacionais que incentivem a continuidade dos estudos, como feiras universitárias e visitas a instituições de ensino superior, podem despertar o interesse e a confiança dos alunos (JULIÃO; FERREIRA, 2018).

A criação de ambientes educacionais acolhedores e de projetos que valorizem as experiências e habilidades dos estudantes é igualmente relevante. Professores capacitados para compreender os desafios específicos da EJA conseguem atuar como mentores, orientando os alunos não apenas no aspecto acadêmico, mas também no emocional, promovendo a resiliência e a motivação necessárias para a continuidade dos estudos (JULIÃO; FERREIRA, 2018).

Os estudantes da EJA apresentam motivações diversas para buscar o ingresso no ensino superior, refletindo suas aspirações pessoais e profissionais. Um dos principais incentivos é a busca por melhores condições de vida, que muitas vezes estão diretamente relacionadas ao aumento da escolaridade. A conclusão de um curso superior representa, para esses alunos, a possibilidade de acessar oportunidades mais qualificadas no mercado de trabalho, melhorando sua renda e estabilidade financeira (CARVALHO *et al.*, 2020).

Inclusive, a realização de sonhos pessoais também se mostra como substancial. Muitos desses estudantes veem na graduação a chance de conquistar metas que foram adiadas ao longo da vida, seja por falta de oportunidades ou pela necessidade de priorizar outras responsabilidades. Para outros, a motivação está associada ao desejo de superar desafios pessoais, como provar para si mesmos e para a sociedade que são capazes de atingir novos patamares acadêmicos (NEGREIROS *et al.*, 2017).

Profissionalmente, a EJA também proporciona a possibilidade de ressignificar trajetórias. Diversos estudantes enxergam o ensino superior como um meio de ampliar seus horizontes, diversificar suas áreas de atuação e obter reconhecimento em seus campos de interesse. Essa perspectiva reforça a ideia de que a educação é uma ferramenta poderosa para transformar não apenas trajetórias individuais, mas também realidades coletivas (CARVALHO *et al.*, 2020).

Ao almejar o ingresso no ensino superior, os estudantes da EJA carregam expectativas que refletem tanto seus anseios quanto as barreiras que preveem enfrentar. Entre os principais desafios, está a adaptação ao ambiente acadêmico, que demanda maior autonomia e organização. Muitos estudantes temem não estar preparados para acompanhar o ritmo de ensino ou enfrentar a competitividade que caracteriza algumas instituições (CORRÊA; FISCHER; SANTOS, 2014).

Todavia, as expectativas em relação ao futuro após a graduação são predominantemente otimistas. Muitos acreditam que o diploma universitário será um divisor de águas em suas vidas, possibilitando maior empregabilidade e ascensão social. Aliás, veem o ensino superior como uma porta de entrada para novos projetos de vida, sejam eles relacionados ao empreendedorismo, à continuidade dos estudos ou à melhoria das condições de vida de suas famílias (TORRES *et al.*, 2018).

Por conseguinte, os estudantes da EJA carregam consigo a expectativa de que o ensino superior os habilite a contribuir de forma mais significativa para a sociedade, seja por meio de sua atuação profissional, seja pelo exemplo de superação que representam em suas comunidades. Esses relatos destacam a importância de apoiar essa trajetória, garantindo que as barreiras sejam minimizadas e que as expectativas positivas se traduzam em realizações concretas (BICALHO; JARDIM, 2018).

A implementação de políticas públicas eficazes é essencial para ampliar o acesso dos estudantes da EJA ao ensino superior. Uma das estratégias mais relevantes é o fortalecimento do ENEM como principal porta de entrada, com medidas específicas voltadas para atender às demandas desse público. Isso pode incluir a criação de conteúdos e provas mais contextualizadas, que valorizem as experiências de vida dos estudantes da EJA (JULIÃO; FERREIRA, 2018).

Paralelamente, a criação de incentivos financeiros, como bolsas de estudos específicas para estudantes da EJA e programas de assistência estudantil, pode mitigar os impactos das dificuldades econômicas enfrentadas por esse público. Essas ações, aliadas a uma maior divulgação e acessibilidade das informações, têm potencial para transformar o cenário educacional (PEREIRA *et al.*, 2018).

3. CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa abordou-se os desafios e as perspectivas do ingresso de estudantes da Educação de Jovens e Adultos no ensino superior no Brasil. Iniciando com uma contextualização histórica e o papel transformador da EJA na inclusão educacional, explorou-se os diversos fatores que moldam a trajetória desses alunos, desde suas motivações e expectativas até os entraves encontrados em sua jornada acadêmica. Foi enfatizado como a EJA é elementar na promoção da cidadania e na ampliação de oportunidades para populações historicamente marginalizadas.

Também se discutiu as políticas públicas voltadas para a inclusão no ensino superior, como o ENEM, o Prouni e as cotas sociais, bem como o impacto de programas específicos que buscam reduzir as barreiras enfrentadas pelos estudantes da EJA. Além disso, foram analisadas as iniciativas de apoio pedagógico, o papel das tecnologias educacionais e a importância das parcerias entre instituições de ensino e a sociedade civil na construção de caminhos para o ensino superior.

Os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados conforme conjecturado. O estudo apresentou uma análise aprofundada do perfil dos estudantes da EJA, das políticas existentes e das estratégias necessárias para potencializar o acesso ao ensino superior. Além disso, foi possível identificar os desafios educacionais, socioeconômicos e psicológicos que dificultam essa transição, assim como propor soluções viáveis para enfrentá-los.

Com base nos achados, sugere-se que pesquisas futuras explorem de maneira prática as experiências de estudantes da EJA já inseridos no ensino superior, avaliando como essas iniciativas inclusivas impactam sua permanência e desempenho acadêmico. Outra linha de investigação relevante seria a análise das desigualdades regionais na implementação de políticas públicas, considerando as disparidades educacionais em diferentes estados e municípios. Por fim, recomenda-se o desenvolvimento de estudos que avaliem o impacto das parcerias entre escolas da EJA e instituições de ensino superior na efetividade das ações propostas.

Ainda mais, é imprescindível reconhecer o potencial transformador do acesso ao ensino superior para estudantes da EJA. Mais do que um objetivo acadêmico, essa conquista representa uma mudança estrutural na vida desses indivíduos, permitindo-lhes romper com ciclos de exclusão e precariedade. É uma oportunidade de ressignificação pessoal, profissional e social, com benefícios que transcendem o indivíduo e impactam positivamente suas famílias e comunidades.

Garantir o acesso inclusivo ao ensino superior é, portanto, uma responsabilidade coletiva, haja vista que exige esforços coordenados entre governos, escolas, universidades e sociedade civil para construir uma educação mais equitativa e acessível. Investir nesses alunos é investir no futuro do país, reconhecendo que cada trajetória acadêmica concluída é um passo em direção a uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

[1] ALVARENGA, Marcia Soares de; SANTOS, Cintya Roberta. **Egressos da EJA no ensino superior e a política de cotas da UERJ: entre desafios e potencialidades.** Jornal de Políticas Educacionais, v. 14, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/. Acesso em: 29 dez. 2024.

[2] BERNARDIM, Márcio Luiz. **Educação e trabalho na perspectiva de egressos do ensino médio e estudantes universitários.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 24, n. 1, p. 200-217, 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/. Acesso em: 17 dez. 2024.

[3] BICALHO, Ramofly; JARDIM, Anilda. **Trabalho e educação de jovens e adultos na sociedade contemporânea| Work and education of youth and adults in contemporary society.** Trabalho & Educação, v. 27, n. 1, p. 53-67, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/. Acesso em: 25 dez. 2024.

[4] CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de *et al.* **Desigualdades sociais e escolares: perspectivas de ingresso no Ensino Superior por estudantes da EJA.** Revista Educar Mais, v. 4, n. 3, p. 591-605, 2020. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/. Acesso em: 11 dez. 2024.

[5] CORRÊA, Ivan Livindo de Senna; FISCHER, Maria Clara Bueno; SANTOS, Juliana Silva dos. **Autonomia, trajetórias e saberes de trabalhadores estudantes do curso de Educação de Jovens e Adultos da UFRGS.** Educação, p. 301-314, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/. Acesso em: 27 dez. 2024.

[6] CRUZ, Neilton Castro da; EITERER, Carmem Lucia. **Representações Acerca da Presença de Egressos/As da EJA no Ensino Superior Público.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 30, n. 1, 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/. Acesso em: 09 dez. 2024.

[7] FREIRE, Rose Hélida Astolfo. **Possíveis causas da evasão escolar e de retorno na educação de jovens e adultos.** 2014. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/. Acesso em: 21 dez. 2024.

[8] JULIÃO, Elionaldo Fernandes; FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. **As políticas de ampliação de oportunidades educacionais no Brasil e as trajetórias escolares na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro.** Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 156-156, 2018. Disponível em: https://epaa.asu.edu/. Acesso em: 08 dez. 2024.

[9] MARTINS, Rose Mary Kern. **Pedagogia e andragogia na construção da educação de jovens e adultos.** Revista de Educação Popular, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: https://seer.ufu.br/. Acesso em: 30 dez. 2024.

[10] NASCIMENTO, Maria Rongirlene Oliveira do. **Inclusão dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Superior: Desafios e Percepções.** In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva-Cintedi e Jornada Chilena Brasileira sobre Educação Inclusiva. 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/. Acesso em: 23 dez. 2024.

[11] NEGREIROS, Fauston *et al.* **Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos.** Revista Psicologia em Pesquisa, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: https://periodicoshomolog.ufjf.br/. Acesso em: 03 set. 2024.

[12] PEREIRA, Diego Rodrigo *et al.* **Trajetórias escolares, condições de ingresso, permanência e conclusão dos egressos da educação de jovens e adultos na educação superior.** 2018. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/. Acesso em: 11 set. 2024.

[13] ROSA, Caroline de Moura; SANT'ANNA, Sita Mara Lopes; STRAMARE, Odilon Antônio. **Sentidos de qualidade: vozes de professores e estudantes egressos da EJA no Ensino Superior.** Revista de Educação Pública, v. 28, n. 67, p. 15-37, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/. Acesso em: 09 set. 2024.

[14] SILVA, Neilton da. **Processo de afiliação de egressos da EJA no Ensino Superior: desafios e propostas à docência universitária.** Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 3, n. 5, p. 121-147, 2015. Disponível em: https://itacarezinho.uneb.br/. Acesso em: 10 set. 2024.

[15] TORRES, Ítalo Ranielli Bezerra *et al.* **A EJA e o Ensino Superior: desafios do ingresso de estudantes jovens e adultos na graduação.** 2018. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/. Acesso em: 10 set. 2024.

Capítulo 7

Síndrome de Burnout em profissionais da docência do ensino superior do Amazonas: fatores de risco e estratégias de prevenção[1]

Aline Araújo da Silva[2]
Ana Cristina Canto das Neves[3]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[4]

Resumo: Estudos recentes apontam que a atividade dos profissionais da docência do ensino superior vem cada vez mais sendo acometidos com a Síndrome do esgotamento profissional ou Síndrome de Burnout, uma doença que é pouco difundida no ramo educacional. O objetivo deste estudo é realizar um referencial teórico acerca dos aspectos dessa síndrome e também apresentar os fatores de riscos e estratégias de prevenção. Os resultados apontam que no Brasil há uma enorme prevalência de aspectos que desencadeiam a doença. No Amazonas existem poucas pesquisas relacionadas ao tema, ainda é um tema inibido do cenário da pesquisa regional apesar de sua importância.

Palavras-chave: Burnout. Docente. Professores. Laboral. Trabalho. Ocupacional. Ensino Superior. Amazonas.

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

[2] [2]Graduada em Engenharia Civil, discente do curso curso de pós-graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE
[3] Graduada em Licenciatura Plena em Matemática, discente do curso de pós-graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE
[4] Mestre, Docente e orientadora do Curso de Pós-Graduação de Docência do Ensino Superior Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE

1. INTRODUÇÃO

As principais funções de um docente são transmitir pensamento, incentivar o desenvolvimento de habilidades, ajudar na formação do caráter, inspirar os alunos, mitigar inovação e principalmente transformar a sociedade. Desse modo, acontece um desgaste emocional proporcional à dedicação pela profissão.

A Síndrome de Burnout (SB), vem sendo um grande precursor do absenteísmo em professores que enfrentam diversos desafios em sua carreira no Ensino Superior tais como: trabalho noturno, baixo salário, turmas lotadas e indisciplina (OLIVEIRA, 2024).

A SB é um estado de exaustão física, emocional e mental, frequentemente relacionado a um estresse crônico no trabalho. Quando se refere aos professores, essa síndrome se torna ainda mais preocupante, afetando diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos profissionais da educação do Ensino Superior.

Os sintomas de SB podem variar de indivíduo para indivíduo, mas geralmente incluem:

1. Exaustão física e mental: cansaço constante, dificuldade para dormir, dores de cabeça e musculares.
2. Cintilamento emocional: Apatia, desinteresse, irritabilidade, tristeza, angústia.
3. Despersonalização: Sentimento de distanciamento em relação aos alunos e ao trabalho.
4. Diminuição da realização pessoal: Sensação de ineficácia e incapacidade de alcançar os objetivos.

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), além dos aspectos físicos e sociais, também deve-se principalmente ser levado em consideração os aspectos mentais de professores tendo em vista que as amplas possibilidades de transtornos mentais tornam o alcance da saúde mental algo quase inatingível.

A SB é uma doença ocupacional recente e muitas vezes se confunde com outras como a depressão e ansiedade, portanto é de suma importância o debate na sociedade em geral bem como na comunidade científica principalmente por refletir diretamente no ramo da saúde mental de professores de ensino superior.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é abordar a SB através de pesquisa bibliográfica para mostrar um panorama em relação aos profissionais da docência do ensino superior especialmente pesquisas desenvolvidas no Amazonas entre os anos de 2020 a 2024.

2. DESENVOLVIMENTO

O termo "Burnout" foi criado na década de 1970 pelo psicólogo Herbert Freudenberger para descrever o estado de exaustão emocional experimentado por profissionais da área da saúde (BARBOSA et al., 2024). Desde então, o conceito tem sido amplamente estudado e aplicado a diversas profissões.

Diversos autores propuseram diferentes nomenclaturas para as dimensões da Síndrome de Burnout, mas a definição mais difundida e referendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) apresenta a síndrome como composta por três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e falta de realização profissional (SANTOS et al.

2021).

Para Oliveira et al. (2024) & Nascimento (2023), a SB é caracterizada pelo esgotamento profissional, um fenômeno psicossocial que afeta profissionais de diversas áreas, sendo que professores de ensino superior se encontram no grupo de risco da doença devido às demandas e pressões atribuídas às suas funções.

A SB, também conhecida como a Síndrome do Esgotamento Profissional, é um tema cada vez mais presente nas discussões sobre saúde mental no trabalho. Caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização profissional, essa condição tem impactado significativamente diversos profissionais, incluindo professores do ensino superior (SANTOS et al. 2021).

Ademais, a SB é afetada pela percepção de apoio social dos professores, já que se encontrou maiores escores de adoecimento entre aqueles que se percebiam sem suporte no ambiente laboral, o que torna as universidades espaços particularmente propícios ao desenvolvimento da doença, já que na academia a competitividade é uma regra e não a exceção.

Os estudos mostram que há uma alta prevalência da síndrome de Burnout entre os docentes universitários. Alguns fatores que contribuem para isso são alta carga de trabalho, pressão constante por pesquisa, ensino e administrativas.

Na maioria dos estudos, os autores, Passos et al. (2021); Santos et al. (2021); Fernandes Gonçalves et al. (2024) & Nascimento (2023), diversos fatores podem contribuir para o desenvolvimento da SB em professores de ensino superior, como:

- Sobrecarga de trabalho: Excesso de aulas, atividades extracurriculares, preparação de provas e correções podem levar ao esgotamento físico e mental.
- Falta de reconhecimento: A sensação de que o trabalho não é valorizado pode gerar frustração e desmotivação.
- Baixos salários: Dificuldades financeiras podem gerar estresse e afetar a qualidade de vida dos professores.
- Falta de apoio: A ausência de um ambiente de trabalho colaborativo e de recursos adequados pode dificultar o exercício da profissão.
- Violência nas instituições: A exposição a situações de violência, seja física ou psicológica, pode gerar traumas e afetar a saúde mental dos professores.
- Altas expectativas: A pressão por resultados e a necessidade de atender às demandas de diversos atores (pais, alunos, comunidade) podem gerar ansiedade e estresse.

Segundo Passos et al (2023), a SB têm efeitos sobre a sua saúde mental, levando a sintomas como exaustão emocional, despersonalização, ou seja, distanciamento dos colegas e alunos, além da redução da realização profissional. Todas essas questões envolvendo a síndrome, acabam por provocar absenteísmo, alta rotatividade e conflitos no ambiente de trabalho.

Cabe ressaltar que SB apresenta sinais e sintomas semelhantes aos da depressão, tais como tristeza, desânimo, pessimismo, inapetência, apatia geral, dificuldade de desempenhar papeis, queda brusca da libido, aumento de afastamento social, isolamento e absenteísmo (BARBOSA et al. 2024)

A SB e a depressão são duas condições que podem apresentar sintomas semelhantes, como tristeza, cansaço e dificuldade de concentração, mas possuem origens e características distintas. É importante entender as diferenças entre elas para buscar o tratamento adequado.

Santos et al. (2021) corrobora quando diz que não se pode confundir Burnout com outras condições tais como ansiedade ou depressão, pois esta é uma síndrome essencialmente relacionada à atividade laboral e, particularmente, a trabalhos em que o indivíduo se relaciona constantemente com outras pessoas.

De acordo com Santos (2021), Caracteriza-se por três dimensões:

- Exaustão emocional: Sentimento de esgotamento e falta de energia.
- Despersonalização ou cinismo: Atitudes negativas ou distanciamento em relação ao trabalho e às pessoas no ambiente de trabalho.
- Redução da realização profissional: Sentimento de incompetência e falta de produtividade no trabalho.

Os estudos do Burnout entre docentes têm sido abordado como grave problema em instituições de ensino no mundo como um todo, e compreender seus impactos e consequências deste fenômeno torna-se fundamental, uma vez que este fenômeno repercute no desempenho, motivação, satisfação e saúde desses profissionais (Passos et al, 2023).

O desenvolvimento da síndrome de burnout é grandemente influenciado por cargas excessivas de trabalho, insegurança na profissão e rotinas exaustivas. O estresse no ambiente laboral gera desmotivação, sentimentos negativos, insatisfação e baixo nível de eficiência. Associado à sobrecarga de trabalho, estão a exaustão emocional, os conflitos interpessoais, menor suporte social, menor autonomia e menor satisfação com a profissão (OLIVEIRA et al. 2024).

Vê-se que a rotina desenvolvida pelos profissionais educadores dentro dos ambientes do ensino superior tem grande potencial para o desencadeamento de doenças, especialmente o burnout (OLIVEIRA et al. 2024).

O debate de tais dados aumenta a visibilidade do tema e propõe o pensamento crítico a respeito do âmbito ocupacional que possibilita o esgotamento físico e psíquico dos formadores, tal como o excesso de demandas e a falta de ferramentas adequadas para o exercício da função, o que reforça sentimentos de cobrança e insuficiência (OLIVEIRA et al. 2024).

Independente da titulação, a classe é instruída a manter-se atualizada e qualificar-se sempre, incorporando maiores parâmetros de produtividade e eficiência laboral, para estar apta a ministrar aulas para um elevado número de alunos, com todas as suas necessidades e particularidades (FERNANDES, et al. 2024).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o ofício docente como um dos mais estressantes, com muitos elementos que causam várias mudanças na qualidade de vida. Esse processo interage com aspectos individuais e com o ambiente de trabalho, uma vez que diversos fatores corroboram para essa condição, tais como a escassez de recursos de materiais, a realização de atividades administrativas, além da participação nas políticas e no planejamento institucional, favorecendo a sobrecarga de trabalho e viabilizando maior risco de adoecimento por intermédio do estresse

ocupacional (FERNANDES, et al. 2024).

Diversos fatores podem favorecer o aparecimento de burnout nos professores, acarretando complicações capazes de interferir significativamente no sistema educacional. A cronicidade do estresse, gerado pela sobrecarga vivenciada no trabalho, compromete o desempenho laboral, apresentando efeitos negativos que são altamente prejudiciais à saúde do trabalhador (FERNANDES, et al. 2024).

No Brasil, inúmeros trabalhadores sentem-se incapacitados para exercerem suas atividades. Cerca de 72% da população economicamente ativa apresenta elevado índice de estresse, e pelo menos 30% desses podem ser enquadrados na SB (FERNANDES, et al. 2024).

Correlacionar as variáveis sociodemográficas, econômicas, de trabalho, padrão do sono, nível de ansiedade e qualidade de vida ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout em docentes do ensino superior (FERNANDES, et al. 2024).

Estudo realizado com o objetivo de identificar fatores sociodemográficos, laborais e psicossociais relacionados ao desenvolvimento de SB e qualidade de vida de estudantes e professores no Brasil apontou que 30% a 60% dos professores do ensino superior possuem uma prevalência da SB um grande impacto no contexto escolar (OLIVEIRA & FERNANDES, 2023).

No caso dos professores, o absenteísmo é o sintoma mais evidente, pois o docente priva a escola, seus colegas e seus educandos de sua importante presença física e institucional, pois está sempre de atestado ou licença médica (BARBOSA, et al. 2024).

No âmbito do Ensino Superior brasileiro, foram realizados estudos com professores e apresentam-se seus resultados a seguir. Ressalta-se, entretanto, que há apontamentos na literatura sobre a necessidade de aumentar e aprofundar o conhecimento sobre a Síndrome de Burnout de professores no Brasil (SANTOS et al. 2021).

Matos (2021) desenvolveu uma pesquisa sobre crenças de autoeficácia de professores universitários, qualidade de vida e SB, na qual foram coletados dados sociodemográficos, econômicos de trabalho e aspectos diversos da vida cujo os resultados apontados os docentes de ensino superior do Campus Floresta da Universidade Federal do Acre apresentavam-se exaustos emocionalmente, e com uma qualidade de vida insatisfatória, portanto recomendou-se necessidade de intervenções de modo a minimizar os riscos para o desenvolvimento de doenças físicas e mentais, assim como a melhora da qualidade de vida dos docentes.

Passos et al (2021) realizou uma pesquisa aplicada no Campus do Instituto Federal do Amazonas, contou com 143 participantes que responderam os questionários, correspondendo a 65% da população docente do campus e 8 participantes no grupo focal e demonstrou que o estresse ocupacional neste grupo é multifatorial, passando por questões organizacionais, de infraestrutura física e também relacionamento interpessoal.

Nascimento (2023), realizou um estudo, recentemente, através de uma pesquisa transversal e exploratória, com tratamento quantitativo. Na qual 40% de professoras de institutos federais possuem alto grau de SB então sugere-se a continuidade da análise dos dados, bem como a aplicação de pesquisa longitudinal a fim de entender as relações e consequências do Burnout para as mulheres que trabalham no ambiente universitário.

Estudo realizado no estado do Amazonas, durante a pandemia da Covid-19,

evidenciou que a estrutura administrativa educacional dos estados e dos municípios foi deficitária e os docentes foram os principais agentes da educação afetados/vulnerabilizados ao longo da pandemia (Vieira et al., 2023)

Quando analisado a natureza da instituição a ser estudada, percebe-se uma prevalência de mais de 80% dos estudos concentrados em universidades públicas, isso ocorre principalmente pelo fato das universidade públicas na maioria das vezes têm uma missão de pesquisa e ensino que inclui o estudo de questões sociais e de saúde que afetam a comunidade em geral (Passos et al, 2023).

Identificar quais variáveis favorecem o desenvolvimento da SB possibilita a implantação de medidas capazes de minimizar ou banir as chances de manifestação da referida síndrome e pode ainda contribuir na busca de melhoria da qualidade de vida desses profissionais (FERNANDES, et al. 2024).

Desse modo, é recomendável que formas de descompressão sentimental, oferta de utensílios úteis ao ensino e jornadas trabalhistas menos excruciantes sejam estudadas e postas em prática a fim de adequar espaço laboral mais saudável aos professores (OLIVEIRA et al. 2024).

A implementação de estratégias preventivas e de intervenção é fundamental para promover espaço laboral adequado e reduzir a incidência do burnout nessa classe (OLIVEIRA et al. 2024).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome de Burnout em professores pode ter diversas consequências negativas, tanto para os profissionais quanto para os alunos, como:

- Diminuição da qualidade do ensino: Dificuldade de concentração, falta de motivação para planejar aulas e menor interação com os alunos.
- Aumento do absenteísmo e rotatividade: Maior número de faltas e pedidos de afastamento, além de uma maior taxa de turnover.
- Problemas de saúde física e mental: Doenças como depressão, ansiedade e problemas cardiovasculares.
- Dificuldades nas relações interpessoais: Problemas de relacionamento com colegas, alunos e pais.

É importante ressaltar que o burnout é um problema complexo que exige a atuação de diversos atores, como escolas, governos e sociedade como um todo. Ao investir no bem-estar dos professores, estamos investindo em uma educação de qualidade e em um futuro mais promissor para todos.

Apesar dos avanços, ainda há muitos desafios a serem superados. A implementação das leis, a capacitação dos profissionais de saúde e a mudança cultural nas empresas são alguns dos desafios que precisam ser enfrentados.

A expectativa é que, com o tempo, a legislação sobre a síndrome de burnout se torne cada vez mais completa e eficaz, garantindo a proteção dos trabalhadores e a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis.

Principais Avanços Legislativos:

- Inclusão da Síndrome de Burnout na Classificação Internacional de Doenças (CID): Essa inclusão foi um marco importante, pois permitiu o diagnóstico e o tratamento da síndrome no Sistema Único de Saúde (SUS) e em outras instituições de saúde.
- Projetos de Lei em Trâmite: Diversos projetos de lei estão sendo discutidos em âmbito federal, estadual e municipal, com o objetivo de instituir políticas públicas de prevenção, diagnóstico e tratamento da síndrome de burnout.
- Legislação Estadual: Alguns estados brasileiros já aprovaram leis específicas sobre a síndrome de burnout, estabelecendo diretrizes para a prevenção e o tratamento da doença em seus respectivos territórios.

Para prevenir e tratar o burnout em professores, é fundamental adotar medidas como:

- Melhoria das condições de trabalho: Redução da carga horária, aumento dos salários, investimento em recursos materiais e tecnológicos.
- Promoção de um ambiente de trabalho saudável: Criação de espaços para diálogo e troca de experiências, valorização do trabalho em equipe e incentivo à participação em atividades de formação continuada.
- Oferecimento de suporte psicológico: Disponibilização de serviços de assistência psicológica para os professores que apresentarem sinais de sofrimento emocional.
- Cuidar da saúde física e mental: Prática de atividades físicas regulares, alimentação saudável e técnicas de relaxamento.

No Brasil, em se tratando de publicações sobre SB, é evidente que os profissionais da docência do Ensino Superior têm enorme tendência de desenvolver problemas ocupacionais como essa patologia devido ao alto nível de dedicação à assistência dos alunos e conflitos organizacionais da instituição de ensino.

Em se tratando do panorama da docência do Ensino Superior no Amazonas podemos perceber que a pesquisa relacionada ao tema proposto ainda é moderada, sendo encontrado na busca apenas dois estudos relacionados, dessa forma necessitando de mais ênfase.

REFERÊNCIAS

[1] BARBOSA, I. E. B. et al. **Efeito das variáveis preditoras no desenvolvimento da Síndrome de Burnout em docentes do ensino superior.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 77, n. 4, p. 01–09, 2024.

[2] BEZERRA, B. T. F.; PASSOS, G. R.; SANTOS, L. F. DOS. **Saúde mental dos professores na rede municipal de Manaus/AM.** Research, Society and Development, v. 12, n. 7, p. e3012741941, 9 jul. 2023.

[3] CERIBELI, H. B.; CAMÊLO, B. DE C.; MACIEL, G. N. **BURNOUT NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NO CONTEXTO BRASILEIRO.** Gestão & Planejamento, v. 23, p. 250–267, 2022.

[4] DE OLIVEIRA, K. L.; FERNANDES, C. C. **A profissão docente frente às exigências da sociedade contemporânea: um olhar dirigido à saúde do professor para a prevenção da Síndrome de Burnout.** STUDIES IN EDUCATION SCIENCES, v. 4, n. 1, p. 118–135, 27 mar. 2023.

[5] DE SOUZA, D. C. et al. **Saúde mental no ensino superior brasileiro – Revisão integrativa.** Revista Sul-Americana de Psicologia, v. 10, n. 2, p. 165–190, 13 jan. 2023.

[6] FERNANDES GONÇALVES, R. et al. **Síndrome de burnout em professores do ensino superior: uma revisão integrativa.** BioSCIENCE, v. 82, n. S1, p. e014, 3 jun. 2024.

[7] JUNIOR, J. C. DE S.; SEID, E. M. F.; CHATELARD, D. S. **DOCENTES UNIVERSITÁRIOS E A VIVÊNCIA**

DE SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA. Cadernos da Fucamp, v. 25, p. 80–89, 2024.

[8] LAZAROTO, N. V.; AIRES, M. **A saúde do trabalhador da educação: Situações de vulnerabilidade e adoecimento.** Focus on Education: Academic Research, p. 1–23, 31 maio 2024.

[9] LIMA, V. D. et al. **Saúde mental no ensino superior: revisão de literatura. Interação em Psicologia** , v. 26, p. 312–322, 2022.

[10] MARCHO, A.; LEAL, F. S. F**. Síndrome de Burnout: um estudo em relação ao trabalho feminino nas instituições de ensino superior.** RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar., n. 1, p. 97–115, 2023.

[11] MATOS, M. DA M. **CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, QUALIDADE DE VIDA E SÍNDROME DE BURNOUT**. Rio Claro: [s.n.].

[12] NASCIMENTO, A. C. **Avaliação do estresse ocupacional dos professores de ensino básico, técnico e tecnológico do Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação do Amazonas**. Seropédica RJ: [s.n.].

[13] OLIVEIRA, C. M. DE G. et al. **Revisão sistemática acerca da síndrome Burnout em instituições de ensino superior**. Revista de Gestão e Secretariado – GeSec, V.15, N. 4, v. 15, n. 4, p. 01–17, 29 abr. 2024.

[14] OLIVEIRA, N. A. DE. **Saúde mental e vivência da docência em uma escola pública de Manaus sob o viés da fenomenologia de Martin Heidegger**. Manaus: [s.n.].

[15] PASSOS, G. K. et al. **Qualidade de vida e Burnout de docentes da Amazônia Ocidental brasileira.** SOUTH AMERICAN JOURNAL of Basic Education, Technical and Techonological, v. 8, n. 2446–4821, p. 1–13, 2021.

[16] QUEIROZ, J. C. **Síndrome de Burnout: Um estudo sobre as condições de Trabalho e Saúde com os professores da Escola Municipal São Francisco de Assis no município de Parintins**. Parintins/AM: [s.n.].

[17] SANTOS, B. S. et al. **Síndrome de burnout e suas repercussões na qualidade de vida de professores e alunos no Brasil.** International Journal of Development Research, p. 46363–46371, 28 abr. 2021.

[18] ZUCÃO, A. C. A.; SOUZA, R. DE SOUZA. **Avaliação da Síndrome de Burnoutem alunos e professores da Escola Estadual Deputado Bady Bassitt durante a pandemia de Covid-19.** p. 1–66, 2022.

Capítulo 8

Consciência fonológica: fundamento essencial para a construção do processo de alfabetização na educação infantil[1]

Fabiana Alves da Silva[2]
Flaviane da Costa Torres[3]
Iraildes Nazeazeno Silva[4]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: O seguinte artigo explora o conceito de consciência fonológica, sendo amplamente estudada por fonoaudiólogos, linguistas e psicólogos devido à sua relevância no desenvolvimento linguístico infantil. Os autores discutem como as habilidades metafonológicas, como a segmentação de sílabas e fonemas, reconhecimento de rimas e aliterações, estão associadas ao aprendizado da linguagem escrita. A relação entre consciência fonológica e alfabetização é investigada sobre diferentes perspectivas teóricas, destacando a influência de métodos de ensino no desenvolvimento dessas habilidades. A metalinguagem é apontada como um conceito central, que envolve a capacidade reflexiva sobre a estrutura e uso da linguagem. O texto também aborda as contribuições da neurociência para o diagnóstico de transtornos de aprendizagem. A neuroplasticidade, o desenvolvimento das funções executivas e a regulação das emoções são discutidos como fatores que impactam o progresso acadêmico dos alunos. Estratégias metodológicas são apresentadas, como atividades lúdicas e reflexivas, que integram a consciência fonológica ao ensino da leitura e escrita. O papel das emoções, da atenção, da memória e da motivação no aprendizado é enfatizado, destacando a importância de um ambiente educacional acolhedor e estimulante. O artigo conclui que a consciência fonológica, quando trabalhada de forma conjunta e integrada à alfabetização, contribui significativamente para o desenvolvimento linguístico e cognitivo, favorecendo a aprendizagem e a interação do indivíduo com o mundo.

Palavras-chave: Aprendizagem da leitura. Consciência Fonológica. Educação Infantil. Contribuições da Neurociência

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[2] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[3] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[4] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[5] Docente e orientadora do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da consciência fonológica no processo de alfabetização na Educação Infantil, destacando sua importância no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Através de uma revisão teórica, serão discutidas as principais abordagens pedagógicas para o estímulo dessa competência, considerando as práticas de ensino que podem ser adotadas pelos educadores em busca do êxito no ensino na alfabetização.

A alfabetização é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social das crianças, sendo indispensável para o exercício pleno da cidadania. Nesse processo, a consciência fonológica desempenha um papel crucial, pois está diretamente relacionada à habilidade de compreender a relação entre os sons da fala e o sistema de escrita. Ao refletir sobre as estruturas sonoras da linguagem, as crianças desenvolvem competências que facilitam a aquisição da leitura e da escrita.

Este trabalho busca apresentar o conceito de consciência fonológica, suas relações com a alfabetização e os impactos no desenvolvimento das habilidades linguísticas. Além disso, são discutidas as contribuições da neurociência para o diagnóstico de transtornos de aprendizagem e estratégias metodológicas que podem potencializar o ensino desse aspecto fundamental. Essa pesquisa destaca a importância de práticas educacionais que promovam o desenvolvimento metalinguístico e favoreçam o aprendizado de maneira eficaz e inclusiva.

2. CONCEITOS TEÓRICOS SOBRE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E SUAS RELAÇÕES COM A ALFABETIZAÇÃO

A consciência fonológica refere-se à capacidade de perceber, identificar e manipular os sons da fala, sendo uma competência crucial no processo de alfabetização, pois possibilita que a criança entenda a relação entre os sons da linguagem e as letras do sistema de escrita. De acordo com Fabiane Puntel Basso (2019), essa consciência pode ser caracterizada como a capacidade de perceber que as palavras são constituídas por sons ou grupos de sons, e que podem ser fragmentadas em unidades menores. Isso implica dizer que é a habilidade em refletir sobre as palavras e os fonemas que as formam, independentemente de seu significado.

A alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças, sendo uma das fases mais significativas na educação infantil. No entanto, para que a alfabetização seja eficaz, é imprescindível que as crianças adquiram habilidades específicas que as capacitem a compreender como a linguagem escrita opera. Nesse contexto, a consciência fonológica surge para exercer um papel essencial.

O estudo da consciência fonológica ou da metafonologia em crianças tem atraído cada vez mais a atenção de fonoaudiólogos, linguistas e psicólogos. Diversas pesquisas nos últimos anos, têm buscado descrever e quantificar essa habilidade metalinguística que se relaciona à reflexão sobre as características estruturais da língua falada e à sua manipulação.

Segundo essa abordagem de acordo com Fabiane Puntel Basso (2019), nos leva a entender um conjunto de habilidades que inclui: Percepção do tamanho das palavras, identificação de semelhanças fonológicas entre palavras, segmentação e manipulação de sílabas e fonemas, reconhecimento de rimas e identificação de aliteração.

Podemos afirmar que esta seja uma condição favorável ao indivíduo, pois quanto mais cedo possível adquirir essa percepção, melhor será para seu desenvolvimento de aprendizagem.

Durante a aquisição do sistema de escrita alfabética, o indivíduo deve entender que a escrita é uma representação (não fiel) da fala. Além disso, gradualmente, o indivíduo precisa perceber que as palavras são compostas por pequenas unidades de som, como os fonemas e as sílabas.

O que se entende por meio dessa percepção de que as palavras são divididas em sílabas e fonemas é chamado de consciência fonológica. Para Cristiane Lazzarotto (2002), existe uma tendência em investigar a relação entre essa habilidade e o aprendizado da linguagem escrita. Portanto, haveria uma indagação se a consciência fonológica seria um pré-requisito para que a alfabetização ocorresse sem maiores dificuldades, ou se esse mesmo processo acabaria por desenvolver tal conhecimento nos alunos. Além desses questionamentos, poderíamos considerar se o método utilizado pelo professor teria alguma influência nas habilidades metafonológicas do aluno.

O conhecimento intuitivo ou inconsciente da língua, segundo Lazzarotto (2002), não é suficiente para garantir o aprendizado eficaz da leitura e da escrita. A autora declara que as dificuldades de leitura observadas em crianças, sem histórico de atraso na linguagem, só podem ser justificadas por duas razões: ou a criança apresenta um atraso não evidente no desenvolvimento da linguagem, de modo que está bem preparada para ler o material das séries iniciais, mas enfrenta dificuldades com os materiais mais avançados das séries seguintes; ou demonstra uma incapacidade de levar aos níveis de consciência o conhecimento que possui intuitivamente sobre a linguagem.

3. ANALISAR OS IMPACTOS DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA

3.1. METALINGUAGEM

A metalinguagem é o uso de uma linguagem para refletir, descrever ou explicar a própria linguagem ou seus elementos. Trata-se de um recurso muito comum em diferentes áreas, como a literatura, a linguística e a comunicação, no qual o foco recai sobre o processo ou os instrumentos utilizados na produção da mensagem. Na literatura, por exemplo, a metalinguagem pode se manifestar em obras que falam sobre o ato de escrever, como um poema que discute a construção poética ou um romance que explora os desafios da narrativa. Esse recurso é importante porque permite uma reflexão crítica sobre os próprios mecanismos de criação e interpretação, ampliando a compreensão do leitor ou interlocutor sobre o texto ou discurso.

A consciência fonológica é uma habilidade metalinguística fundamental para o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois envolve a capacidade de refletir sobre os sons da linguagem e manipulá-los de forma consciente. Essa habilidade se insere no âmbito da metalinguagem, já que exige que o indivíduo use a linguagem para analisar e compreender seus próprios elementos sonoros. Além disso, como afirma Morais (2005), o desenvolvimento da consciência fonológica depende diretamente de uma abordagem metalinguística que permita a criança refletir sobre a estrutura fonológica da fala e sua correspondência com a escrita.

Podemos afirmar que a metalinguagem, ou seja, a capacidade da língua de tomar a si própria como objeto é uma propriedade fundamental das línguas naturais.

3.1.1. HABILIDADES METAFONOLÓGICAS E APRENDIZAGEM DA LEITURA

Para que uma atividade seja considerada metalinguística, ela deve ser reflexiva e consciente. Segundo Corrêa (2004, p.69), afirma que ''a metalinguagem é um constructo multidimensional, que abrange diferentes habilidades, como segmentar e manipular a fala em suas diversas unidades''. O desenvolvimento dessas habilidades está diretamente relacionado à aquisição da leitura e escrita.

De acordo com a Revista Psicopedagogia (2022), a metalinguagem pode ser definida como a capacidade de refletir sobre a linguagem e manipular suas estruturas linguísticas de maneira intencional. A habilidade metalinguística surge espontaneamente, motivada pela necessidade da criança de compreender seus próprios processos linguísticos.

O que leva a crer, que os impactos da consciência fonológica no desenvolvimento da leitura e escrita, passa a ser o meio pelo qual o indivíduo, ao agregar ao máximo sobre si destas possibilidades, poderá ser capaz ao utiliza-se desses artifícios, da linguagem para interagir de forma muito mais abrangente com o mundo exterior.

De acordo com Gombert (2003), as crianças utilizam os conhecimentos epilinguísticos adquiridos por meio de suas experiências naturais com a linguagem oral para desenvolver habilidades metalinguísticas necessárias no aprendizado da leitura e escrita. Esse processo ocorre quando a criança passa a refletir sobre as unidades sonoras que compõem as palavras. Assim, inicialmente, durante o desenvolvimento da linguagem oral, elas aprendem com facilidade os nomes de pessoas, animais e objetos de seu convívio. Posteriormente, com o ensino sistemático da leitura, conseguem compreender conscientemente as estruturas linguísticas, o que caracteriza o desenvolvimento das habilidades metalinguísticas.

Maluf (2006), destacam que, ao iniciar o processo de alfabetização, as crianças podem enfrentar dificuldades para refletir conscientemente sobre o sistema de escrita. No entanto, o autor esclarece que isso não significa que a criança, antes de alcançar esse domínio consciente, não tenha controle sobre sua linguagem. É importante diferenciar dois momentos no processo de aquisição da linguagem escrita: os 'epi processos', também chamados de conhecimentos implícitos, e os 'megaprocessos', conhecidos como conhecimentos explícitos. Conforme afirma Gombert (apud MALUF, 2021, p. 92).

Envolvido nas novas descobertas sobre a consciência fonológica, um fundamento essencial para a construção do processo de alfabetização na educação infantil, o indivíduo começa a entender que as palavras são compostas por sons ou grupos de sons, que podem ser divididos em unidades menores. Aos poucos, ele percebe que as palavras se formam por fonemas e sílabas, e essa percepção é o que chamamos de consciência fonológica. Quanto mais cedo essa percepção for adquirida, mais favorável será para o desenvolvimento da aprendizagem.

4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O TRABALHO COM CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

Artur Gomes de Moraes (2019) é um dos principais estudiosos brasileiros no campo da alfabetização e da consciência fonológica, ele destaca a importância de trabalhar a consciência fonológica de forma organizada e integrada no processo de alfabetização. Suas estratégias metodológicas geralmente incluem atividades lúdicas, interativas e reflexivas que envolvem diferentes níveis de consciência fonológica, como a identificação, segmentação, manipulação e produção de sons na língua falada. A seguir, apresentaremos algumas estratégias metodológicas para o desenvolvimento da consciência fonológica.

4.1. SEGMENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE SONS

A segmentação fonológica, que consiste em dividir palavras em unidades menores (sílabas ou fonemas), é uma das atividades mais recomendadas para desenvolver a consciência fonológica. Morais (2005) defende que a manipulação desses sons é essencial para que as crianças compreendam a estrutura fonológica da fala e sua correspondência com a escrita.

Segmentação silábica: O professor pedirá às crianças para baterem palmas ou baterem com os pés ao pronunciar cada sílaba de uma palavra. Exemplo: para a palavra "gato", as crianças devem bater palmas duas vezes ("ga-to"). Portanto elas perceberão que a palavra gato possui duas silabas.

Segmentação fonêmica: a criança vai identificar fonemas de uma palavra, promovendo a percepção dos sons individuais que formam uma palavra. Por exemplo a palavra (G/A/T/O).

A segmentação fonêmica é uma habilidade essencial para a leitura e a escrita, pois permite que as crianças compreendam que as palavras podem ser divididas em sons específicos.

Substituição de sons: Uma atividade útil para trabalhar a manipulação fonêmica é substituir sons em palavras. Por exemplo, pedir para as crianças trocarem o som inicial de "gato" por "pato", mudando o som /g/ para /p/.

Essas atividades ajudam as crianças a perceberem as unidades sonoras que compõem as palavras, facilitando a associação entre a fala e a escrita.

4.2. UTILIZAÇÃO DE JOGOS E ATIVIDADES LÚDICAS

Moraes enfatiza a importância de usar jogos e atividades lúdicas para tornar o processo de aprendizado mais envolvente e prazeroso. Jogos que envolvem palavras e sons, como "Adivinha a Palavra", "Quebra-Cabeça de Sons" ou "Jogo da Memória de Fonemas", são exemplos de atividades que podem ser utilizadas para praticar a consciência fonológica.

4.3. CONSTRUÇÃO ATIVA E REFLEXIVA

A abordagem construtivista de Ferreiro (2001) destaca que o desenvolvimento da consciência fonológica deve ser visto como um processo de construção ativa. A criança

não apenas aprende a reconhecer os sons das palavras, mas também reflete sobre como esses sons se organizam na escrita.

Escrita fonética: Relacionar fala e escrita de forma a integrar atividades de consciência fonológica com o ensino da escrita, ajudando as crianças a perceberem as correspondências entre sons e letras. Sendo feita por meio de atividades de escrita espontânea, ditados ou composição de palavras. Por exemplo, ao ouvir a palavra "gato", a criança tentará mapear os sons para as letras. Após a escrita fonética, o professor pode pedir que a criança repita a palavra e reflita sobre a correspondência entre os sons e as letras, incentivando-a a pensar sobre as regras ortográficas.

Moraes (2019) enfatiza que todas essas estratégias devem ser aplicadas em um ambiente alfabetizador rico, onde leitura e escrita estejam sempre presentes e conectadas às práticas sociais de linguagem. A consciência fonológica não deve ser tratada como um fim em si mesma, mas como uma habilidade que auxilia no desenvolvimento da leitura e da escrita.

5. AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA PARA O DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNOS QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM

A neurociência é a ciência que estuda o sistema nervoso e suas funcionalidades, além de analisar o comportamento e as emoções humanas, buscando entender o seu funcionamento, afinal de contas é por dele que somos capazes de aprender, desaprender, e de reaprender.

Em síntese, podemos dizer que a neurociência é o campo de estudo que estuda o cérebro humano, e a neuroplasticidade é um fenômeno que ocorre no sistema nervoso. A neurociência observa que a neuroplasticidade está presente na prática, como se aprimora uma habilidade.

Conhecendo sobre o termo neuroplasticidade, os professores conseguem uma aprendizagem mais efetiva, porque conseguem trabalhar nas crianças estímulos certos.

A neuroplasticidade é a capacidade do cérebro de modificar progressivamente suas estruturas e funções nervosas superiores (atenção, memória, motivação, emoções e funções executivas) que, ao interagirem de maneiras múltiplas e interrelacionadas, tanto entre si quanto com outras funções cerebrais, viabilizam a recepção e o processamento das informações pelo cérebro (Rotta,2016, p.11).

> A aprendizagem está, portanto, vinculada ao fenômeno chamado Neuroplasticidade, que é a capacidade do cérebro humano de "[...] formar e desfazer conexões entre os neurônios [as sinapses] em razão das interações contínuas com o ambiente externo e interno do corpo. (Cosenza e Guerra, 2011, p.11).

Essas características podem modificar as estruturas e funções do cérebro, devido à natureza plástica desse órgão, isto é, ao seu potencial de se moldar em resposta a estímulos e vivências. A neurociência entende que existem momentos específicos em que algumas funções cognitivas se desenvolvem (como durante a infância e adolescência), mas também sustenta que o processo de aprendizagem é uma parte de todas as etapas da vida.

A seguir, discutiremos com dados das pesquisas bibliográficas que fizemos sobre as funções nervosas superiores e de que modo o entendimento da neurociência pode contribuir para o progresso no ensino e aprendizagem dos alunos.

A neuropsicologia é um dos cinco campos estudado pela neurociência, ele investiga a relação aprofundado do sistema nervoso e a análise do comportamento humano e dos processos psicológicos.

Seu objetivo é compreender como o cérebro é capaz de influenciar cognitivamente em funções essenciais, como raciocínio, memória, atenção, emoções e capacidades de julgamento.

Portanto, esse campo de estudos contribui diretamente no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de distúrbios e alterações comportamentais causadas por fatores como a idade ou contexto psicossocial.

Napoli, Krech e Holley (2005) sugerem que a inclusão de programas de redução de estresse no currículo escolar pode aprimorar o desempenho acadêmico, a concentração, o estado de ânimo e a autoestima. Diversos teóricos propõem várias estratégias que podem ser implementadas pelos docentes para capturar a atenção dos alunos, tais como: comunicar de maneira clara; utilizar projetos pedagógicos; fornece uma instrução por vez. Para falar melhor sobre as funções nervosas superiores dividiremos em tópicos abaixo:

5.1. ATENÇÃO

A atenção para Piaget,

De acordo com Piaget, prestamos atenção porque entendemos, ou seja, porque aquilo que está sendo apresentado possui significado e representa uma novidade. Quando há um desafio e é possível estabelecer uma relação entre o novo elemento e os conhecimentos já adquiridos, a atenção é despertada.

Implicações na educação

A forma como o professor se comporta em sala de aula pode ter um grande impacto na atenção das crianças, movimento do professor, atividades com movimento, personalização, rotina, lúdico e acolhimento são algumas práticas que o professor pode adotar para melhorar aa atenção dos alunos.

Algumas práticas pedagógicas que podem favorecer a atenção incluem a movimentação do professor pela sala de aula, propostas de atividades que envolvam movimento; personalização do ensino para atender às necessidades dos alunos, criação de uma rotina estruturada e clara, uso de abordagens lúdicas no processo de ensino-aprendizagem e o cultivo de um ambiente acolhedor e motivador.

5.2. MEMÓRIA

A memória, para Wallon

De acordo com Wallon, somos seres integrados, compostos por três dimensões fundamentais: afetividade, cognição e movimento. Informações e acontecimentos que nos afetam emocionalmente e fazem sentido para nós são mais facilmente armazenados na memória. Assim, como a construção de sentido está diretamente ligada à afetividade,

torna-se difícil reter algo novo quando ele não nos afeta emocionalmente. Implicações na educação

Para fortalecer a memorização, é essencial criar experiências que envolvam os sentidos, o corpo e as emoções. Algumas práticas pedagógicas eficazes são exploração de diferentes texturas, temperaturas e formas, criando um ambiente sensorial rico, promover exercícios físicos que estimulem o corpo e a mente, realizar jogos de adivinhação e atividades lúdicas, propor pequenos desafios, como lembrar o endereço da escola, dos avós ou outras informações significativas, valorizar experiências que envolvam emoções positivas, reforçando o aprendizado a longo prazo.

Essas estratégias ajudam a integrar a afetividade, a cognição e o movimento, promovendo uma memorização mais eficaz e duradoura.

5.3. MOTIVAÇÃO

A motivação, para Vygotsky

A cognição tem origem na motivação. Mas ela não brota espontaneamente, como se existissem crianças com vontade- e naturalmente motivadas- e outras sem. Esse impulso para agir em direção a algo é também culturalmente modulado. O sujeito aprende a direcioná-lo para aquilo que quer, como estudar.

Implicação na educação

Para que os alunos estejam motivados, os professores devem ser capazes de identificar as necessidades dos alunos, adotar metologias modernas, inserir recursos didáticos que ativem as curiosidades dos alunos.

5.4. EMOÇÕES

A emoção, para Piaget

O psicólogo valoriza o termo afetividade, em vez de emoção, e diz que ela influência positiva ou negativamente os processos de aprendizagem, acelerando ou atrasando o desenvolvimento intelectual.

Implicação na educação

Para que a aprendizagem ocorra de maneira eficaz e duradoura, é necessário que ela desperte no aluno alguma emoção ou significado, pois quanto maior for o interesse e a motivação por determinado assunto maior será a facilidade de adquirir este conhecimento.

5.5. FUNÇÕES EXECUTIVAS (FE)

As funções executivas são um conjunto de habilidades cognitivas que permitem controlar o pensamento, as emoções e os comportamentos.

Implicação na educação

As (FE) ajudam a identificar e resolver distúrbios de aprendizagem, permitindo a elaboração de um plano pedagógico mais adequado.

Desenvolvimento de habilidades: As (FE) podem ser desenvolvidas por meio de estratégias de ensino, treinamento cognitivo, alimentação saudável, exercícios físicos e sono adequado.

Também é importante investir em programas que estimulem o desenvolvimento das funções executivas desde as séries iniciais. Fregni (2019) destaca a importância de, no início de qualquer curso ou processo de aprendizado, dedicar um tempo para refletir sobre a essência da aprendizagem, incluindo o que ela representa, sua finalidade e os métodos para alcançá-la.

5.6. A IMPORTÂNCIA DA NEUROCIÊNCIA NO DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNOS

Uma das principais contribuições da neurociência para o diagnóstico de transtornos psiquiátricos é o uso das imagens cerebrais. Por meio de técnicas de ressonância magnética e tomografias. Outra técnica é a neuromodulação, que utiliza a estimulação elétrica ou magnética do cérebro para modificar a atividade cerebral em áreas específicas.

Essa técnica pode ser usada para ajudar determinadas áreas cerebrais que precisam ser estimuladas durante o tratamento de doenças como a depressão e o transtorno obsessivo compulsivo (TOC).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os conceitos teóricos sobre a consciência fonológica e suas relações com a alfabetização, além de explorar as estratégias metodológicas e as contribuições da neurociência, permite uma visão ampla sobre os desafios e possibilidades que permeiam o processo de aprendizagem. A consciência fonológica destaca-se como um elemento essencial para o desenvolvimento da leitura e escrita, pois proporciona à criança uma base sólida para refletir e manipular os sons da língua, conectando oralidade e escrita de forma integrada.

Ademais, a metalinguagem e as habilidades metafonológicas emergem como ferramentas fundamentais para promover uma aprendizagem significativa, incentivando o desenvolvimento da capacidade reflexiva e consciente sobre a linguagem. Por outro lado, a neurociência oferece valiosos para o diagnóstico e intervenção em dificuldades de aprendizagem, destacando a importância da atenção, memória, motivação, emoções e funções executivas no desempenho escolar.

Dessa forma, a alfabetização vai além do domínio técnico da leitura e escrita, tornando-se um processo transformador que integra aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Trabalhar de forma intencional e sistemática essas habilidades na educação infantil e fundamental, utilizando metodologias lúdicas e reflexivas, é fundamental para formar indivíduos críticos, pensantes e plenamente conscientes de seu papel na sociedade. Afinal, a alfabetização é uma das principais ferramentas que capacitam o ser humano a interagir de maneira autônoma e significativa com o mundo ao seu redor.

Apesar de ser uma área recente de estudos, a neurociência tem grande impacto no desenvolvimento humano. Trouxemos através de pesquisas bibliográficas o conceito da neurociência, da neuroplasticidade, suas estruturas e funções nervosas, assim como as suas implicações na educação.

De forma abrangente, pesquisamos a importância da neurociência no diagnóstico de transtornos e suas contribuições. Aprendemos que a neurociência não é uma receita de bolo, porém com conhecimento sobre sua importância e atribuições os profissionais de educação podem buscar novas estratégias e metodologias para uma aprendizagem mais eficaz e efetiva.

REFERÊNCIAS

[1] BASSO, Fabiane. *Consciência fonológica: relações entre oralidade e escrita*. 2019. 12 f.

[2] CIELO, Carla. Habilidades em Consciência Fonológica em crianças de 4 a 8 anos. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001

[3] Dissertação (Mestranda de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

[4] GOMBERT J. Atividades metalinguística e aquisição da leitura. In: Maluf MR, org. Metalinguagem e aquisição da escrita. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

[5] LAZZAROTTO, Cristiane e CIELO, Carla. Consciência fonológica e sua relação com a alfabetização. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v.7, p.15-24, 2002.

[6] MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.p. 45 – 135

[7] SOARES, Magda. Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

[8] ZORZI, JL. Consciência fonológica, fases de construção da escrita e sequência de apropriação da ortografia do Português. In Marchesan, I e Zorzi, JL. Anuário CEFAC de fonoaudiologia. Rio de Janeiro: Revinter, 1999. p. 91-117.

Capítulo 9

A importância das brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil[1]

Aliny Cristina Lima dos Santos[2]
Kelly Queiroz Saboia[3]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[4]

Resumo: Esse artigo aborda a relevância das brincadeiras tradicionais que desempenham um papel fundamental no decorrer da alfabetização na educação infantil, pois tornam o aprendizado mais lúdico e atrativo para elas. A pesquisa analisa como essas brincadeiras contribuem essas atividades, que fazem parte da cultura popular, promovem o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social das crianças. Com as brincadeiras, as crianças exercitam a memória, a linguagem e a motricidade, habilidades essenciais para a leitura e escrita, além disso as crianças aprendem a se relaciona socialmente, desenvolvendo empatia e cooperação, ao interagir nas brincadeiras tradicionais nas práticas pedagógicas permite que o aprendizado aconteça de forma contextualizada e divertida ao mesmo tempo. Foi discutido como essas atividades contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e apresentamos práticas que podem ser integradas ao currículo escolar a partir do uso das brincadeiras tradicionais como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização na educação infantil, promovendo um ambiente de aprendizagem mais significativo e harmonioso para essas crianças. os professores estão se atualizando, utilizando métodos inovadores e a utilização de jogo vem servindo de auxílio nesta fase, sendo que os jogos são de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e ao brincar a criança consegue absorver novos conhecimentos sem perceber, mas é preciso que elas sejam auxiliadas para direcionar suas brincadeiras, essa mediação tem que ser feita de forma cuidadosa e que não interfira e nem atropele diretamente no desenvolvimento dessa criança, respeitando o individualismo das fases que passam.

Palavras-chave: Brincadeiras, alfabetização, educação infantil.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina de Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança-FAFIBE.

[2] Pós-graduando do curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança-FAFIBE.

[3] Pós-Graduando do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e letramento de Boa Esperança-FAFIBE.

[4] Docente e Orientadora do Curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letramento de Boa Esperança-FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo fundamental na formação da criança, refletirmos sobre a importância acerca das necessidades e características próprias desta fase de desenvolvimento do ser humano tornou-se uma das mais relevantes buscas para estudiosos, professores, pais e demais pessoas interessadas no processo de desenvolvimento na educação infantil onde foi buscado uma aprimoração dos métodos de ensino como o brincar, o qual trouxe uma nova forma para o desenvolvimento na educação como um todo.

Conforme afirma Vygotsky (1991), o envolvimento entre o lúdico e o meio pedagógico, permite benefícios tanto para as crianças quanto para os professores, pois o primeiro permite a ampliação de possibilidades e potencialidades de sua formação e o segundo a concretização de seus objetivos que é a aprendizagem das crianças.

Quando buscamos um pensamento sobre o uso de brincadeiras tradicionais na aprendizagem, ao inserir o brincar na infância tornando necessário o vivenciar neste período, ou seja, brincar não é apenas lazer, mas também parte do comportamento no processo de aprendizagem e amadurecimento no ensino infantil, fazendo com que a criança através da utilização de brincadeiras tradicionais obtenha de forma adequada e com recurso pedagógico que contribuirá para o processo de aprendizagem das crianças na escola, especialmente na educação infantil para que não seja apenas um prazer momentâneo, mas que também ela venha assimila o conhecimento à suas vidas futuras destacando o valor e seus limites quanto a extensão e profundidade dessa obtenção.

Para Santos (2016, p.08)

> As crianças assumem diferentes papéis enquanto brincam e agem frente à realidade de maneira prazerosa e divertida. Ao brincar as crianças constroem conhecimentos, interagem, aprendem a conviver em grupo, escolhem os tipos de brincadeiras que gostam a alegria que demonstram quando estão brincando. Portanto, para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros e os papéis que irão assumir no interior de um determinado tema e enredo, cujos desenvolvimentos dependem unicamente da vontade de quem brinca.

O uso das brincadeiras tradicionais fez com que o jeito de educar tenha uma contribuição maior com aperfeiçoamento para a humanidade em termos materiais, sociais, culturais, emocionais e cognitivos, uma vez que oferece uma estrutura mais sólida de educação para que esse aluno possa obter uma maior absolvição do conhecimento, assim se torna necessário enfatizara o valor das brincadeiras como ferramenta de ensino aos educadores, a sociedade e principalmente aos pais.

O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas em artigos e sites para ressaltar o poder das brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil, visto que esse processo exige muito mais que dedicação, ensinar uma criança a ler e escrever exige muito, uma vez que requer variados métodos pedagógicos e estratégias, então houve a necessidade de uma pesquisa para se ter um maior entendimento quanto ao uso do lúdico voltado para a aprendizagem. Com problemáticas do acarretamento de sobrecarga do educador, visto que exige mais tempo, mais dedicação, mais conhecimentos, mais atenção e assim o educador terá que buscar estratégias para que isso não afete a aprendizagem com uso dessas ferramentas lúdicas.

Destacando quais jogos e brincadeiras fazem parte do contexto pedagógico das atividades cotidianas da Educação infantil, mostrando o papel do professor como mediador do uso de brinquedo ou da oferta desse brinquedo no desenvolvimento do aluno na Educação Infantil. Apesar de que o processo de alfabetização da educação infantil esteja cada vez mais eficaz, ainda assim apresenta várias dificuldades que vão desde à adaptação ao currículo à avaliação do aprendizado.

2. COMO ERA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No século XII a criança era meramente ilustrativa algo fofo e de pouco interesse para a sociedade, a partir do século XIII a sociedade passou a ter uma concepção diferente. Com o aumento da entrada das mulheres no mercado de trabalho, foi necessário criar um espaço ou um lugar para se deixar as crianças enquanto essas mães iam trabalhar e assim surgiu a ideia da creche e pré-escolas e com isso resultou em uma nova fase que deu início a uma maior procura, no início com pensamento de que era importante ajudar as crianças mais pobres e assim compensá-las com ingresso na pré-escola. A educação infantil no Brasil é um tema vasto e muito relevante, visto que é a primeira etapa da educação básica e desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças.

A criança era preparada para a alfabetização para melhor estimular e acelerar o processo de aprendizagem dela e para compensar a deficiência educacional por suas precariedades financeiras. O pensamento central era que precisavam pôr as crianças carentes em um local para que suas mães pudessem trabalhar e sustentá-las funcionava como uma espécie de depósito de crianças carentes. Quando a procura estava em alta a educação infantil passou de assistencialista para ser discutida enquanto valor educativo, desta forma as creches e pré-escolas foram estudadas por especialistas que procuraram elaborar novas metodologias pedagógicas para desenvolvimento cognitivo e linguísticos dessas crianças.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, passou a ser reconhecido o direito de todas as crianças como um dever do Estado, exigindo que os profissionais tivessem uma melhor formação. Acarretando também outros direitos como a promulgação do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) e Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

Embora tenha havido avanços significativos nas políticas educacionais e na valorização da primeira infância, ainda há muito trabalho a ser feito para assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos, ou seja, as políticas públicas têm se intensificando para implementar e fortalecer a educação infantil no Brasil. Com programas de expansão de vagas em creches e pré-escolas, além de iniciativas voltadas para a formação continuada de educadores, têm sido desenvolvidos para melhorar a qualidade do ensino, com inclusão de crianças com deficiência na educação infantil também. A legislação brasileira garante o direito à educação inclusiva, mas sua implementação ainda enfrenta desafios nos contextos locais.

3. BENEFÍCIOS DAS BRINCADEIRAS TRADICIONAIS ALFABETIZAÇÃO

Brincadeiras estimulam habilidades cognitivas sociais essenciais, como memória e raciocínio lógico, ao usarmos jogos que envolva contagem a criança é incentivada a pensar criticamente, e assim ela desenvolve habilidades fundamentais, a criança tem a

oportunidade de praticar a linguagem oral durante as brincadeiras desenvolvendo o conhecimento linguístico dela ao interagir com seus colegas durante as brincadeiras e assim expande o vocabulário e sua capacidade de se expressar.

> Todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras. Pela diversidade de formas de conceber o brincar, alguns tendem a focalizá-lo como característico dos processos imitativos da criança, dando maior destaque apenas ao período posterior aos dois anos de idade. O período anterior é visto como preparatório para o aparecimento do lúdico. No entanto, temos clareza de que a opção pelo brincar desde o início da educação infantil é o que garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade. Para a criança, o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar (KISHIMOTO, 2015, p. 1).

Promovendo a interação social entre as crianças, ajudando a desenvolverem habilidades emocionais e sociais importantes. Essa socialização é crucial no ambiente escolar, onde a cooperação e o respeito são fundamentais. Muitas das brincadeiras tradicionais exigem movimentos físico que ajudam a melhorar o sistema motor das crianças.

Segundo a BNCC (2017, p. 44)

> Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. [...].

A coordenação motora fina é essencial para a escrita e atividades como pular corda e jogar bola ajudam essa habilidade. Segundo Ferreira (2020), atividades lúdicas adaptadas podem incluir elementos como figuras coloridas, símbolos visuais e a segmentação de tarefas em passos menores e mais manejáveis.

Portanto, a brincadeira para as crianças proporcionará a elas os demais direitos de desenvolvimento, pois através das brincadeiras são garantidos a elas se expressarem, conhecerem e conviverem com as demais crianças ao seu redor, assim elas conseguem explorar todos ambientes que dão a oportunidades de adquirir novos conhecimentos. Cabe ao professor o dever de proporcionar esses momentos de aprendizagens para que as crianças se desenvolvam integralmente.

4. O PROFESSOR E A AÇÃO PEDAGÓGICA: A RELEVÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO COTIDIANO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma fase crucial na formação do indivíduo, onde o aprendizado ocorre de maneira significativa através da interação e exploração. Os jogos e brincadeiras são ferramentas que facilitam o processo de aprendizagem e o professor é

uma figura central.

Os professores ao incorporarem brincadeiras em suas práticas pedagógicas, conseguem despertar a curiosidade e criatividade dos alunos, além de proporcionar habilidades como a cooperação, resolução de conflitos e uma maior e rica comunicação, portanto as atividades que envolvem brincadeiras ajudam na formação de identidade e na socialização das crianças, permitindo que elas e usufruam diferentes papéis sociais e adquiram empatia.

Além disso, o uso das brincadeiras no cotidiano escolar contribui para a alfabetização com o lúdico, com mais dinamismo tornando o aprendizado atraente e eficaz, sendo assim o educador não apenas torna as aulas mais interessantes, mas também respeita o modo natural de aprender das crianças. Dessa forma o professor tem o desafio de compreender e implementar essas atividades.

Ao ingressar na educação infantil o professor estará em sala de aula para desenvolver a relação do brincar com o conteúdo a ser aplicado, sempre com sua supervisão, para que a brincadeira livre não seja retirada do foco além do esperado. De acordo com Ribeiro e Souza (2011) a mediação do professor a criança se apropria do conhecimento com atividades apropriadas para seu progresso, sem interferir no desenvolvimento intelectual da criança.

5. O VALOR DO LÚDICO PARA O PROCESSO DE ENSINO-APREDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A importância do lúdico para o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil é um tema fundamental, pois o brincar é uma das principais formas de interação e aprendizado das crianças nessa fase, ela obtém o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. As atividades lúdicas tornam o aprendizado mais significativo e prazeroso.

Daniela e Haetinger (2013) citando Gersos (2001) aborda que

> A importância da relação do ser humano com o brinquedo é fundamental para o desenvolvimento de um ser equilibrado em suas relações com o mundo que o cerca. Quando a criança brinca, ela transporta suas fantasias para o mundo real e automaticamente prepara-se para este mundo. Quando o adulto brinca, ele foge do mundo rela e passa a viver na fantasia da brincadeira.

Quando as crianças estão envolvidas em jogos, elas se sentem motivadas a aprender e a explorar novos conteúdos de maneira natural, as crianças exploram o mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades essenciais como a resolução de problemas, a criatividade e a colaboração. As brincadeiras permitem que as crianças tomem decisões e façam escolhas, promovendo sua autonomia. Esse espaço para experimentar e errar é crucial para o desenvolvimento da confiança e da independência nas atividades diárias. Portanto, podem ser utilizadas para integrar diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, jogos que envolvem matemática ou linguagem ajudam as crianças a ver conexões entre os conteúdos escolares de maneira prática e divertida.

Segundo Finco e Oliveira (2011, p. 72)

> [...] toda bagagem de estereótipos, as crianças pequenas ainda encontram espaços para a transgressão, para a superação e para expressão dos seus desejos. Assim, as crianças pequenas, com seus corpos e com suas espontaneidades, problematizam e questionam esses modelos centrados no adulto [...].

É importante salientar que também o uso dessas ferramentas lúdicas traz uma abordagem mais leve e descontraída ao ensino, ajudando a aliviar tensões e promovendo um ambiente escolar mais acolhedor. A ludicidade é bastante benéfica para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece a atenção dos pais e educadores, já que é onde a criança expressará os mais genuínos sentimentos do ser, é onde começará o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos ao seu redor. Para Fernandes (2013, p.05) é através do brincar que a criança se humaniza, aprendendo a criar vínculos afetivos, bem como a construção de sua autonomia e sociabilidade, enfrenta o desafio de aprender a andar com as próprias pernas e a pensar com sua própria cabeça.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, brincar é um direito da criança, além de ser de suma importância para seu desenvolvimento, e, por isso as escolas de ensino infantil devem dar a devida atenção a essa atividade. Assim o brincar é atividade fundamental para crianças, é brincando que elas descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social.

6. OS DESAFIOS DO USO DAS BRINCADEIRAS TRADICIONAIS VOLTADA PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O uso de brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil pode ser extremamente benéfico, mas também apresenta algumas dificuldades, como a adaptação ao currículo. Muitas vezes, as atividades lúdicas precisam ser adaptadas para atender às exigências curriculares. Isso pode ser um desafio, uma vez que os educadores precisam encontrar formas de integrar as brincadeiras com os objetivos de aprendizagem, garantindo que os conteúdos sejam abordados de maneira significativa.

Segundo Silva (2018), a realidade que ação pedagógica precisa ter como objetivo alfabetizar todos os alunos matriculados, precisa rever essas ações ou práticas pedagógicas. Mas, o aluno é o foco principal no ensino e aprendizagem, existem alguns alunos com certas dificuldades no aprendizado e por essa razão e outras precisa de novos métodos para alcançar esses alunos.

Nem todos os educadores estão preparados ou têm formação específica para utilizar brincadeiras no ensino da alfabetização. A falta de conhecimento sobre como implementar essas atividades de forma eficaz pode limitar seu potencial educativo. Em algumas instituições, especialmente em áreas menos favorecidas, pode haver escassez de materiais e recursos para realizar brincadeiras tradicionais, isso dificulta a implementação de atividades lúdicas que poderiam enriquecer o processo de alfabetização.

> Como abordagem didática, o ensino por investigação demanda que o professor coloque em prática habilidades que ajudem os estudantes a resolver problemas a eles apresentados, devendo interagir com seus

> colegas, com os materiais à disposição, com os conhecimentos já sistematizados e existentes (SASSERON, 2015).

Alguns educadores e pais podem ter uma visão tradicional da educação, acreditando que a formação deve ser séria e formal, essa resistência pode dificultar a aceitação do uso de brincadeiras como ferramentas pedagógicas, levando a uma valorização excessiva da memorização e da repetição em detrimento da exploração lúdica das quais torna massiva e estressante toda a aprendizagem para essas crianças, visto que elas têm estilos e ritmos diferentes de aprendizado. Enquanto algumas podem se beneficiar enormemente do uso de brincadeiras, outras podem não se engajar ou entender os conceitos propostos através dessas atividades, exigindo uma atenção individualizada que pode ser difícil de proporcionar em turmas grandes.

Colocar pressão por resultados imediatos nas avaliações pode levar educadores a priorizar métodos mais diretos e tradicionais em detrimento do lúdico. Isso pode resultar na não utilização correta das brincadeiras, que muitas vezes exigem mais tempo para que os alunos realmente absorvam o aprendizado por completo, os ambientes escolares que não são projetados para atividades lúdicas podem limitar a prática de brincadeiras tradicionais. Espaços pequenos ou mal organizados dificultam a movimentação e a interação entre elas, também enfatizar que incluir brincadeiras de diferentes culturas faz com que a criança tenha uma reflexão maior sobre a diversidade dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso.

A escola precisar incentivar os educadores a documentar suas experiências com as brincadeiras tradicionais e fazer registros do progresso das crianças e promover estudos que investiguem o impacto das brincadeiras na alfabetização, contribuindo para práticas baseadas em evidências.

7. AS BRINCADEIRAS TRADICIONAIS E SUAS ATUAÇÕES

As brincadeiras tradicionais são uma parte importante da cultura e do desenvolvimento infantil. Elas promovem não apenas a diversão, mas também habilidades sociais, motoras, cognitivas e emocionais. As brincadeiras tradicionais são atividades lúdicas que têm sido transmitidas por gerações, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento infantil. Elas promovem a socialização, o aprendizado de regras e a prática de habilidades motoras. Além disso, ao resgatar elementos culturais, essas brincadeiras ajudam as crianças a entenderem suas raízes e a valorizarem suas tradições. Incorporar essas atividades no ambiente escolar é essencial para estimular a criatividade e o trabalho em equipe, contribuindo para uma educação mais completa e integrada. Estão aqui algumas brincadeiras tradicionais e as áreas em que cada uma atua:

Pula-pula e sua atuação: Coordenação motora, ritmo, socialização.

As crianças pulam a corda enquanto cantam ou contam. Essa atividade melhora a coordenação motora grossa e o senso de tempo e ritmo.

Esconde-Esconde: Habilidades sociais, percepção espacial, resolução de problemas.

Uma criança conta enquanto as outras se escondem. Essa brincadeira estimula a interação social e a capacidade de planejar estratégias para se esconder e encontrar os outros.

Cabo de Guerra: Força física, trabalho em equipe.

Duas equipes puxam uma corda em direções opostas. Essa brincadeira promove a força física e a união entre os membros do time.

Bolinha de Gude: Coordenação motora fina, concentração.

As crianças jogam bolinhas de gude em um círculo ou tentam acertar alvos. Isso desenvolve a coordenação motora fina e a habilidade de mirar.

Roda (ou Roda Cantada): Socialização, linguagem, memória.

As crianças formam uma roda e cantam músicas enquanto fazem movimentos ou brincadeiras específicas. Isso promove o desenvolvimento da linguagem e habilidades sociais.

Pega-Pega (ou Pique): Agilidade, velocidade, interação social.

Uma criança é "a pega" e deve tocar as outras para "pegá-las". Essa brincadeira incentiva o movimento físico e a interação entre as crianças.

Essas brincadeiras tradicionais são muito mais do que simples passatempos; elas são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças em várias áreas. Ao incorporar essas atividades no processo educativo, os educadores podem facilitar uma aprendizagem mais rica e significativa evolução dessas crianças.

8. COMO TORNAR AS BRINCADEIRAS TRADICIONAIS UMA MELHOR FERRAMENTA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Melhorar o uso das brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil é uma maneira eficaz de tornar o aprendizado mais dinâmico e prazeroso, quando se usa a integração da literatura as crianças podem dramatizar a história, criando diálogos ou representando os personagens, ao criar seus próprios livros ilustrados após brincadeiras que envolvem narrativas. Isso estimula a escrita e a criatividade. Aprimorando o desenvolvimento de jogos de palavras como amarelinha alfabética e esconde-esconde de palavras onde as crianças aprende várias maneiras. Integração com a Literatura.

Jogos de Palavras:

Amarelinha Alfabética: Incluir letras ou sílabas na brincadeira.

As crianças pulam em casas marcadas com letras, formando palavras ao longo do jogo. Essa atividade ajuda na associação entre letras e sons, melhorando a consciência fonológica. Nessa brincadeira a criança apresenta um aumento na capacidade de identificar letras e seus sons após a atividade.

Música e Rimas:

Canções Rítmicas: Usar músicas para reconhecer sons e rimas.

As músicas que incorporam rimas, facilitam a memorização de palavras e promovem o reconhecimento auditivo dos sons das letras. Essa pratica aumentará a habilidade de rimar e criar novas palavras entre as crianças que participaram dessas atividades regularmente.

Jogo Simbólico:

Mercadinho ou Casinha: Criar lista de compras ou receitas.

A criação de um mercadinho onde as crianças escrevem lista de compras ou etiquetas para os produtos estimula a leitura e escrita em um contexto significativo. Estimula a criança a desenvolver um interesse na prática da escrita quando envolvidas em situações reais e lúdicas.

Teatro de Fantoches: Escrever diálogos para as histórias encenadas.

A Criança cria diálogos e histórias utilizando fantoches, estimulando a expressão oral e a construção narrativa. Nessa prática é proposto que a criança melhore a habilidade em contar histórias, aumentando o vocabulário e a estruturação gramatical.

9. QUAL O PAPEL DA ESCOLA NO BRINCAR

As escolas podem melhorar o uso das brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil de várias maneiras. Oferecer treinamentos regulares para educadores sobre a importância das brincadeiras no aprendizado e como integrá-las de forma eficaz no currículo, criar espaços para que os educadores compartilhem experiências e estratégias bem-sucedidas relacionadas ao uso de brincadeiras, incorporando as brincadeiras de forma planejada nas atividades diárias, conectando-as aos conteúdos de alfabetização e outras áreas do conhecimento, permitindo aos educadores adaptem as brincadeiras de acordo com as necessidades e interesses das crianças, promovendo um ambiente mais dinâmico, criando áreas específicas nas escolas onde as crianças possam brincar livremente, com materiais que estimulem a alfabetização, como letras, jogos de rima e livros ilustrados como uma variedade de materiais lúdicos disponíveis, como jogos educativos, fantoches e instrumentos musicais que incentivem o aprendizado. Nesse sentido Soares (2022), diz que

> A alfabetização, a aquisição da tecnologia da escrita não precedem nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais de práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2022, p. 27).

É importante que a escola busque estabelecer parcerias com famílias e comunidades para promover eventos que valorizem as brincadeiras tradicionais, como feiras culturais ou dias de jogos, oferecendo orientações para os pais sobre como podem utilizar brincadeiras em casa para reforçar o aprendizado da alfabetização.

Utilizar métodos de avaliação que observem o progresso das crianças durante as atividades lúdicas, ao invés de testes formais, informando constante aos educadores sobre a eficácia das brincadeiras utilizadas, permitindo ajustes e melhorias nas práticas, adaptando as brincadeiras tradicionais para garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, possam participar.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada por meio da análise de sites e artigos que mostram práticas pedagógicas educacionais, observações com estudos feitos a partir de observações e revisão da literatura sobre o tema. Foram consideradas diferentes abordagens que

incorporam brincadeiras tradicionais no ensino da leitura e escrita.

As brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil é uma abordagem bastante poderosa e eficaz que promove um aprendizado significativo e prazeroso ao ser utilizado de maneira natural. Assim a partir 1988, passou a ser reconhecido o direito de todas as crianças como um dever do Estado, a educação infantil avançou em buscar novas formas de ensinar essas crianças. A criança tem a oportunidade de praticar a linguagem oral durante as brincadeiras desenvolvendo o campo linguístico dela ao interagir com seus colegas durante as brincadeiras, dessa forma o professor tem o desafio de compreender e implementar essas atividades.

Ao interagir essas práticas lúdicas no cotidiano escolar, educadores podem estimular o interesse das crianças pela leitura e pela escrita, além de contribuir para seu desenvolvimento o resgate das brincadeiras tradicionais acarreta tradições culturais nas salas de aula. Os educadores devem buscar formas criativas de incorporar jogos e brincadeiras em suas práticas pedagógicas, reconhecendo que aprender brincando é uma das maneiras mais eficazes de desenvolver habilidades importantes para o futuro das crianças. A qualificação dos profissionais que atuam na educação infantil é crucial, mas ainda existem lacunas na formação adequada para atender às necessidades das crianças.

Como objetivo apresentar as conclusões obtidas a partir do estudo sobre a utilização de brincadeiras tradicionais no processo de alfabetização na educação infantil. As brincadeiras são ferramentas valiosas que podem enriquecer o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e envolvente.

Nesse sentido, esse trabalho procurou oferecer contribuições a essa discussão, trazendo ideias de autores que referenciam a relação entre os jogos e brincadeiras, práticas educativas e alfabetização e letramento. Onde o uso do lúdico contribui de forma efetiva para melhor desenvolvimento do ser humano, em qualquer fase ou idade, dando um suporte na aprendizagem, no desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando no reconhecimento da socialização, comunicação, expressão e construção do pensamento. O lúdico não é o único instrumento para a melhoria do ensino-aprendizagem, mas acarreta muitos benefícios para a melhoria dos resultados por parte dos educadores interessados em proporcionar mudanças em suas aulas.

Foi pesquisado que a escola precisará de melhorias para poder ajudar a maximizar o potencial das brincadeiras tradicionais como ferramentas de grade ajuda no processo de alfabetização, tornando-o mais envolvente e eficaz para as crianças contando com à participação de todos.

Buscou-se um caminho para realização deste trabalho compreender melhor o tema em estudo mostra os mais difíceis desafios enfrentados pelo educador quando se vê em um ambiente desfavorável ao uso das brincadeiras tradicionais como ferramentas e assim trabalha ainda a concepção deturbada de que a escola de educação infantil serve apenas para depósito de crianças enquanto suas mães e pais vão trabalhar e passar a ver a importância da capacitação e autonomia dessas crianças para o futuro, já que as dificuldades estará presente em toda sua vida.

REFERÊNCIAS

[1] ALCÂNTARA, C. S.; BEZERRA, J. A. B. **O lúdico, a escola e a saúde: a educação alimentar no gibi.** Trabalho, Educação e Saúde. v. 14, n. 3, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/yvdPNJgB7JzSPB8YvLs7syh/>. Acesso em: 1 janeiro. 2025.

[2] BATISTA, M. T.A. **Importância dos Jogos e Brincadeiras Lúdicas Para o Processo de Alfabetização.** Taboão da Serra; Anhanguera, Brasil2022.

[3] BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

[4] FARIA, Ana Lúcia Goulart; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil. Campinas**: Autores Associados, 2011

[5] FERREIRA, M. C. (2020). **Jogos e brincadeiras na educação infantil: caminhos para a inclusão.** São Paulo: Editora Pedagógica.

[6] FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 55-80.

[7] HAETINGER, M.G; SILVA, D.V. HAETINGER, M.G; SILVA, D.V. **Ludicidade e Psicomotricidade.** 1. ed. Curitiba, Paraná: IESDE Brasil, 2013. 1. ed. Curitiba, Paraná: IESDE Brasil, 2013.

[8] KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3- brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file> Acesso em: 26 dezembro. 2024.

[9] ONES, Gerard. **Brincando de matar monstros:** por que as crianças precisam de fantasia, videogames e violência de faz-de-conta. São Paulo: Conrad Ed. do Brasil, 2004.

[10] SARAIVA, WASLANY BITTENCOURT. **A Psicopedagogia e a importância do lúdico no processo ensino-aprendizagem.** Faculdade Salesiana Dom Bosco.2016. Disponível em: http://www.transduco.com.br/?p=90. Acesso em 26 dez 2024.

[11] SASSERON, L. H. **Interações discursivas e investigação em sala de aula: o papel do professor**. In: Carvalho, A. M. P. (org.) Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

[12] SILVA, C. F. de O. **Alfabetização e letramento:** os desafios metodológicos nas práticas pedagógicas dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas da cidade de Araputanga, Mato Grosso. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

[13] SILVA, Luciana Nogueira da. **A formação do professor alfabetizador:** desafios e possibilidades para o trabalho docente. 2018. 15 f. Anais VII ENALIC Encontro Nacional Licenciaturas. Universidade Estadual de Goiás. 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51763. Acesso em: 26 dez.2024.

[14] SOARES, Magna. **Alfaletrar:** Toda criança pode aprender a ler e a escrever/ Magda Soares. -1ª edição. 4ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2022.

[15] TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2012.

Capítulo 10

A oralidade e a escrita: dois conceitos indissociáveis na alfabetização[1]

Hosana Camila Nunes do Nascimento[2]
Maria Aparecida Colares[3]
Rafaela Caroline Dirane dos Santos[4]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: As dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização nas escolas públicas do Brasil persistem ao longo dos anos, evidenciadas por meio de avaliações internas das instituições de ensino, especialmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Esses obstáculos se manifestam em altas taxas de falhas, retenção e abandono escolar. Neste contexto, a oralidade se destaca como um elemento essencial para o aprimoramento das competências de leitura e escrita, ao promover a construção do conhecimento através da escuta ativa. Dessa forma, o processo de alfabetização pode ser potencializado através da integração de práticas pedagógicas fundamentadas na oralidade, com destaque para a contação de histórias, considerada uma metodologia eficaz nesse contexto. Este estudo tem como objetivo analisar a relevância da oralidade na alfabetização, com ênfase na utilização da contação de histórias, e propõe a investigação de estratégias pedagógicas que apoiem a prática docente, contribuindo para o aprimoramento de abordagens mais inclusivas e eficientes no processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Oralidade. Aprendizado. Estratégias pedagógicas.

---

[1]Artigo apresentado como nota final da disciplina Metodologia da Pesquisa II do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[2] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[3] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[4] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[5] Docente e Orientadora do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização exige uma análise profunda e crítica, sendo fundamental a sua revisão, debate e reestruturação para garantir sua eficácia. Desde os primeiros estágios da educação, observa-se que as abordagens adotadas frequentemente resultam em desempenhos insatisfatórios. O presente artigo propõe investigar o processo de alfabetização, abordando os conceitos de alfabetização, letramento, oralidade e escrita, com ênfase particular na relevância da fala. Será discutido como a linguagem oral, especialmente nas fases iniciais da escolaridade, deve ser incorporada de maneira integrada à leitura e à escrita, uma vez que esses componentes são interdependentes e se complementam.

Conforme Martins (2003), o objetivo central do processo de alfabetização reside no desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências de leitura e escrita. Logo após, dá-se importância à compreensão de conceitos matemáticos fundamentais, incluindo o reconhecimento de números e sequências. Além do mais, um outro ponto essencial a ser trabalhado em sala de aula é a oralidade, pois a habilidade humana de aprender por meio da escuta deve ser contemplada de maneira relevante no contexto educacional.

A linguagem oral exerce uma função essencial no processo de socialização do indivíduo, bem como no aprimoramento de suas habilidades cognitivas e sociais. O ensino da linguagem oral de forma adequada, em diferentes contextos, contribui substancialmente para a melhoria das habilidades comunicativas das crianças.

Portanto, este estudo visa proporcionar reflexões sobre a importância da oralidade no ambiente educacional. As questões centrais que guiam esta pesquisa são: Qual é a relevância da oralidade no processo de alfabetização? De que forma as habilidades orais impactam os processos de aquisição da leitura e da escrita? E qual é a função do professor nesse cenário?

O objetivo principal deste artigo é abordar a necessidade de integrar a oralidade desde os estágios iniciais da alfabetização, incentivando os alunos a desenvolver a capacidade de ouvir e compreender eficazmente o que lhes é transmitido oralmente. A escolha deste tema justifica-se pela constatação das dificuldades persistentes no processo de alfabetização, especialmente no que diz respeito à valorização da oralidade nas práticas pedagógicas.

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa como metodologia de investigação. De acordo com Demo (1986), a observação direta possibilita ao pesquisador a oportunidade de se aproximar da visão dos participantes, sendo esse um dos principais objetivos das metodologias qualitativas. Adicionalmente, foi realizado um estudo de caráter bibliográfico, conforme descrito por Cervo (1983), cujo objetivo é analisar e compreender as contribuições culturais ou científicas históricas relacionadas ao tema em questão.

Para a construção e sustentação teórica da presente tese, foram consultadas diversas fontes, incluindo livros, periódicos, artigos acadêmicos e materiais digitais. O artigo, por sua vez, busca destacar a relevância da oralidade como um elemento essencial no processo de alfabetização infantil.

2. A ARTICULAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIOEMOCIONAL INFANTIL

A alfabetização é o processo pedagógico pelo qual o indivíduo adquire as habilidades necessárias para compreender e utilizar o sistema alfabético, cuja função principal é representar os sons da fala de maneira escrita e estabelecer normas para o uso adequado da linguagem escrita em situações comunicativas. Por meio desse processo, a pessoa desenvolve a capacidade de codificar e decodificar a língua. Conforme Santana (2010), a socialização por meio da linguagem também pode ocorrer de maneira implícita, por meio da participação em interações verbais, possibilitando que a criança, mesmo antes de dominar a fala, tenha acesso a valores, crenças e normas culturais, absorvendo o conhecimento característico de sua sociedade (Santana, 2010, p. 80).

Conforme a criança cresce, seus sentidos, como a audição e visão se aperfeiçoam e seu desenvolvimento linguístico e cognitivo se torna mais avançado. Simultaneamente, o ambiente de socialização dela se amplia, especialmente com sua inserção no contexto escolar, o que amplia as possibilidades de interação com outras crianças.

Com o tempo, o conceito de alfabetização evoluiu, sendo reconhecido como um processo que vai além da simples habilidade de codificar e decodificar símbolos gráficos. Tornou-se evidente que o indivíduo deve ser capaz de interpretar, compreender e utilizar a leitura e a escrita em diversos contextos sociais, sendo capaz também de criar novas formas de pensamento adequadas a situações comunicativas. Nesse sentido, na década de 1980, surgiu o conceito de letramento, que passou a designar a competência de utilizar a leitura e a escrita nas diversas práticas sociais, enquanto a alfabetização passou a ser compreendida como o processo de ensino dessas habilidades. Embora sejam conceitos diferentes, a alfabetização e o letramento se tornaram interligados no contexto social e prático do aprendizado da leitura e da escrita.

Na visão de Ferreiro (2011), o processo de alfabetização se desenvolve, indubitavelmente, em um contexto social. Contudo, as práticas sociais não são assimiladas de forma passiva pela criança. Isso implica que o processo de alfabetização é gradual, sendo amplamente influenciado pelo ambiente e pelos estímulos que a criança recebe. Essa aprendizagem deve começar nos primeiros anos da educação infantil (1º e 2º anos), considerando que a criança já está imersa em práticas sociais antes de ingressar formalmente na escola.

Ainda de acordo com Ferreiro (2011), mesmo antes de adquirirem a capacidade de leitura no sentido estrito, as crianças buscam atribuir significado aos diversos textos presentes em seu entorno, como livros, embalagens, propagandas, placas, títulos, anúncios televisivos e histórias em quadrinhos. A autora destaca que, com base em seu conhecimento do mundo, a criança já busca fazer interpretações e associações individuais dos elementos que a cercam, mesmo sem ter sido formalmente alfabetizada.

2.1. O PAPEL FUNDAMENTAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

O educador em um ambiente escolar precisa desempenhar um papel crucial no crescimento das crianças, incentivando o desenvolvimento de habilidades como criatividade, pensamento lógico, comunicação verbal, afetividade e interação social. Esses aspectos são indispensáveis para atribuir significado às atividades realizadas, garantindo

a participação ativa de todos os alunos e lhes proporcionando uma abordagem mais construtivista em suas trajetórias educacionais.

Para que uma atividade seja eficaz, ela deve ser significativa, desafiadora e produtiva. O estudante contemporâneo precisa vivenciar experiências que o ajudem a descobrir elementos essenciais e valiosos para sua vida, sendo a criatividade uma competência altamente relevante e valorizada, embora, muitas vezes, subestimada pelo professor.

Lerner (2002) expressa que a leitura deve ser integrada de maneira contextualizada ao ambiente escolar, abordando as dificuldades do processo e orientando os educadores sobre estratégias de ensino que formem, de maneira eficaz, leitores e escritores entre crianças e jovens. É fundamental promover, desde o início da alfabetização, práticas educacionais carregadas de significado comunicacional que incentivem o envolvimento com a cultura escrita.

Com esse foco, o livro "Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever", escrito por Magda Soares em 2021, apresenta uma proposta consistente para que alfabetizadores introduzam as crianças ao universo da escrita, orientando-as a se apropriarem do sistema alfabético e a participarem plenamente desse processo. Além disso, o trabalho dos profissionais da educação exige um domínio abrangente de diversos campos do saber, considerando os avanços e desafios presentes em uma sociedade em constante transformação. Para isso, é imprescindível que o professor tenha paixão pela profissão, mesmo diante de situações que não resultam no retorno esperado.

A escola, por sua vez, deve estabelecer um vínculo sólido com a comunidade, criando oportunidades inclusivas e promovendo trocas de experiências que auxiliem na redução das desigualdades sociais. Dessa forma, a instituição reforça sua relevância como um espaço que integra e valoriza a diversidade sociocultural.

3. A COMUNICAÇÃO VERBAL NO PROGRESSO SOCIAL E EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS

A linguagem oral é o meio de comunicação primário utilizado pela sociedade, sendo empregada tanto em contextos formais quanto informais. Por meio da oralidade, as crianças iniciam suas primeiras experiências comunicativas, ainda antes de alcançarem a idade escolar, o que marca o início da compreensão tanto da língua quanto do ambiente ao seu redor. Ao ingressar na escola, o aluno já demonstra um certo grau de autonomia para interagir com professores e colegas por meio da fala. Soares (2008) afirma que, o desenvolvimento da oralidade na criança está profundamente relacionado ao tipo de vínculo estabelecido com os adultos em seu entorno. Em outras palavras, o sucesso na aquisição da fala infantil depende diretamente da atuação dos adultos, que, ao engajarem a criança em interações comunicativas, possibilitam sua participação ativa no diálogo e na expressão de suas ideias.

A linguagem oral, enquanto manifestação da prática comunicativa cotidiana, é desenvolvida de maneira espontânea em contextos informais, mediada por interações sociais e trocas dialógicas que se iniciam nos primeiros instantes de vida, exemplificadas pelo sorriso materno direcionado ao recém-nascido. De acordo com Marcuschi (2010), aprender uma língua natural não se limita apenas aos aspectos biogenéticos, mas é um processo que envolve a integração cultural e a socialização. Por outro lado, a habilidade

de escrita, como manifestação do letramento em seu contexto institucional, é geralmente desenvolvida em ambientes formais.

Esse processo revela que o primeiro contato da criança com a língua materna ocorre por meio da convivência familiar e das interações sociais no ambiente doméstico. A partir dessas vivências, a criança começa a internalizar os conhecimentos sobre a língua oral, assimilando aspectos fonéticos, fonológicos, semânticos e pragmáticos. Sendo assim, o aprendizado da fala é essencial não apenas para a comunicação, mas também para a integração do indivíduo nas relações sociais, configurando-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento linguístico e cultural da criança.

4. A LINGUAGEM ESCRITA: A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E A INTEGRAÇÃO ENTRE LEITURA E PRODUÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A linguagem escrita é um meio de comunicação que utiliza símbolos gráficos para representar os sons da fala, por meio de letras que, quando organizadas, formam palavras e frases, transmitindo ideias. De acordo com Vygotsky (2007, p. 126), a escrita consiste em um conjunto de símbolos que representam os sons e as palavras do idioma falado, os quais, por sua vez, são símbolos das relações e entidades concretas. Em outras palavras, a escrita constitui uma representação simbólica do ambiente social no qual a criança já está inserida, sendo essencial que ela compreenda a estrutura desse sistema que reflete sua realidade.

Ferreiro (1985) argumenta que

> ao considerar que o ensino da língua escrita tem como objetivo o domínio de um código de transcrição, pode-se distinguir o ensino da leitura e o da escrita como aprendizagens de técnicas diferentes, ainda que inter-relacionadas. No entanto, essa separação torna-se irrelevante quando se reconhece que, para a criança, o foco está na compreensão da estrutura do sistema de escrita, o que demanda a realização simultânea de atividades de interpretação e de produção textual (Ferreiro, 1985, p. 15).

Essa reflexão evidencia a indissociabilidade das atividades de leitura e escrita no processo de aprendizagem, uma vez que ambas estão profundamente conectadas à compreensão e à produção do sistema de escrita.

5. A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE: REFLEXÕES SOBRE SUA INTEGRAÇÃO COM LEITURA E ESCRITA

O processo de alfabetização é complexo e tem sido alvo de amplas discussões na atualidade, com o objetivo de identificar estratégias que possam contribuir para a sua efetividade. Embora já se reconheça o papel fundamental da linguagem oral na internalização dos primeiros conhecimentos sobre o uso da língua nas diferentes situações comunicativas, é possível observar que, no ambiente escolar, ainda há uma ênfase predominante nas atividades relacionadas à leitura e escrita.

Contudo, é crucial que as práticas de oralidade, leitura e escrita sejam abordadas de maneira integrada, visto que essas habilidades se complementam, sendo cada uma delas indispensável para o desenvolvimento linguístico.

Em relação às práticas linguísticas e competências do componente curricular da disciplina de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca a importância do aprofundamento no eixo da oralidade, abrangendo o aprimoramento do conhecimento e do uso da linguagem oral, a compreensão das características das interações discursivas e o desenvolvimento de estratégias de fala e escuta em contextos de trocas orais. No eixo de Análise Linguística/Semiótica, a alfabetização é sistematizada, especialmente nos dois primeiros anos, e, nos anos subsequentes, observa-se a análise das regularidades e o funcionamento da língua e outras linguagens e seus efeitos nos discursos. No eixo Leitura/Escuta, o letramento é ampliado por meio da incorporação progressiva de estratégias de leitura de textos com níveis crescentes de complexidade, enquanto no eixo Produção de Textos, as estratégias de produção de diferentes gêneros textuais são progressivamente introduzidas (Brasil, 2017, p. 87).

Portanto, o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º anos) deve ser estruturado para promover o desenvolvimento integrado da oralidade, leitura e escrita, uma vez que essas competências são interdependentes e essenciais para a formação de um indivíduo plenamente alfabetizado.

6. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE E DAS HABILIDADES COGNITIVAS NA INFÂNCIA

A prática de contar histórias vai além de estimular a imaginação das crianças, desempenhando um papel fundamental no fomento ao interesse pela leitura e escrita, além de expandir a compreensão comunicativa dos alunos. Essa abordagem pedagógica desempenha um papel determinante no âmbito educacional, abrangendo os níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A escuta atenta de histórias não somente favorece a criatividade, como também ensina, instrui e aprimora as habilidades cognitivas, além de dinamizar o aprendizado da leitura e da escrita, sendo uma atividade interativa que potencializa as competências linguísticas infantis.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que um dos objetivos de aprendizagem no campo das experiências relacionadas à escuta, fala, pensamento e imaginação é criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos (Brasil, 2017). Essa orientação reforça a importância da contação de histórias na educação infantil, prática essencial para promover o desenvolvimento integral das crianças, favorecendo habilidades comunicativas, cognitivas e criativas.

De acordo com Nascimento (2016, p. 3), a ludicidade, manifestada através de jogos, danças, brincadeiras e contação de histórias, é um elemento essencial no processo educativo, pois desenvolve a responsabilidade e a auto expressão das crianças. Assim, as crianças são estimuladas a construir seu conhecimento sobre o mundo de maneira lúdica, sem perceberem, experimentando o prazer, a maravilha e o divertimento proporcionados pelas narrativas. Nesse contexto, diversos tipos de aprendizagem ocorrem, promovendo a integração de saberes de maneira prazerosa e envolvente.

A autora ressalta que a contação de histórias desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, aprimorando a relação entre professores e estudantes e tornando o processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e significativo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alfabetização e letramento é fundamental para o desenvolvimento das competências linguísticas e cognitivas na infância, configurando-se como uma prática social e cultural que vai além da mera habilidade de decodificar símbolos gráficos. A alfabetização e o letramento são conceitos complementares e indispensáveis para a formação de um indivíduo apto a empregar a leitura e a escrita de forma relevante em diferentes contextos sociais.

A interação social, especialmente no que diz respeito à aquisição da linguagem oral, exerce uma função determinante nesse processo. O ambiente familiar e social, assim como a qualidade das relações com os adultos, são fatores essenciais para o desenvolvimento da oralidade, que deve ser mediada por interações contínuas e significativas. A criança começa a atribuir significados aos textos que a cercam antes mesmo de ser formalmente alfabetizada, o que evidencia a natureza gradual e progressiva desse processo.

Dessa forma, é fundamental que as práticas pedagógicas nos anos iniciais integrem de maneira harmônica a oralidade, a leitura e a escrita, reconhecendo a interdependência entre essas dimensões. A construção de um processo de alfabetização eficaz deve levar em consideração o contexto social e cultural do aluno, o papel dos adultos e a interação entre diferentes formas de linguagem, promovendo um desenvolvimento integral e significativo para a criança.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. **Ministério da Educação**. Base nacional comum curricular - BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017.

[2] CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

[3] DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

[4] FERREIRO, Emília. **A representação da linguagem e o processo de alfabetização**. Dialnet, São Paulo, Fev. de 1985. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6135820>. Acesso em: 25 de dez de 2024.

[5] FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. Tradução de Sara Cunha Lima e Marisa do Nascimento Paro. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

[6] LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

[7] MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

[8] MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

[9] NASCIMENTO. Cleonice Maria da Silva do. **A Contação De Histórias Na Educação Infantil**. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. 2016.

[10] SANTANA, Carlos. **Psicolinguística e ensino do português**. Ed. Ática, São Paulo, 2010.

[11] SOARES, Magda Becker. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. 2008. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 dez 2024.

[12] SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

[13] SOARES, Magda. Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021.

[14] VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Capítulo 11

A educação inclusiva e a alfabetização de crianças no Espectro Autista[1]

Lizete da Cruz Souza[2]
Rosenilda Ramos Santos[3]
Rossilene Gonçalves de Lima[4]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: O presente artigo discute a relação inclusiva e a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando os desafios e as estratégias pedagógicas que contribuem para aprendizagem. O estudo utiliza revisão bibliográfica como metodologia, analisando autores relevantes sobre inclusão e práticas pedagógicas especificas para o TEA. Os resultados destacam a importância de métodos estruturados, tecnologia assistivas e formação docentes, pra promover a equidade no ensino. A inserção do estudo realizou-se na última semana de dezembro de 2024. Tratamento Educacional para Crianças Autistas e com Distúrbio Correlatos da Comunicação). Estas estratégias se caracterizam principalmente pela flexibilidade no planejamento e na execução das atividades, que são pautadas segundo os interesses e facilidades da criança com necessidades especiais, visando a incentivar sua participação e interação com os colegas. Conclui-se que a alfabetização de crianças com TEA depende de práticas pedagógicas adaptadas às suas necessidades, reforçando a relevância de uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Alfabetização. Transtorno do Espectro Autista. Metodologias.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE.
[2] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[3] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[4] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[5] Docente e Orientadora do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e estratégias para alfabetizar crianças com TEA no contexto da educação inclusiva. A justificativa para este estudo consiste na crescente demanda por práticas pedagógicas que atendam a esses estudantes de forma equitativa, promovendo sua integração e aprendizagem, atualmente a inclusão da criança com espectro do autismo na escola regular, tem sido um desafio, muitas ainda não estão preparados para receber os alunos por vários motivos, estruturas da escola, material de apoio para o aluno e professor, à falta de política pública voltada para inclusão na escola de crianças com TEA. A Lei 12.764/12 de Berenice Piana garante que sejam matriculadas em rede regular, ao mesmo tempo não encontramos o apoio político que favoreça a inclusão das Crianças com Espectro Autista, concluindo que a sociedade necessita de uma atenção especial nessa área da educação de alfabetização dessas crianças com TEA, essa abordagem enfrenta desafios específicos, especialmente no processo de alfabetização, cujas necessidades individuais dos alunos demandam de metodologias adaptadas.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

A educação inclusiva é um sistema educacional que visa atender às necessidades individuais de todos os alunos, reconhecendo a importância da diversidade, da igualdade e dos direitos humanos. Segundo Mantoan (2020), “a inclusão escolar não é um privilégio, mas um direito que exige mudanças na estrutura e na prática das escolas”.

Alguns dos princípios da educação inclusiva são que toda criança tem direito à educação e à oportunidade de aprender; as características e aprendizagem de cada aluno são únicas; A educação inclusiva deve ser parte do dia a dia escolar;

Bem como afirma Mantoan (2020), “a inclusão escolar é mais do que colocar alunos com necessidades específicas no mesmo ambiente que os demais; é um compromisso com a adaptação curricular e metodológica.”

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reafirmam o direito à educação inclusiva. Porém, a implantação desses princípios enfrenta desafios como a falta de formação docente e infraestrutura inadequada. Na prática, as instituições de ensino deveriam desenvolver estudos, debates e práticas pedagógicas, bem como promover cursos, simpósios, seminários e outros eventos, buscando a formação e atualização de recursos humanos para atuar com as crianças e adolescentes inseridos no espectro autista, só assim garantindo a habilitação de seus profissionais. Também devem haver ações voltadas a apropriar orientações e acompanhamento aos pais ou responsáveis dos estudantes autistas, viabilizando a sua participação ativa no processo educacional e a integração escola e família. A prática escolar é uma grande oportunidade para profissionais e familiares construírem um repertório de ações inclusivas para o aprendente com autismo. Não se trata meramente de estipular tarefas isoladas e pedir para serem cumpridas com rigor e método, mas tratasse de uma concepção de aprendizagem que inclui desafios e superação, sempre com o intuito de propiciar a autonomia. “A autonomia é uma conquista elementar no seio da escola” (Cunha, 2014, p. 57). Por isso, mais do que a aprendizagem em si, é preciso se ater à qualidade de ensino oferecida. É necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola.

Como já mencionado, entre os direitos trazidos pela Lei Berenice Piana, está à figura do acompanhante especializado, uma garantia do estudante autista em casos de comprovada necessidade: O aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade (Cunha, 2014).

2.1. DEFINIÇÃO DE AUTISMO

O autismo também conhecido como Transtorno do Espectro Autista é um transtorno que afeta o desenvolvimento do cérebro e comportamento a comunicação e a interação. É o resultado de alterações físicas funcionais do cérebro, está relacionada no desenvolvimento motor da linguagem do comportamento. Relaciona-se com as pessoas, com objetos ou eventos de uma maneira não usual, levanta crer que haja comprometimento orgânico do sistema nervoso central. Que ocorre problemas graves de relacionamento social antes dos cinco anos de idade com a incapacidade de desenvolver contato olho no olho, ligação social, e jogos em grupo, o comportamento é agregado a rotina anormais da vida, e resistência à mudança, ligação a objetos estranhos, e um padrão de brincadeira estereotipada, o autismo deve centrar-se desenvolvimento de suas habilidades e competência, favorecendo o bem estar emocional e pessoal, tentando aproximá-las de um mundo a relação humana significativas, podemos esquecer que todas as crianças que apresentam potencialidade possuem capacidade de desenvolver e é fundamental que o profissional que atua com a inclusão valorizem as conquistas das crianças e não pontuei o que elas não conseguem realizar. É fundamental destacar que apesar de possíveis questões associadas à problema na área da comunicação e interação, elas são capazes, e muitas delas se destacam nas áreas de matemática, química, física, e em arte, como pinturas, desenhos, entre outros.

2.2. CARACTERÍSTICAS TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SUAS IMPLICAÇÕES NA ALFABETIZAÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por comportamento restritos e repetitivos “(DSM-5, 2013). Essas características afetam diretamente o processo de alfabetização, exigindo adaptações no ensino, podendo impactar diretamente o processo de alfabetização, especialmente em métodos de ensino tradicionais. As Crianças autistas podem se deparar com algumas dificuldades de aprendizagem e alfabetização devido às características do TEA.

A inclusão de crianças com TEA na escola requer adaptações pedagógicas que atendem às suas necessidades específicas, promovendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também habilidades sociais e emocionais. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Considerando que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios e diagnósticos podem ser preenchidos com

base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo.

2.3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA

Algumas estratégias pedagógicas que podem ser eficazes para a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são:

- Apoio visual: O uso de estímulos visuais, como cartazes com letras do alfabeto, ilustrações, gráficos e esquemas, pode ajudar a criança a compreender as informações.
- Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA): A CAA é uma estratégia que oferece recursos e ferramentas para ajudar a criança a se expressar e compreender a linguagem. Pode envolver o uso de sistemas de comunicação por símbolos, dispositivos eletrônicos, quadros de comunicação, entre outros.
- Atividades Práticas: Atividades Práticas podem ajudar a facilitar a compreensão do ensino estruturado, com uso de tecnologia assistiva e reforço positivo.
- Técnicas de regulação emocional: O ensino de técnicas de regulação emocional pode ser eficaz.
- Equilibrar a sensibilidade tátil: O contato com diferentes texturas, como terra, areia, alimentos em sua forma in natura, pode ajudar a equilibrar a sensibilidade tátil.
- Estabelecer trocas entre escola e família: A escola deve estabelecer trocas com a família para compreender o que a criança quer comunicar.

Outras estratégias que podem ser adotadas para apoiar alunos com TEA são: Adaptação de ambiente de aprendizagem, apoio individualizado, desenvolvimento de habilidades sociais, treinamento e sensibilização para educadores e alunos, comunicação aberta e colaboração com famílias.

3. O PAPEL FUNDAMENTAL DA FAMÍLIA NA VIDA DE CRIANÇAS AUTISTAS

A família desempenha o papel vital no desenvolvimento e bem-estar das crianças autistas. Além de proporcionar um ambiente seguro e amoroso, a família influencia diretamente no crescimento e qualidade de vida dessas crianças.

Compreender a educação significa muito mais do que transmitir conhecimentos. Ela impacta diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento integral da criança, além de influenciar positivamente toda a família. Desde o momento da concepção, a influência genética e a ambiental da família desempenha um papel fundamental.

3.1. AMBIENTE SAUDÁVEL E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Um ambiente familiar saudável proporciona condições ideais para o desenvolvimento infantil. É natural que o núcleo familiar esteja diretamente envolvido nesse processo, promovendo:

- Alfabetização e Educação;

- Desenvolvimento emocional e social;
- Aprendizado e crescimento pessoal;
- Qualidade de vida.

3.2. IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

A participação ativa da família e crucial para o desenvolvimento das crianças autista. Ela:

- Promove autonomia;
- Fomenta a autoestima;
- Melhora a comunicação;
- Reduz estresse;
- Oferece suporte emocional.

Uma verdade universal: Essa realidade não se aplica apenas às crianças típicas, mas também às com necessidades especiais. O contexto familiar e a participação promovem todas as condições necessárias para um desenvolvimento saudável**.**

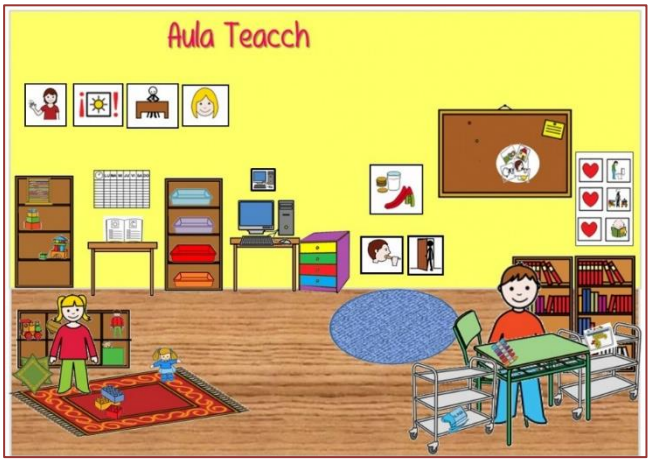
Pacheco enfatiza que

> De acordo com a Declaração de Salamanca, sobre as necessidades educacionais especiais aquelas que possuem necessidade educativas especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomoda-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades. (2007, p. 4).

4. METODOLOGIAS PARA ALFABETIZAÇÃO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA

Entre as estratégicas mais eficazes para alfabetizar de crianças com TEA estão o uso de rotinas visuais, materiais concretos e atividades estruturadas. TEACCH (Tratamento e Educação para crianças Autistas e com Distúrbios Correlatos da Comunicação) esse método de intervenção visa o tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios da comunicação, o TEACCH foi desenvolvido nos anos 60 no departamento de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos, e atualmente é muito utilizado em várias partes do mudo. TEACCH foi idealizado pelo Dr. Eric Schoppler, psicólogo americano, com doutoramento em autismo e vários estudos de investigação, sobre intervenção nas crianças com autismo

Figura 1. Aula Teacch.



Fonte: Disponível em: https://maestraespecialpt.com/metodologia-de-aprendizaje-metodo-teacch Acesso em. 20 dez.2024.

Tinha o objetivo de provar que o autismo não era uma doença emocional mais um modo perturbador de experiências, e compreender o mundo incluindo um déficit nos processos sensórias, modos de pensamento e compreensão não usuais, interação social. (Lima, 2012, p.47). Outro estudioso sobre o ensino, Schwartzman (2021), afirma que o ensino estruturado, baseado no Método TEACCH, facilita a compreensão e a organização do conteúdo para esses alunos. Por exemplo o uso de pictogramas pode ajudar crianças com dificuldades de comunicação a entenderem instruções, enquanto reforços positivos incentivam comportamentos adequados e engajamento na aprendizagem.

Figura 2. Pictogramas

Fonte: . https://aulaabierta.arasaac.org/pt-pt/archivos/Items%20de%20portfolio/cadernos-comunicacoes-para-refugiados-da-ucrania. Acesso em: 20 dez. 2024.

Entre os principais desafios estão a falta de materiais adaptados e a alta demanda por acompanhamento individualizado, que muitas vezes é inviável em sala devido ao número de alunos por sala.

4.1. "PORTIFÓLIO INDIVIDUAL INFÂNCIA"

Um estudo que descreveu crianças que tinham em comum o déficit de interação social com movimentos não desejáveis e na linguagem não verbal. Foi observado também que além das dificuldades citadas, as crianças preferiam outros assuntos como, por exemplo, jogos, placas, mapas, matemática, que possuíam suas partes cognitivas da inteligência conservadas. O que caracterizava como pequenos professores, sendo assim conhecidos como gênios. (Ribeiro; Conrado et al 2021). Não podemos esquecer que necessidades e habilidades únicas podem querer apresentar-se. O professor usando um portfólio que pode incluir fotos obras de artes, amostra de trabalho escrito ou escolares, lista de utensílios que favorita ou até mesmo vídeo ou áudio é uma ferramenta muito útil para os estudantes para que não falam ou não usa o sistema de comunicação confiável. O portfólio pode ser um papel áudio vídeo formais ou informais com algumas páginas ou dezenas de página e podem incluir somente informações pessoais atuais ou servir como registro cumulativo da vida do aluno. Hans Asperger elaborou o artigo "A Psicopatia Autista na infância.

4.2. MÉTODO FÔNICO

Trabalha o som da letra por parte do pressuposto b será melhor assimilado pelos pelo cérebro, muitas pesquisas indicam, como segura e eficaz para a sua execução em crianças com Transtorno de Espectro Autistas, o professor apresenta o som da letra, não o seu nome no caso as vogais, o nome da letra tem o mesmo som, no entanto com as consoantes são diferentes. Dessa forma podemos dizer que alfabetização dos autista se dá pela: consciência fonológica, conceitos de impressão, compreensão, vocabulário, princípios alfabético, abordagem fônica e decodificação.

4.3. MÉTODO MONTESSORI

O Método Montessori é uma abordagem pedagógica desenvolvida pela médica e educadora italiana Maria Montessori (1870-1952). Ele se baseia na ideia de que a criança aprende melhor em um ambiente preparado, onde possa explorar e desenvolver suas habilidades de forma autônoma e natural. Observa-se que existe como comorbidade associados autistas identificar se há presença de diferença intelectual. (Não entendi) Saber que mesmo a criança TEA não verbal pode ser alfabetizada. (Diretora da, La Casa Dei Casa Montessori DF Bambini e especialista no método Montessori), o autismo se faz muito presente na educação infantil e a escola deve estar preparada para receber essas crianças e para trabalhar não apenas as atividades curriculares, mas também tudo o que envolve sua vida cotidiana. "Com a metodologia Montessori, o processo torna-se mais fácil porque trabalha com materiais concretos e manipuláveis, além de sensório motores, que é quando a criança busca adquirir controle motor e aprender sobre os objetos físicos que a rodeiam. Uma outra vantagem no método Montessori é o ambiente preparado, quando a criança com o TEA necessita de rotina, previsão e da observação, para contribuir e aumentar a relação do aluno com o meio e com os recursos favorecendo a liberdade e a

autonomia." Embora muito importante, a inclusão não ocorre apenas quando a criança é matriculada no ensino regular. O docente é visto como um dos principais agentes no trabalho com alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, porém, o espaço em que essas crianças passaram tanto tempo de suas vidas, necessita de um bom trabalho. Nesse sentido, a escola precisa dispor de recursos de variadas espécies para estimular a inclusão. Crianças que apresentam autismo podem ter mais dificuldade de aprendizagem, mas podem desenvolver habilidades linguísticas, motoras e interativas quando expostas a programas de estimulo à aprendizagem.

5. A IMPORTÂNCIA DO PROFESSO NA ALFABETIZAÇÃO DO AUTISTA

O professor desempenha um papel fundamental na alfabetização de um aluno com autismo, é dele a responsabilidade de ser o mediador entre o aluno e a escola. Para que o processo de ensino-aprendizagem seja bem-sucedido, o professor deve adequar a comunicação a cada aluno, avaliar o aluno e colocá-lo num grupo adequado, estabelecer uma boa relação com o aluno, conhecer os interesses do aluno, dividir as tarefas em etapas, usar imagens para se comunicar, criar painel com rotina do aluno, ensinar tarefas relevantes para o cotidiano do aluno, usar reforços positivos, utilizar uma linguagem clara e objetiva, evitar figuras de linguagem, explicar e ilustrar os conteúdos com figuras, fotos, quadros, objetos reais, demonstrações físicas, dentre outros acessórios.

Crianças autistas podem ter dificuldade em aprender de forma tradicional, uma vez que seus cérebros processam informações de forma diferente. Por isso é importante que o professor trabalhe de forma colaborativa com os demais membros da equipe escolar e/ou multidisciplinar, e também articulando com a família.

6. CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, foi possível identificarmos a concepção de educação inclusiva através das falas, que destacaram o ensino da criança com autismo como sendo uma tarefa desafiadora e que o educador responsável por essa tarefa precisa sempre estar em busca de formação ou cursos que lhe forneçam informações e conhecimentos, para assim elaborar estratégias de ensino fazendo as devidas adaptações que facilitem a compreensão do aluno autista. No entanto, o suporte e apoio da escola e família nesse processo é indispensável, sem dúvida alguma, essa parceria facilitará o trabalho do professor para alcançar uma educação de qualidade que atenda às necessidades dessas crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

[1] AUTISMO E REALIDADE- Decreto Regulamentado a Lei 12.764 de 2012. http//autismoerealidade.org/noticias/decreto-regulamentado-a-lei-127642012-02dez14

[2] BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n° 9394/1996 – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições, Técnicas, 2017. 58p.

[3] CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito deferente de ensinar-ideias e práticas pedagógicas/ Eugenio Cunha. – 3 eds. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

[4] DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: http//portal.mec.gov.br/ arquivo/pdf/Salamanca pdf. Acesso em 18 dez. 2024

[5] CAPONI, Sandra. DSM – 5, 2013, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, Brasil. Endereço eletrônico: sandracaponi@gmail.com

[6] LEI n° 13.415/2017 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 22 de dezembro de 2017 Resolução CNE/CP n° 2. /portal.mec.gov.br

[7] LEI n° 13.146. Lei Brasileira de Inclusão de 6 de julho de 2015 planalto.gov.br.2018/2015/lei/13146.

[8] MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar, 24 de nov. de 2020. Revista Educação Pública Rio de Janeiro.educacaopublica.cecierj.edu.br

[9] PIANA, Berenice. Autismo: uma luta pela inclusão. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012 (reimpressão 2015).

[10] PIANA, Berenice, Lei 12764/12 de 27 de dezembro de 2012.

[11] TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – OPAS/OMS 20 de nov. de 2020- Pan American Health Organization (PAHO)

Capítulo 12

A escola como agente de transformação social: práticas de letramento crítico para combater desigualdades[1]

Joelma Silva da Costa[2]
Pedro Jorge Izidoro dos Santos Neto[3]
Renata Costa Ferreira[4]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: As desigualdades sociais,o discurso elitizante que maximiza ideias de grupos minoritários em detrimento da maioria e a marginalização das classes menos favorecidas permeam o cenário atual. Frente a essa relidade, a escola possui o papel fundamental de mudança e transformação para a promoção de uma sociedade justa e igualitária. No alcance desse ideal, a prática de letramento crítico no bojo do fazer pedagógico, suplanta as desigualdades educacionais e sociais, agindo como um agente transformador, promovendo uma educação inclusiva e emancipatória, visando a formação integral do aluno/cidadão. Essa pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa, fundamentada em amparo téorico pertinente por meio de revisão bibliográfica e buscou-se compreender a relação entre letramento crítico e a formação do cidadão no combate às desigualdades. Os resultados obtidos demostram que o letramento crítico transcende o aprendizado tradicional da leitura e escrita, capacitando os estudantes a interpretar e questionar as estruturas sociais, políticas e culturais que perpetuam desigualdades em sua realidade. Também é ressaltado o papel central da escola na promoção da equidade, ao adotar prática pedagógicas que considerem as especificidades socioculturais dos alunos buscando a contextualização do ensino. Conclui-se que o letramento crítico nas práticas pedagógicas é uma ferramenta essencial para a formação plena do sujeito nas esferas da autonomia e criticidade, engajando-o na reflexão de seus atos tornandoo-o capaz de intervir em sua realidade social. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas inovadoras que integrem o letramento crítico, ampliando as possibilidades da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Letramento Crítico. Desigualdades Sociais. Formação do Cidadão

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodologia do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança –FAFIBE.
[2] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de [3]Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[3] Pós-graduando do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[4] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[5] Docente e orientadora do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE

1. INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel central na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Enquanto espaço de aprendizado e convivência, ela transcende o ensino de conteúdos acadêmicos ao contribuir para a formação crítica, ética e cidadã. No entanto, no Brasil, o sistema educacional enfrenta o desafio de lidar com profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais que afetam o acesso e a qualidade da educação para grande parte da população. Nesse contexto, a adoção de práticas de letramento crítico emerge como uma estratégia transformadora para combater as desigualdades, capacitando os estudantes a refletirem sobre sua realidade e agirem de forma consciente na busca por mudanças sociais.

O objetivo geral deste trabalho é identificar e compreender como a prática do letramento crítico pode ser utilizada pela escola como agente de transformação social para combater desigualdades educacionais e sociais, para promover o desenvolvimento de uma educação inclusiva e tranformadora. Tema central deste artigo parte do princípio que a escola, ao incorporar o letramento crítico em suas práticas pedagógicas, pode possibilitar a formação de sujeitos autônomos e conscientes das estruturas que perpetuam as desigualdades social.

Este tema é de relevância, visto que a desigualdade social impacta negativamente o desenvolvimento econômico e humano, restringindo a capacidade de indivíduos e grupos de exercerem plenamente sua cidadania. Nesse sentido, a escola emerge como um espaço estratégico para enfrentar esse problema, pois tem o potencial de ser um agente transformador, promovendo equidade, inclusão e justiça social por meio de práticas pedagógicas inovadoras, como o letramento crítico. A estrutura do trabalho está organizada em etapas claras, inicialmente abordaremos sobre: O letramento crítico como ferramenta educacional para formação do cidadão e as desigualdades sociais e o papel da escola na redução das barreiras e por fim a educação tranformadora construindo pontes entre conhecimento e ação social.

Ao longo do estudo, buscamos evidenciar a importância do letramento crítico como ferramenta educativa capaz de promover mudanças significativas na sociedade, contribuindo para a construção de um futuro mais igualitário e justo.

2. O LETRAMENTO CRÍTICO COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL PARA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

O letramento crítico conforme Jordão (2007), tornar-se um mecanismo ou ferramenta importantíssima que possibilita o aluno/cidadão a compreender a complexidade social e desta forma se posicionar nos diversos contextos sociais. Nesse sentido o letramento crítico é um movimento no âmbito educacional que propõe uma metodologia de ensino utilizando a leitura e escrita, não meramente como aprender a ler e a escrever, mas a habilidade de interpretar, a partir do conhecimento internalizado, bem como, de se posicionar de forma crítica às demandas sociais.

Nesse sentido, o letramento crítico não se restringe apenas a capacidade de compreensão da linguagem escrita, mas também da linguagem não escrita como multimídia, imagens e o mundo digital. Sendo assim, a necessidade de um ensino crítico não se reduz a uma pedagogia voltada somente para o ler e interpretar livros e escritos em gerais, mas também todas as outras formas de leituras que na atualidade estão

presentes em todo o habito social como as demandas advindas do contexto digital. (CAVALCANTE 2022)

Desta forma por consequente, o letramento crítico leva o indivíduo a torna-se participante, no sentido de ser ativo em uma leitura ou análise de qualquer contexto social que esteja vivenciando não como expectador, mas como participante, como interpola Duboc (2012, p. 83).

> [...] capacitem o cidadão a ler criticamente as práticas sociais e institucionais e a perceber a construção social e situada do texto da linguagem por meio da compreensão de suas fontes, propósitos, interesses e condições de produção. [...] busca, portanto, expandir o projeto moderno que institui a produção de sentidos como se a relação sujeito-objeto fosse neutra, natural, fixa, determinada, estável, inocente, no intuito de desnaturalizar o natural, questionar, problematizar, duvidar, suspeitar. (DUBOC, 2012 p. 83)

Dentro da perspectiva do letramento crítico, o aluno/cidadão passa a desenvolver habilidade de compreensão de forma ativa de todos os processos e mecanismos sociais em que o indivíduo está inserido. Isso ocorre devido a sua capacidade de compreender as mudanças que estão implícitas em sua leitura, quer seja, em um texto verbal ou não verbal, possibilitando o aprofundamento e compreensão de todos os fenômenos que se manifestam através da sua leitura de mundo. (CAVALCANTE, 2022)

Por outro lado, no que tange o letramento crítico e sua prática no campo docente podem ser enfatizados os aspectos que estão relacionados a questões socioculturais para o ensino-aprendizagem, utilizando a abordagem problematizadora dos contextos, no qual possibilita a compreensão das dinâmicas sócio históricas que contribuem para o conhecimento mais aprofundado das questões sociais atuais. Nesse sentido, o letramento crítico direciona o aluno a compreensão mais contextualizada do real significado que a leitura apresenta. (DUBOC, 2018).

Nessa direção, o letramento crítico procura através da reflexão sobre as leituras escritas e não escritas despertar nos alunos a capacidade de construir um pensamento crítico levando-os a compreender a base da criticidade, ou seja, questionar a partir de um saber construído com base em análise e reflexão que possibilitam uma aprendizagem emancipadora, no qual o aluno passa a ter a habilidade de construir uma percepção própria acerca da sua realidade vivenciada. (SARDINHA, 2018)

De tal modo, o letramento crítico envolve o uso de estratégias que contribuem para a construção de um pensamento crítico que envolva a capacidade de o indivíduo desenvolver habilidades em uma realidade tecnológica, como enfatiza Moreira-Leite (2014, p. 67) que

> Considerando a importância do desenvolvimento de habilidades críticas na atualidade, é imprescindível que as práticas pedagógicas incorporem não apenas a análise crítica de textos tradicionais, mas também a de conteúdos digitais e multimídia. O letramento crítico, portanto, deve ser entendido como uma competência que capacita os indivíduos a se posicionarem de forma crítica. (2014, p. 67)

Assim sendo, como enfatiza Jordão (2007) enfatiza que, é preciso lembra que o letramento crítico não pode ser entendido como uma abordagem ou mesmo um método de ensino-aprendizagem, mas como uma perspectiva educacional, no qual o professor pode se utilizar de diversas estratégias que vão desde textos até as tecnologias digitais, no qual podem ser utilizadas para propor aos alunos conhecimentos mais abrangentes, bem como, levando-os a criarem uma consciência crítica acerca da realidade que os cercam.

3. DESIGUALDADES SOCIAIS E O PAPEL DA ESCOLA NA REDUÇÃO DAS BARREIRAS

As desigualdades sociais representam um dos maiores desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária, a educação surge como um espaço privilegiado para promover oportunidades iguais para todos os indivíduos. O papel da escola na redução das barreiras tem uma função primordial para redução dessas desigualdades, ao ofertar oportunidades de acesso ao conhecimento, para que isso ocorra é necessário repensar práticas pedagógicas, políticas públicas e o papel da comunidade escolar em relação a redução das barreiras educacionais, Pereira e Santos (2021, p. 87) enfatizam que “as desigualdades são frequentemente perpetuadas por práticas escolares excludentes e por uma ausência de contextualização da realidade do estudante”.

Sobre propostas de intervenção para reduzir a desigualdade social são necessárias, algumas ações como implementação de estratégias pedagógicas voltadas para a inclusão, essas práticas podem ser vistas nas promoções de projetos interdisciplinares, que venham interagir e conhecer o contexto social deste aluno. De acordo com Santos e Silva (2021)

> As intervenções escolares voltadas à redução das desigualdades sociais devem ser baseadas em três pilares principais: a personalização do ensino, que leva em conta as necessidades específicas de cada estudante; a integração entre a escola, a família e a comunidade, promovendo uma rede de apoio que amplie as oportunidades educacionais; e a garantia de recursos básicos para o aprendizado, como alimentação escolar, transporte e material didático. (SANTOS, SILVA, 2021, p. 105).

Os impactos das desigualdades sociais na educação, influenciam diretamente o desempenho escolar dos estudantes, as crianças provenientes de contextos de vulnerabilidade geralmente enfrentam dificuldades para acompanhar o ritmo de aprendizado. A escola pode reduzir a desigualdade ao oferecer suporte adicional ao grupos com vunerabilidades, Oliveira (2022, p.45), enfatiza que “programas de reforço escolar e acompanhamento psicopedagógico são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham condições de aprendizado semelhantes”.

Além disso, a falta de acesso a recursos básicos, como alimentação adequada e materiais escolares, agrava essas desigualdades. Segundo Santos e Silva (2021 p. 78), “a ausência de condições básicas de vida impacta o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, tornando a escola um dos poucos ambientes capazes de reverter parcialmente essas condições adversas”.

A escola é um dos principais agentes de transformação social, no entanto seu potencial só pode ser plenamente realizado por meio de políticas públicas eficazes e do engajamento de todos os atores envolvidos no processo educacional, para reduzir as barreiras impostas pelas desigualdades sociais é um compromisso que exige esforços

conjuntos, mas cujo impacto é transformador para a sociedade. Por fim, Kleiman (2022, p. 85) resume que "a escola não apenas reproduz a sociedade, mas tem o potencial de transformá-la quando se compromete com princípios de inclusão, justiça social e equidade". A instituição escolar tem um papel central na construção de uma sociedade mais justa, por meio da educação como ferramenta de mudança.

4. EDUCAÇÃO TRANFORMADORA: CONSTRUINDO PONTES ENTRE CONHECIMENTO E AÇÃO SOCIAL

A educação enquanto processo de formação humana, deve promover autonomia e criticidade na formação do sujeito, visando o aperfeiçoamento do ser humano nas mais variadas instâncias de sua vida frente à sociedade em que está inserido (VIEIRA; DOS SANTOS 2019). Isso acontece com eficiência quando a escola repensa seu modelo de ensino, modificando-se de modo a atender seu público alvo que vem de vários contextos diversificados, ou seja, um público heterogêneo que vivem suas diferenças e que não podem ser marginalizadas.

A partir de uma visão crítica de educação, a escola desempenha um papel importantíssimo de luta contra "[...] a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares."(SAVIANI, 2018), contornando os interesses dominantes que respingam nas desigualdades sociais. Para tanto, a escola em sua prática pedagógica, cujo papel é a formação de sujeitos letrados, (MATTIONI, 2018) deve ensinar seus alunos a partir de uma perspectiva crítica, levando em consideração as particularidades de cada aluno, ouvindo suas vozes (DA SILVA, 2023) ressignificando objeto de estudo para prática social concreta. Ou seja, que esse conhecimento adquirido não seja estanque ou abstrato, mas seja prático e cheio de significancia e concretude, possibilitando práticas sociais para além da hegemonia. Isto é, nas palavras de Araújo (2019)

> [..] a existência de uma escola com identidade e autonomia pedagógica, carregada de sentido pedagógico e capaz de oportunizar um processo educativo na contramão da segregação social, do autoritarismo político, da violência, da intolerância e do ódio, entre outras práticas de opressão, marginalização e esfacelamento da condição/vida humana. (ARAÚJO, 2019, p. 282)

Nesse sentido, nos deparamos com uma educação transformadora, que possui em seu bojo a prática do ensino para o letramento do sujeito, construindo criticidade na formação desse sujeito (KAWACHI; ROCHA; MACIEL, 2022) em outra palavras, o sujeito estará sendo preparado para ter autonomia em suas ações sociais a partir da prática do letramento crítico.

Nesse contexto, o letramento não se limita à mera decodificação dos textos, mas à promoção para a interpretação, análise e aplicação dos conhecimentos adquiridos em diferentes situações, onde o sujeito compreende e transforma a sua realidade em que está inserido (MATTOS, 2019). Isso vai reforçar a ideia de uma educação mais comprometida com a formação integral e emancipatória.

A educação crítica, ao integrar a formação humana plena em todos os aspectos do sujeito, potencializa resultados extraordinários no que diz respeito à autonomia do indivíduo na sociedade. Com uma postura crítica e reflexiva em todas as esferas sociais, o sujeito, ao longo de sua jornada escolar, desenvolve um letramento crítico capaz de

preparálo para superar as barreiras sociais e transformar sua realidade (DA SILVA, 2022).

Com a prática pedagógica crítica, o aluno em sala de aula percebe a realidade tal como ela é e percebe que pode ser crítico e reflexivo na realidade que está vivenciando, sendo protagonista no processo de aprendizagem (DE SOUZA, 2022). Isto é, com a aprendizagem escolar, a sua prática social torna-se autônoma e livre da hegemonia, do pensamento dominante. O letramento crítico vem para dar uma nova roupagem para o sujeito enquanto cidadão crítico que reflete e questiona as realidades sociais conforme dito por de Souza (2024) "o Letramento Crítico torna-se um poderoso instrumento de estímulo para os estudantes no desenvolvimento de um pensar questionador e o olhar crítico das situações sociais[...]" distante da ideia da cultura dominante. E em meio ao cenário de camadas sociais tão antagônicas, promovendo desigualdades sociais, é crucial que o sujeito que recebe uma prática pedagógica crítica venha perceber que a educação nos ilumina para trilharmos o caminho para a transformação social (DE SOUSA; PEREIRA, 2020).

As práticas de letramento em sala de aula possuem o propósito de conectar o aprendizado escolar às vivências sociais (DA SILVA; SILVA; SOARES, 2022). Essas práticas devem estimular o aluno a analisar, questionar e agir sobre o mundo ao seu redor, promovendo uma postura reflexiva e ativa (GASPARIN, 2020). O letramento crítico na escola, requer de práticas pedagógicas como: análise de textos da mídia e dos discursos midiáticos, trabalho com jornais, revistas, notícias online e postagens de redes sociais, incentivando os alunos a identificar discursos, interesses e ideologias por trás das mensagens assim, os estudantes podem analisar como certos grupos sociais são representados ou marginalizados na mídia, desenvolvendo a habilidade de reconhecer desigualdades e preconceitos. (SANTANA, 2024), a prática da produção de textos de autoria dos alunos fomentando e construindo a capacidade de argumentação e exposição de idéias bem articuladas e coesas (ARAUJO; MARTINS, 2015) e outras tantas idéias inovadoras com metodologias práticas que podem fomentar a formação crítica e reflexiva dos alunos para uma prática social única e singular.

Uma prática concreta de letramento que também pode ser aplicada na escola é a produção colaborativa de projetos comunitários. Nesse contexto, os alunos podem identificar demandas locais, como a revitalização de espaços públicos, campanhas de conscientização sobre temas de saúde ou meio ambiente, ou mesmo ações voltadas para a inclusão social promovendo assim uma prática educativo-crítica (SARDINHA, 2018). A realização de cartilhas, vídeos educativos e exposições sobre esses temas permite que os estudantes pratiquem a escrita, a pesquisa e a argumentação, enquanto se engajam com sua realidade social.

Outra prática relevante é a simulação de contextos sociais reais, como assembleias, audiências públicas ou reuniões escolares, onde os estudantes assumem diferentes papéis para debater e negociar soluções para problemas propostos. Essa abordagem desenvolve a habilidade de argumentação e negociação, além de promover a empatia e a escuta ativa (TORRES; IRALA, 2024)

Por fim, parcerias com organizações e profissionais locais podem enriquecer as práticas de letramento. Oficinas ministradas por jornalistas, escritores, artistas ou outros profissionais da área de comunicação trazem novas perspectivas e conectam o aprendizado escolar às práticas reais de mercado, tornando o processo mais significativo e engajador (KLEIMAN, 2022)

Assim, o letramento crítico vai além da simples aprendizagem da leitura e escrita, da decodificação dos códigos linguísticos, pois se apresenta como um grande aliado na formação plena do cidadão crítico, ligando o conhecimento acadêmico com as realidades sociais dos alunos para que o objeto de estudo seja concreto para ser experienciado nas vivências sociais. A prática pedagógica que tem como objetivo letrar os seus alunos de forma crítica, oportuniza aos estudantes o desenvolvimento da capacidade de questionar, críticar e intervir ativamente na sociedade, criando pontes entre o conhecimento e a prática social (GOMES, 2023)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, enquanto espaço de luta e resistência e transformação, deve intervir ativamente nas práticas educativas para que o aluno possa conciliar o conhecimento com a sua prática social, ou seja, o letramento crítico trabalhado na escola deve capacitar o aluno/cidadão para as suas práticas sociais, onde ele aplicará direta e concretamente o seu conhecimento em suas experiências no meio em que estiver inserido.

A escola deve agir ativamente para que suas práticas pedagógicas sejam pertinentes e concretas, afim de o aluno perceba a transformação por meio da sua ação de refletir o conhecimento em suas vivências. Para isso, as vivências e experiências dele devem ser valorizadas para que seja agente em sua própria aprendizagem.

O letramento crítico, portanto, é indispensável na formação de um cidadão consciente e ativo na sociedade, quando presente nas práticas pedagógicas, o aluno não apenas compreende as teorias, mas também se torna capaz de as questioná-las e as aplicar em sua realidade, refletindo sobre as questões sociais e culturais que o cercam. A partir desse letramento, o estudante adquire a capacidade de analisar criticamente a informação e os discursos que recebe, desenvolvendo habilidades de argumentação, análise e reflexão. As práticas pedagógicas devem fustigar a curiosidade e a autonomia do discente, capacitando o a se posicionar diante dos desafios que surgem na sociedade.

O letramento crítico possibilita a junção entre o saber acadêmico e as experiências de vida e proporciona uma educação mais inclusiva, onde todos os alunos vivam o conhecimento a partir de sua realidade. Assim, a escola se torna um ambiente de transformação social, em que os alunos são estimulados a se tornar agentes ativos de mudança no meio em que vivem, com uma visão crítica e não alienada sobre seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, Eduardo Oliveira Henriques de; MARTINS, Lorena de Assis Rodrigues. **Produção Textual na Escola: Práticas de Letramento em Argumentação**. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v. 1, n. 1, p. 168-185, 2015. CAp UFPE.

[2] Alfabetização e Letramento: Um diálogo entre Magda Soares e Paulo Freire na formação de cidadãos críticos. *Revista ISCIWeb*, 2024. Disponível em: https://isciweb.com.br/revista/4240. Acesso em: 24 dez. 2024. cf

[3] ARAÚJO, Osmar Hélio Alves. **Didática e a prática docente na escola básica em uma perspectiva crítica de educação**. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, n. 1, p. 277-287, 2019. Dsiponivel em: < P 12 Brito_Moreno_Gomes>. Acesso em: 19 dez. 2024.

[4] CAVALCANTE, L. B. S. Núcleo de Voluntariado Educativo (NuVE): **projetos que apontam caminhos para viver o letramento crítico e o protagonismo juvenil.** 2022.

[5] DA SILVA COELHO, Iandra Maria Weirich. **Desenvolvimento da competência comunicativa e letramento crítico:** reflexões e possíveis caminhos. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 3, n. 7, p. 247-265, 2022. Disponível em:< 16568-Texto do artigo-68178-1-10-20221221.pdf>. Acesso em 19 dez. 2024.

[6] DA SILVA, Luciana Anacleto; SILVA, Luciana Cristina Vilarim; SOARES, Anísio Francisco. A função social do ato de educar: a prática docente e sua vinculação com o exercício da criticidade. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e54111830401-e54111830401, 2022.

[7] DA SILVA, Natália Luczkiewicz. **Letramento crítico e decolonialidade: construindo espaços de ressignificação. Revista Gatilho**, v. 24, 2023. Disponivel em: <Letramento crítico e decolonialidade: construindo espaços de ressignificaçãoRevista Gatilho>. Acesso em: 19 dez. 2024.

[8] DE SOUSA BARBOSA, Carlos Henrique; DA FONSECA MATOS, Emanuelle Oliveira. Aprendizagem baseada em Projetos: a didática como orientadora da prática pedagógica. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2022.

[9] DE SOUSA, Ana Carolina Braga; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. Paulo Freire, o andarilho da utopia: reflexões para a transformação social através da educação. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2020.

[10] DE SOUZA, John Santos. Letramentos: reflexões sobre o ensino de literatura na Educação Básica. **Grau Zero–Revista de Crítica Cultural**, v. 12, n. 1, p. 77-91, 2024.

[11] DUBOC, A. P. FERRAZ, D. M. Letramentos críticos e formação de professores de Inglês: Currículos e perspectivas em expansão. Em: JORDÃO (org.) Letramentos e Multiletramentos no Ensino de Línguas e Literaturas. 2018.

[12] GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Autores Associados, 2020.

[13] GOMES, Dalila Damasceno. **Letramento crítico para uma formação crítica cidadã nos anos finais do Ensino Fundamental II.** 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41143.> Acesso em: 24 dez. 2024.

[14] JORDÃO, C. M. As lentes do discurso: letramento e criticidade no mundo digital. 2007.

[15] KAWACHI, Guilherme Jotto; ROCHA, Claudia Hilsdorf; MACIEL, Ruberval Franco. **Letramento Crítico e Afeto na Educação Linguística Contemporânea**:: reflexões sobre propostas educativas na universidade. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 25, n. 2, p. 36-52, 2022. Disponível em: < Letramento Crítico e Afeto na Educação Linguística Contemporânea:: reflexões sobre propostas educativas na universidade | Signum: Estudos da Linguagem>. Acesso em 19 dez. 2024.

[16] KLEIMAN, Angela. **Letramento e Transformação Social: Uma Perspectiva Crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

[17] MATTIONI, Carin Lisia Geiss; DALL'OSTO, Lidiani Francieli Cavinato. **Reflexões para a formação do professor: alfabetização e letramento, o desafio de uma nova prática [**recurso eletrônico]. Anais do 5º Mostra de Trabalhos de Professores da Rede, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), 2018.

[18] MATTOS, Elisa. **Letramento (s) na contemporaneidade: desenvolvendo habilidades de leitura crítica para a inclusão digital**. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, v. 12, n. 3, p. 141-155, 2019.

[19] MOREIRA-LEITE, J. R. Letramento crítico: uma proposta de uso do Facebook nas aulas de língua inglesa. Eventos Pedagógicos, v. 5, n. 1, 2014. https://doi.org/10.30681/reps.v5i1.9483. Acesso em: 19 de dez. 2024.

[20] OLIVEIRA, R. **Práticas pedagógicas e inclusão social: uma abordagem crítica.** Rio de Janeiro: Editora Saber. 2022.

[21] PEREIRA, Luciana; SANTOS, Renata. **Educação para Todos: superando barreiras no ambiente escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2021.

[22] SANTANA, Eliara. **O letramento midiático e a educação libertadora de Paulo Freire.** *Jornal GGN*. Disponível em: https://jornalggn.com.br/educacao/o-letramento-midiatico-e-a-educacao-libertadora-de-paulo-freire-por-eliara-santana/. Acesso em: 23 dez. 2024.

[23] SANTOS, A., & SILVA, M.. **Desigualdades educacionais no Brasil: desafios e soluções**. Brasília: MEC. 2021.

[24] SARDINHA, P. M. M. **Letramento crítico: uma abordagem crítico-social dos textos. Linguagens & Cidadania.** 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/32421. Acesso em: 18 dez. 2024.

[25] SAVIANI, Dermeval. ***Escola e democracia*.** Campinas: Autores Associados, 2018.

[26] SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1998. Disponível em: https://ia800505.us.archive.org/23/items/OQueELetramentoEAlfabetizacao/Um%20tema%20em%203%20g%C3%AAneros.pdf. Acesso em: 24 dez. 2024.

[27] TORRES, Patrícia Lupion; IRALA, Esrom Adriano Freitas. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. In: **Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento**. Curitiba: Senar, p. 61-93, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4514719/mod_folder/content/0/Aprendizagem-colaborativa.pdf. Acesso em: 24 dez. 2024.

[28] VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Marcia Eliza de Godoi. **Educação e desenvolvimento: transformação e ascendência de uma sociedade. Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 177-190, 2019. Disponível em: < 1918-Texto do artigo-7129-1-10-20191220.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Capítulo 13

A importância da literatura infantil para o letramento cultural[1]

Rosete Queiróz Ferreira Conceição[2]
Samira Mis da Silva Rodrigues[3]
Vitória Andrade da Silva[4]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[5]

Resumo: A literatura infantil desempenha um papel fundamental no processo de letramento cultural, uma vez que proporciona à criança uma forma lúdica e significativa de acessar e compreender diferentes aspectos da cultura. Este artigo investiga a relevância do letramento infantil como ferramenta para o letramento cultural, destacando a importância da literatura infantil na construção de conhecimentos culturais e sociais. A pesquisa tem como objetivo geral compreender a importância da literatura infantil no desenvolvimento do letramento cultural e, como objetivos específicos, evidenciar o papel da literatura infantil nesse processo destacando a eficácia do letramento cultural para a formação de uma visão de mundo mais ampla e crítica. Utilizando uma abordagem qualitativa e metodologia bibliográfica, a pesquisa se baseia em artigos e livros de autores especializados, buscando compreender como a literatura infantil pode ser aplicada de maneira mais significativa em sala de aula para promover o letramento cultural. A pesquisa aponta para a necessidade de uma pedagogia que utilize a literatura infantil de forma intencional, a fim de proporcionar às crianças uma compreensão mais rica e diversificada da cultura, favorecendo o desenvolvimento de sua identidade e consciência crítica.

Palavras-chave: Literatura infantil. Letramento cultural. Educação. Ensino.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina Metodolofa do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[2] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[3] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[4] Pós-graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.
[5] Docente e orientadora do curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

A literatura infantil é uma das mais potentes ferramentas pedagógicas no desenvolvimento cognitivo e cultural das crianças. Desde os primeiros anos de vida, os livros e narrativas infantis oferecem uma rica possibilidade de construção de sentidos sobre o mundo, contribuindo para a formação de valores, atitudes e conhecimentos. Nesse contexto, o letramento infantil não se restringe apenas ao domínio da leitura e escrita, mas se expande para o letramento cultural, que envolve a apropriação de referências culturais, sociais e históricas presentes nas narrativas literárias.

O letramento cultural, entendido como o processo de integração da criança ao universo simbólico e cultural de sua sociedade, tem grande relevância no cenário educacional contemporâneo, pois prepara os jovens leitores para uma convivência crítica e reflexiva em um mundo multicultural e dinâmico. A literatura infantil, ao abordar temas diversos como identidade, etnia, tradição, valores e conflitos sociais, se apresenta como um mediador essencial nesse processo, oferecendo uma plataforma para o reconhecimento e a valorização das múltiplas culturas.

Acredita-se que, ao incorporar a literatura infantil de maneira mais intencional e significativa, os educadores podem fomentar uma educação mais inclusiva e plural, que respeite e celebre a diversidade cultural em suas diversas formas, além de ser uma fonte de prazer e entretenimento, desempenha um papel fundamental no processo de formação e socialização das crianças. Ao longo da infância, os livros oferecem uma gama de benefícios além do conhecimento linguístico. Por meio, das histórias, personagens e universos criados, a literatura infantil possibilita que as crianças entrem em contato com diferentes realidades e contextos sociais, promovendo o que pode-se chamar de letramento cultural.

Este artigo tem como objetivo geral compreender a importância da literatura infantil no processo de letramento cultural, buscando evidenciar a relevância desse tipo de literatura para a formação de uma consciência cultural mais ampla e crítica. Ao explorar essa temática, pretende-se destacar como o uso de livros infantis em sala de aula pode facilitar o acesso das crianças a diferentes contextos culturais, contribuindo para o desenvolvimento de sua identidade e o fortalecimento de sua percepção crítica sobre o mundo que as cerca. Propõe a refletir sobre a importância da literatura infantil no desenvolvimento do letramento cultural, analisando como os livros podem ser um meio eficaz para a ampliação do repertório cultural das crianças.

2. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A literatura Infantil é de grande importância no desenvolvimento das crianças em todos os aspectos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a leitura é um pilar fundamental para o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil: Incentiva o gosto pela leitura, estimula a imaginação e a criatividade, amplia o conhecimento fortalece os laços sociais, promove a diversidade cultural e constrói uma base sólida para o aprendizado futuro. É satisfatório, ver e incentivar a criança a ter prazer na leitura, o docente deve criar métodos interessantes que estimule o aluno a ter hábito de leitura e ao mesmo tempo seja prazeroso para o mesmo, pois atualmente na era digital as crianças fazem o uso exagerado das telas. É necessário criar estratégias pedagógicas para inserir a leitura de livros infantil desde que a criança é inserida no âmbito escolar de forma que ao ler a criança utilize do imaginário e

O desenvolvimento cognitivo infantil deve ser trabalhado o quanto antes que puder, por meio do sistema cognitivo que a criança adquire conhecimento e coloca em pratica o seu potencial através da memorização, da imaginação ou do raciocínio.

Segundo Góes (2010.p.47):

> O desenvolvimento da leitura entre crianças resultará em um enriquecimento progressivo no campo dos valores morais, da cultura da linguagem e no campo racional. O hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espirito critico, principalmente a leitura de livros que formam o espirito critico, enquanto a repetição de estereótipos empobrece.

No contexto da educação infantil a literatura deve ser compreendida como algo que vai além de simples livros ilustrados, representando, na verdade, uma ferramenta poderosa para promover mudanças significativas na vida das crianças. Por meio da literatura, a criança amplia seu vocabulário, adquirindo novas palavras e aprimorando sua linguagem. Além disso, a literatura oferece a oportunidade de viajar pelo mundo, conhecendo diferentes culturas e aprendendo a respeitar as diferenças e crenças.

Esse processo contribui para transformações profundas no desenvolvimento infantil, estimulando seu crescimento cognitivo, social e emocional. Ao comparar duas crianças, uma que já participa da Educação Infantil e outra que não, é possível perceber a diferença significativa em diversos aspectos de seu desenvolvimento. A criança que já vivencia a vida escolar tende a se destacar de forma mais notável.

A literatura Infantil na Educação Infantil é importante e faz um elo de um bom desempenho no letramento da criança. e tem um papel fundamental na alfabetização. Sendo ela um dos pilares essenciais da educação infantil, desempenhando um papel decisivo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Nesse estágio da vida, a leitura é um processo complexo que ultrapassa a mera decodificação de palavras, envolve uma experiência enriquecedora que contribui para o desenvolvimento da linguagem, a formação de valores e a expansão do repertório cultural**.** A literatura infantil tem a capacidade de criar vínculos afetivos com os leitores mais jovens, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de aprendizado que são cruciais para a formação de uma base sólida para a aprendizagem ao longo da vida.

A exposição precoce a literatura infantil potencializa habilidades linguísticas e cognitivas. Durante a leitura, as crianças são expostas a novas palavras, frases e construções linguísticas, o que amplia seu vocabulário e aprimora a compreensão de estruturas gramaticais e sintáticas. Além disso, ao ouvir histórias, as crianças passam a internalizar a linguagem e a perceber como ela pode ser usada para expressar pensamentos, sentimentos e ideias.

Estudos, como os de Hirsch (2006), apontam que o acesso à literatura desde os primeiros anos de vida está relacionado diretamente ao desempenho acadêmico em etapas posteriores da vida escolar. A familiaridade com os livros e o gosto pela leitura promovem a fluência verbal, facilitando a comunicação e a expressão. A literatura infantil também estimula a imaginação e a criatividade, permitindo que a criança construa imagens mentais a partir da palavra escrita e desenvolva uma capacidade mais apurada para resolver problemas e fazer conexões entre diferentes ideias.

Por fim, a literatura infantil é de suma para a promoção da leitura e a formação de hábitos literários desde cedo. O gosto pela leitura desenvolvido na infância é um dos maiores indicadores de sucesso acadêmico e pessoal ao longo da vida. Quando as crianças têm acesso a livros desde os primeiros anos de vida e são estimuladas a participar de atividades de leitura em voz alta, elas desenvolvem uma relação afetiva com os livros, associando-os a momentos de prazer, descoberta e aprendizado. Vygotsky (2007) já afirmava que a interação social e o envolvimento com materiais culturais, como os livros, são fundamentais para a maturação cognitiva da criança, especialmente quando mediado por um adulto que possa contextualizar e discutir as histórias.

A leitura regular e o acesso a livros variados contribuem para que as crianças se familiarizem com a escrita, a narrativa e a estrutura dos textos, facilitando a transição para a leitura independente. Além disso, o ato de compartilhar histórias e discutir livros com outras crianças ou com os educadores promove um ambiente de aprendizagem colaborativa, fundamental para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e sociais.

3. A LITERATURA INFANTIL E SEU PAPEL NO LETRAMENTO CULTURAL

O letramento infantil, entendido como o processo pelo qual a criança se apropria da língua escrita, vai além da simples decodificação de palavras. Envolve, também, a compreensão dos sentidos e significados que a leitura e a escrita carregam no contexto social e cultural. Nesse processo, a literatura infantil desempenha um papel central, contribuindo para o desenvolvimento linguístico, fermentando assim o letramento cultural, que envolve a ampliação do repertório cultural, social e simbólico da criança.

A literatura infantil, portanto, se configura como um instrumento essencial para a formação de leitores críticos e cidadãos conscientes, permitindo à criança acessar diferentes universos culturais e sociais.

Segundo Soares (2004), o letramento implica uma abordagem holística, diferentemente da simples instrução técnica em leitura e escrita. Trata-se de um processo mais amplo que implica a compreensão dos contextos sociais e culturais nos quais a língua escrita é utilizada. O letramento, portanto, abrange a capacidade de interpretar e produzir textos em diferentes formas e gêneros, considerando as situações comunicativas e as práticas sociais nas quais esses textos circulam.

A partir dessa compreensão, o letramento infantil transcende o ensino formal da língua escrita, envolvendo também o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura crítica e à interpretação de textos diversos. A literatura infantil, como um campo literário que se destina às crianças, possui um papel importante nesse processo, pois, ao apresentar à criança uma variedade de textos, ela contribui para a formação de sua visão de mundo, além de favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas e linguísticas.

A literatura infantil, quando inserida no contexto educacional de forma intencional e reflexiva, pode atuar como um potente recurso para o letramento cultural. A partir das obras literárias voltadas para o público infanto-juvenil, as crianças têm a oportunidade de acessar narrativas que refletem diversos aspectos da cultura e da sociedade. Isso é essencial para que elas compreendam e se reconheçam em diferentes realidades, ao mesmo tempo em que desenvolvem a capacidade de analisar criticamente o mundo à sua volta.

Em obras como “A casa de Edinho”, de Maria Clara Machado; “A estrela vermelha” de Ruth Rocha e o “O Saci” de Monteiro Lobato, apresentam as crianças personagens, cenários e situações que refletem a diversidade cultural e social do Brasil e do mundo.

De acordo com a teoria de Bakhtin (2003), as obras literárias são espaços de construção de sentidos que permitem ao leitor se confrontar com múltiplos pontos de vista e valores. Nesse sentido, a literatura infantil se torna um território privilegiado para a criança vivenciar experiências de alteridades, ou seja, a experiência do outro, fundamental para o desenvolvimento da empatia e da consciência crítica.

Segundo Lajolo (2012), a literatura infantil contribui de maneira significativa para o processo de letramento ao ampliar o horizonte de conhecimento da criança, tornando-a mais apta a compreender as diversas dimensões culturais e sociais. As narrativas literárias, ao problematizarem temas como identidade, relações de poder, diversidade étnica, e questões de gênero, abrem espaço para a reflexão sobre o mundo, além de possibilitar a construção de valores, atitudes e comportamentos que são fundamentais para a formação do cidadão crítico e participativo.

No contexto educacional, a aplicação da literatura infantil como um instrumento de letramento cultural exige uma abordagem pedagógica que excede a simples leitura e interpretação das obras. Os educadores devem adotar práticas que estimulem a reflexão crítica sobre os temas abordados nos textos literários, criando espaços de diálogo onde as crianças possam expressar suas opiniões, discutir diferentes perspectivas e elaborar suas próprias interpretações.

Além disso, é importante que a seleção das obras literárias seja diversificada e represente uma ampla gama de realidades e experiências culturais. Como argumenta Antunes (2014), a escola deve proporcionar à criança uma literatura que reflita a pluralidade cultural do Brasil, abordando os grandes autores clássicos e produções literárias contemporâneas que dialogam com as questões de gênero, raça, classe social e etnia.

Ao incentivar o letramento cultural, a literatura infantil também tem um papel essencial na formação da cidadania global. Em um mundo cada vez mais conectado, as crianças precisam ser preparadas para lidar com questões que envolvem diversidade cultural, direitos humanos, desigualdades sociais e respeito ao meio ambiente. As histórias infantis podem funcionar como um ponto de partida para debates sobre justiça social, direitos dos povos indígenas, o impacto da globalização e outras questões contemporâneas que envolvem a diversidade.

Segundo Kramer (2004) defende que a literatura infantil, quando bem escolhida, pode ser um fator de transformação social, porque ela não só ensina sobre outras culturas, mas também desafia valores estabelecidos, propondo novas formas de ver e agir no mundo.

Kramer ressalta o poder da literatura infantil como um agente transformador na sociedade. Quando os livros infantis são escolhidos de maneira cuidadosa e consciente, eles têm o potencial de transmitir informações sobre outras culturas e de provocar uma reflexão crítica sobre normas e valores tradicionais. Isso significa que a literatura infantil pode ir além do simples entretenimento ou da instrução básica, desafiando preconceitos, estereótipos e práticas discriminatórias que podem estar enraizados em uma sociedade.

Assim, a literatura infantil, segundo Kramer, tem um papel crucial na formação de uma sociedade mais justa e equitativa, pois ao educar para a diversidade e ao promover o

questionamento de valores preconceituosos, ela contribui para a transformação social ao cultivar crianças mais conscientes, abertas e críticas em relação ao mundo ao seu redor.

A representação da diversidade em livros infantis pode ocorrer de várias maneiras: por meio de personagens de diferentes etnias, de histórias que tratam de questões sociais como o racismo, a intolerância religiosa e a discriminação, ou até mesmo de narrativas que abordam a importância de viver em um mundo plural.

Segundo Nikolajeva (2009) e a literatura infantil tem o poder de ampliar os horizontes das crianças, desafiando estereótipos e incutindo valores de tolerância e solidariedade. Além disso, os livros infantis podem ser fundamentais para a superação de preconceitos, ao permitir que as crianças conheçam diferentes realidades e culturas, favorecendo a construção de um olhar mais empático sobre as diversidades étnicas, culturais e sociais.

A literatura infantil tem o potencial de despertar a consciência crítica nas crianças, ao abordar questões como desigualdade social, preconceito, racismo, gênero, entre outras. As histórias podem apresentar situações em que as crianças questionam as normas estabelecidas, refletindo sobre a justiça, a liberdade e os direitos humanos. Esse aspecto do letramento cultural é importante, pois permite que as crianças entendam o mundo ao seu redor e desenvolvam a capacidade de agir de maneira consciente e responsável.

Ao longo da história, a literatura tem sido uma forma de transgressão cultural, contribuindo a desafiar normas e a criar novos paradigmas para a convivência humana. No contexto infantil, isso se traduz na capacidade de formar cidadãos conscientes e participativos, que compreendem as questões sociais e culturais e se sentem motivados a agir para transformar a realidade.

4. LETRAMENTO CULTURAL E A DIVERSIDADE CULTURAL NA LITERATURA INFANTIL

O letramento cultural na educação infantil não se limita à leitura de livros sobre outras culturas, mas deve envolver uma abordagem pedagógica que fomente o respeito pela diversidade. Henry Giroux (2001), argumenta que a educação deve ser um processo que desafie as estruturas de poder e as desigualdades sociais, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos críticos e conscientes. Nesse contexto, a literatura infantil pode ser uma forma de subverter as normas culturais dominantes e promover uma educação que respeite a pluralidade de identidades.

Giroux (1997), sugere que a educação deve ser um espaço de resistência às narrativas homogêneas e hegemônicas, permitindo que as crianças se reconheçam como agentes de transformação social. Ao explorar diferentes culturas e realidades através da literatura, as crianças são convidadas a questionar as normas estabelecidas e a entender as dinâmicas de poder que moldam as sociedades. Esse processo não apenas desenvolve a capacidade de leitura e escrita, mas também a habilidade de compreender o mundo a partir de diversas perspectivas culturais.

No campo da educação, o letramento cultural implica um processo que prepara o aluno para ser um agente crítico e reflexivo, capaz de analisar as diferentes formas de conhecimento e de interação social, o que inclui a compreensão das dinâmicas de poder e

as relações culturais que definem a sociedade. Essa visão é central para entender o papel da literatura infantil no desenvolvimento do letramento cultural.

A diversidade cultural pode ser entendida como a coexistência e a interação de diferentes culturas, identidades e formas de expressão. Na literatura infantil, a diversidade cultural abrange à inclusão de diferentes etnias ou nacionalidades juntamente com a representação de variadas experiências de vida, modos de ser e perspectivas sobre o mundo.

Autores como Medeiros (2005) e Kramer (2004) ressaltam que, ao abordar a diversidade cultural, a literatura infantil tem o poder de desafiar estereótipos, desconstruir preconceitos e ampliar os horizontes de visão das crianças. De acordo com Nikolajeva (2009), a literatura infantil oferece um meio de socialização com a cultura dominante é também uma ferramenta para o desenvolvimento da empatia, ao permitir que a criança se identifique com personagens de diferentes origens e contextos.

Por meio de livros que abordam questões como racismo, intolerância, diferenças de classe social, diversidade religiosa e sexual, as crianças têm a oportunidade de refletir sobre os próprios valores e estereótipos, desenvolvendo um olhar mais crítico e respeitoso sobre as diferenças.

A obras literárias que apresentam a diversidade de forma profunda e sensível, como as de autores que exploram a história de diferentes povos, tradições e costumes, proporcionam à criança uma experiência de aprendizagem mais rica e significativa. Segundo Branco (2012), a literatura infantil deve representar a diversidade cultural, promovendo o reconhecimento da riqueza das identidades múltiplas evitando uma visão homogénea e unificada das culturas.

Por exemplo, livros que abordam a imigração, o encontro de diferentes culturas ou as particularidades de uma cultura indígena, afrodescendente ou asiática, ajudam as crianças a entender o outro e a perceber as semelhanças e diferenças que nos tornam únicos, mas que também nos conectam como seres humanos.

A educação formal tem um papel central na promoção do letramento cultural, pois é na escola que as crianças e jovens têm a oportunidade de acessar diferentes formas de conhecimento cultural. Para que o letramento cultural seja efetivamente promovido, é necessário que a educação seja inclusiva e que envolva conteúdos que abordem a pluralidade cultural, histórias de diferentes povos, e temáticas sociais relevantes como o racismo, a desigualdade de gênero, os direitos humanos e as questões ambientais.

Nesse contexto, os docentes desempenham um papel fundamental, devem ser capazes de selecionar materiais didáticos que abordem a diversidade de maneira significativa, criando espaços de reflexão e diálogo.

Além disso, é importante que os professores desenvolvam estratégias que incentivem os alunos a questionar estereótipos, superar preconceitos e participar de práticas culturais diversas, favorecendo a construção de um conhecimento cultural amplo e profundo.

O letramento cultural é uma habilidade essencial para o desenvolvimento de indivíduos críticos, reflexivos e empáticos, capazes de compreender e interagir com a diversidade cultural presente na sociedade. Ele vai além do aprendizado de línguas e alfabetização convencional, envolvendo a capacidade de interpretar as múltiplas referências culturais que permeiam o cotidiano. Para que isso seja alcançado, é

fundamental que a educação, desde a infância até a adolescência, incentive uma compreensão crítica das culturas e valorize a diversidade como um componente essencial da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e pacífica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infantil, ao ser incorporada de forma significativa no processo educativo, pode ser uma poderosa ferramenta de letramento cultural. A literatura facilita o aprendizado das habilidades linguísticas, oferecendo as crianças o acesso a uma vasta gama de experiências e conhecimentos culturais que são essenciais para a formação de uma identidade crítica e plural. Ao ampliar os horizontes culturais e sociais dos pequenos leitores, a literatura infantil contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, capaz de lidar com a diversidade de forma mais consciente e ética.

Tem um papel fundamental no processo de letramento cultural, pois oferece às crianças a oportunidade de explorar, compreender e refletir sobre as diversas manifestações culturais que compõem a sociedade. Ao apresentar histórias, valores, costumes e tradições de diferentes contextos, ela amplia o repertório cultural dos pequenos preparando-os para o exercício da cidadania e da convivência em uma sociedade plural. Além disso, ao fomentar a imaginação e a empatia, a literatura infantil contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica e inclusiva do mundo. Assim, é crucial reconhecer a importância desse tipo de literatura não apenas como um meio de diversão, mas como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes e culturalmente enriquecidos.

Ao oferecer narrativas que abordam diferentes culturas, identidades e experiências de vida, a literatura infantil contribui para a formação de um cidadão global, consciente de sua identidade e da pluralidade de perspectivas que existem no mundo.

A promoção de um letramento cultural que respeite e celebre as diferenças é um desafio para educadores, escritores e ilustradores, mas é, sem dúvida, um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, empática e justa.

REFERÊNCIAS

[1] ANTUNES, Celso. **A construção do leitor literário**: A prática de leitura no ensino fundamental. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

[2] BAKHTIN, Mikhail. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[3] BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.*

[4] *GIROUX, Henry A. Living Dangerously: Identity Politics and the New Cultural Racism. Cultural Studies, London, v. 7, n. 1, p. 1-27, 1997.*

[5] GÓES, L. P. **Introdução à Literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010.

[6] HIRSCH, E. D. **The Knowledge Deficit:** Closing the Shocking Education Gap for American Children. Houghton Mifflin Harcourt,2006.

[7] KRAMER, S. ***O Livro Infantil****: O que, Como e Para Quem*. Editora Cortez,2004. *Cultural*. Editora Parábola,2012.

[8] LAJOLO, Marisa. **O prazer da leitura**: Reflexões sobre a leitura infantil. São Paulo: Ática, 2012.

[9] MEDEIROS, M. T. **A Literatura Infantil e a Construção da Cidadania**. Editora Ática,2005.

[10] NIKOLAJEVA, M. **The Rhetoric of Character in Children's Literature**. Scarecrow Press,2009.

[11] SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: Uma perspectiva sociopolítica.10. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

[12] VYGOTSKY, L. S. **A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE**. EDITORA MARTINS FONTES,2007.

Capítulo 14

A contribuição dos jogos e o impacto na aprendizagem: metodologias lúdicas na alfabetização[1]

Patrick James Cordeiro dos Santos[2]
Thâmara Regina Rodrigues de Meireles[3]
Me. Prof.ª Luiza Maristela de Souza Oliva[4]

Resumo: Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão acerca da contribuição dos jogos e o impacto na aprendizagem com metodologias lúdicas na alfabetização, para elencar que os jogos desenvolvem e estimulam novas habilidades, fazendo com que a aprendizagem seja prazerosa. A escola precisa organizar seus conhecimentos, partindo do interesse dos alunos, para assim atingir um resultado significativo na aprendizagem. Por conseguinte, os jogos contribuem para que o aluno construa de forma individual ou em grupo, seus próprios meios de conhecimentos, exercitando seu raciocínio lógico, suas relações sociais e também aprendendo a enfrentar dificuldades que venham a aparecer no seu dia a dia. Logo, por meio desta pesquisa entende-se que os jogos promovem uma aprendizagem mais significativa, que são transmitidos dentro de uma sala de aula, quanto em uma área fora do contexto escolar, contribuindo assim para a formação do indivíduo. O estudo contou com pesquisas bibliográficas e embasamentos em obras disponíveis em livros, monografias, revistas eletrônicas, anais, entre muitos outros. Dentre os teóricos trabalhados, destacam-se: Jean Piaget (2010), Mattos (2009), Rau (2007), Vigotski (2007).

Palavras-chave: Jogos. Aprendizagem. Metodologias. Alfabetização.

---

[1] Artigo a ser apresentado como nota final da disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE.
[2] Pós-Graduando do Curso de Alfabetização e Letramento da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE.
[3] Pós-Graduanda do Curso de Alfabetização e Letramento da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE.
[4] Docente e orientadora do Curso de Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança - FAFIBE.

1. INTRODUÇÃO

Este escrito busca elencar alguns dos muitos jogos lúdicos, usados como estratégias e metodologias diferenciadas de aprendizagem, a fim de tornar o ambiente e o processo de ensino-aprendizagem menos engessado e mecanizado, por outro lado, torná-lo atrativo sem perder a eficácia de práticas ditas como sendo tradicionais e comuns. Primordialmente, se faz necessário aqui, ainda que seja de conhecimento empírico e incontestável, citar a importância que muitos teóricos nos deixaram e contribuíram, para que hoje pudéssemos discutir, pensar e aplicar, atividades divertidas e estimulantes, também chamadas de libertadoras, bem como nos disse e nos deixou como legado, o grandioso Paulo Freire, que não somente atestou essa sua fala, como também as comprovou. Deixando para a educação a nível internacional, contribuições, estudos, pensamentos, e métodos esses, que deu a ele o título de patrono da educação brasileira. Existindo assim uma educação antes de Freire e uma após.

Logo, a discussão que será abordada no decorrer deste artigo, não tempo objetivo criticar os métodos ainda tidos por muitos como sendo mais eficazes e tradicionais, e sim de pontuar e levantar algumas das muitas possibilidades de mudar esse cenário, tornando assim o ambiente escolar como um todo, não somente o de sala de aula, mais prazeroso e que instiguem os pequenos aprendizes, nossas crianças, a quererem ir à escola não somente brincar, mas aprender por meio de brincadeiras educativas que as favorecerão em diversos aspectos, tanto físicos como mentais.

Foi pensando nisso que essa discussão tem por finalidade elucidar algumas práticas educativas por meio de jogos, pelas quais os alunos conseguem absorver, assimilar, memorizar e aprender de forma mais prazerosa e divertida, alguns dos muitos conteúdos basilares, tido por muitos deles, como sendo enfadonhos, assim como sendo o terror para alguns muitos professores, pela resistência encontrada por seus alunos. Dessa forma, essa discussão será dividida em três partes, são elas: uma breve exposição sobre o jogo na aprendizagem; jogos para desenvolver o raciocínio lógico; e por fim os jogos para desenvolver habilidades de leitura e compreensão de texto.

2. O JOGO NA APRENDIZAGEM

O jogo e a brincadeira estão presentes em todas as fases da vida, fazendo com que as crianças se desenvolvam de forma prazerosa, de acordo com a teoria Piagetiana, o desenvolvimento humano é ligado a três instâncias, são elas: dos jogos de exercícios, cujo indivíduo se desenvolve por meio da repetição; jogo simbólico, onde se aprende através do faz de conta; e o da imaginação e pelo jogo de regras, cujas crianças se apropriam de regras e encontram estratégias para solucionar possibilidades criadas pelo jogo. As brincadeiras livres são aquelas cujos alunos são deixados à vontade para usar sua imaginação, regras ou o intuito de adquirir aprendizagem especifica para conhecimento de conteúdo referente ao planejamento escolar.

Para Leão (2015)

> o uso de jogos pode despertar nas crianças a motivação, a expressividade, a imaginação, a linguagem comunicativa, a atenção, a concentração o raciocínio lógico; podem englobar diferentes áreas do conhecimento, por isso constitui um recurso de ponta no processo de alfabetização/letramento. (Leão, 2015, p. 650).

Para inserir jogos como ensino aprendizagem é necessário que se conheça o meio social a qual o aluno vive, o educador precisa identificar os conhecimentos que ele já adquiriu em sua convivência no meio social, o seu conhecimento de mundo. Para Matos (2009) o jogo é uma forma de desenvolvimento das atividades cognitivas e manipulativas das crianças desde cedo, ele sustenta que

> O jogo faz parte do cotidiano do aluno, por isso ele se torna um instrumento motivador no processo ensino aprendizagem, além de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades. Em síntese a educação lúdica, entendida como o aprender brincando, integra na sua essência uma concepção teórica profunda e uma concepção pratica atuante a concreta. Seus objetivos são as estimulações das relações cognitivas, afetivas, verbais, psicomotoras, sócias, a mediação socializadora do conhecimento e a provocação para uma reação criticam e criativa dos alunos (MATTOS, 2009, p.56).

Os jogos por serem mediados e ministrados fora da sala de aula (o recomendado) insere o aluno a pensar mais, a instigar seu cérebro para ver o que está ao seu redor, não somente o quadro branco e as paredes na sala de aula, mas a forma geométrica entre os conteúdos didáticos que pode ser enfatizado dentro daquele ambiente, que pode encontrar em uma árvore do pátio da escola, no banco e em muitos outros lugares que sua imaginação puder alcançar. O reflexo mais importante que o aluno pode aprender com os jogos é a capacidade de criar e solucionar questões tirando suas próprias conclusões, o fazendo ter confiança naquilo que aprendeu.

Rau (2007) pontua que "O entendimento do jogo como recurso pedagógico, passa pela concepção de que, se a escola tem objetivo a atingir e o aluno busca a construção do seu conhecimento, qualquer atividade dirigida e orientada visa a um resultado e possui finalidades pedagógicas".

Os jogos facilitam no processo de construção do conhecimento, o aluno resolve questões por meio de seus erros e acertos, incentivando-os a refletir, pensar sobre problemas muitas vezes já vividos por eles, bem como os jogos também facilitam a coordenação motora, ajudando assim na ortografia dos alunos, quando bem planejados e orientados tornam-se interdisciplinares, fazendo com que o aluno melhore em todas as matérias escolares, embora a meta dos professores é que todos consigam realizar as atividades.

Grassi (2013) afirma que

> A utilização dos jogos e brincadeiras, na educação, no trabalho pedagógico e psicopedagógico, com sujeitos que apresentem ou não dificuldades de aprendizagem apresenta-se como uma alternativa interessante, pois pode despertar o interesse e o desejo de aprender e, ao mesmo tempo, pode possibilitar o desenvolvimento de estrutura de pensamento mais elaborado, a apropriação e a construção de conhecimento, enfim a aprendizagem.

Jogar oferece prazer a quem participa, exigindo um esforço mental, físico e emocional, e assim desenvolvendo disciplina, concentração, descobrindo novas estratégias, o aluno motivado supera as dificuldades relacionadas à cognição e a emoção proporcionando uma aprendizagem em que, o aluno reflita sobre suas ações, assimilando

questões vivenciadas por adultos o qual muitas vezes são inseridas no seu dia a dia.

Conforme Antunes (2014)

> A criança até os três anos de idade, quando jogam, não percebem nessa ação qualquer diferença com o que os adultos consideram um trabalho. Vivem a fase que Piaget chamava de anomia e, dessa forma, não podem compreender regras. Assim adoram ajudar a mãe a varrer a casa ou fazer bolos, não porque exista valor ou utilidade nessas ações, mas porque são essas as atividades interessantes e divertidas. Essa forma de pensar, entretanto, modifica – se, e já a partir dos quatro a cinco anos é que buscam benefícios através do jogo, mesmo que estes sejam o elogio da sua ação.

Os jogos são ferramentas que auxiliam o desenvolvimento do autoconhecimento de forma lúdica, o professor precisa antes de começar a atividade, explicar as regras e executar o jogo com a finalidade de alcançar seu objetivo que, sempre será a aprendizagem, que ele poderá usar em outras matérias, para que os alunos percebam que o jogo mesmo sendo com números, poderá ser levantado questões de outros assuntos dentro da sala de aula.

O Referencial Curricular para Educação Infantil, já nos sinalizava lá em 1998 que

> Não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relacionadas a conceitos, procedimentos ou atitudes explicativas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituídas de objetivos imediatos pelas crianças. Pode – se, entretanto, utilizar os jogos especialmente àqueles que possuem regras, como atividade didática. É preciso, porém que o professor tenha consciência de que as crianças não estão brincando livremente nessas situações, pois há objetivos didáticos em questão. (BRASIL, 1998, p.29).

A partir dessa concepção os alunos passam a compreender, assimilar, utilizar regras, o qual será inserido no processo de aprendizagem que favorecem não só o âmbito escolar, mas também o meio social em que vive.

3. A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS PARA O RACIOCINIO LÓGICO

O raciocínio lógico é um processo que requer organização, pensamentos analíticos, críticos e de muita atenção, é fundamentado em dados que podem ser comprovados, por esse motivo seu resultado será preciso e exato, o raciocínio lógico é desenvolvido através de exercícios lógicos que contribuem para que as habilidades mentais sejam desenvolvidas e transformar o local onde vive sempre que necessário.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, matemática, 1997) pontua que

> [...] É importante que a matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidade intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio a construção de conhecimentos em outras áreas curriculares.

O professor deve sempre incentivar os alunos, usando metodologias diferenciadas, que transformem conteúdos tradicionais em atividades que aguçam a curiosidade, que desafia, estimula, sendo esta atrativa, propiciando prazer e diversão, fazendo com que eles busquem atingir a resposta certa, e assim desenvolvendo o raciocínio lógico, buscando atingir o resultado desejado, sendo esse fundamental para aprender a matemática.

Ribeiro (2009) destaca que

> [...] Ao elaborar e propor um jogo didático para as aulas de matemática é fundamental que o professor perceba que a atividade de ensino não se e fazer questionamentos resume no ato de jogar. A exploração do jogo, após uma conclusão pode desencadear o tratamento de diferentes ideias matemáticas, assim como desenvolver habilidades, buscando diferentes estratégias, analisando procedimentos, habilidades essas consideradas no processo de resoluções de problemas.

Nesse aspecto, é importante considerar que o aluno buscará resultados reais e percorrerá diferentes caminhos, estratégias variadas, fazendo com que raciocine para alcançar o resultado correto, visto que quando ele joga, desenvolve habilidades, analisa as regras, faz uma relação entre as normas do jogo e os conceitos da matemática, o papel do professor é somente orientá-lo e deixar que o aluno identifique seus erros e acerto.

Moura (1992) diz que

> O jogo... desestrutura o sujeito que parte em busca de estratégias que o levem a participar dele. Desperta então no sujeito uma vontade de querer jogar, da mesma forma que o resolvedor é envolvido em buscas de instrumentos novos de pensamento para solucionar os problemas que lhe são colocados. Assim o jogo pode ser considerado um problema em movimento.

O ser humano se desenvolve de acordo com a evolução do seu pensamento, assim ao incentivar que o aluno busque modificar os processos mentais através dos jogos de raciocínio lógico, ele evolui a sua percepção, a memória e atenção, ajustando-se a realidade e sobressaindo onde existem ações em que usa seu raciocínio para obter soluções.

No pensamento de Vigotski

> [...] O raciocínio prático apresenta alguns pontos semelhantes com o pensamento adulto, deferindo em outros, além de enfatizar o papel dominante na experiência social no desenvolvimento humano, [...], a experiência social exerce seu papel através do processo de imitação: quando a criança imita a forma pela qual o adulto usa instrumentos e manipula objetos, ela está dominando o verdadeiro princípio envolvido numa atividade particular. (2007, p.29).

Nesta perspectiva, a criança busca sempre imitar os adultos em sua forma de pensar, por esse motivo é importante que as escolas propiciem através de jogos metódicos e lúdicos atuações em que elas desenvolvam suas capacidades intelectuais para que se estruturem os pensamentos e seu raciocínio lógico para que tenha mudança, tanto no professor como no aluno para assumir novos métodos de ensino-aprendizagem que serão

de fundamental importância no desenvolvimento não só escolar, mas também social do aluno.

Bem como afirma D'Ambrosio

> Sem dúvida aquele professor que vai passar informações, ensinar algo, repetir conhecimentos feitos e congelados, e cobrar aquilo que ensinou, estão com os dias contados. O novo professor é fundamentalmente um facilitador da aprendizagem do aluno e um companheiro na busca do novo. (2016. p.34)

Vale ressaltar que é necessário complementar na prática escolar o raciocínio lógico, para que as crianças estejam preparadas para solucionar os problemas encontrados no seu cotidiano não só escolar, mas também no seu dia a dia.

Scolari (2007) cita que

> da mesma forma que na leitura ou escrita, o raciocínio lógico na resolução de problemas matemáticos é um fator de extrema importância. É fundamental que os alunos compreendam e raciocinem sobre o que está sendo proposto e não somente decorem e apliquem formulas.

Assim, a criança constrói sua autonomia incentivando a pensar com a sua própria cabeça, não mais esperar por respostas prontas, logo o professor deve dispor de materiais que incentive que a faça progredir em seus conhecimentos, mantendo sempre ativo seu raciocínio lógico.

4. JOGOS PARA DESENVOLVER HABILIDADES DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTO

Os jogos são meios de interação entre o aluno e o livro, é um recurso cujo professor usa os métodos sensoriais e fônicos para apresentar a leitura ao aluno de uma forma lúdica e divertida, fazendo com que se desenvolva o gosto pela leitura e compreensão do seu significado.

Piaget (2010) sinalizou que a aprendizagem com relação aos jogos, utiliza o critério para a libertação do conflito.

> O emprego do lúdico propiciara a capacidade de compreensão nas diversas áreas do conhecimento e atingir o objetivo desejado. Para isso é necessário que o professor enriqueça os ambientes com diversos jogos e os alunos irão descobrir os conceitos inerentes às estruturas dos jogos por meio da manipulação. (2010, p.190).

A leitura quando inserida na escola como jogo, faz com que o aluno aprenda de forma divertida, o que muitas vezes, ele considera um "bicho de quatro cabeças", os conteúdos quando relacionados a jogos, muda o ambiente da sala de aula, podendo ser inserido no início das aulas para que o estudante tenha interesse e reforce o seu aprendizado.

Sobre isso, Smole (2007) afirma que

> É preciso ampliar as estratégias e os materiais de ensino e diversificar as

> formas e organizações didáticas, para que juntos com os alunos, seja possível criar um ambiente de produção ou de reprodução do saber e, nesse sentido, acreditam que os jogos atendem a essas necessidades.

Vários jogos são usados para ensinar a leitura e a compreensão de texto, são alguns deles: caça palavras, bingo das palavras, ditado maluco, forca e outros. O material concreto é importante como recurso pedagógico usado pelo professor, faz com que as crianças desenvolvam a leitura, compreensão textual, vocabulário e fluência, estimulando e motivando seu interesse para que aprendam mais. Oliveira (2024) em um artigo sobre educação, com transcrições de uma palestra dada por Daniel Goleman, apontou com base em falas desse último, que "A capacidade de focar e manter a atenção são essenciais para absorver informações, processa conhecimentos e resolver problemas".

É preciso que os alunos descubram que eles são responsáveis por sua aprendizagem e que não podem esperar somente que o professor traga as respostas e resolva os problemas, logo, os jogos são meios pelos quais os alunos buscam sozinhos as suas respostas. Há a necessidade de entenderem que o jogo na sala de aula não é somente para se divertir ou brincar, não é um mero passa tempo, a escolha do jogo também é fundamental para que aconteça a aprendizagem do conteúdo trabalhado.

Smole, Diniz e Milani (2007) defendem que

> Um jogo pode ser escolhido porque permitirá que seus alunos comecem a pensar sobre um novo assunto, ou para que eles tenham um tempo maior para desenvolver a compreensão de um conceito, para que eles desenvolvam estratégias de resolução de problema ou para que conquistem determinadas habilidades que naquele momento você vê como importantes para o processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, quando o aluno e o professor conseguem usar o jogo como um facilitador para que a aprendizagem seja proveitosa, o jogo deve ter propósitos, para que os objetivos sejam alcançados e que os pontos negativos sejam trabalhados para melhorar o aprendizado. A relevância que se têm ao escolher e decidir trabalhar com jogos em sala de aula, não apenas como um mero passatempo, a fim de propor um entretenimento e ocupar os alunos, mas de algo que venha a contribuir com o desenvolvimento desses, é de suma importância, bem como reiteram Smole, Diniz e Milani (2007), "uma vez escolhido o jogo por meio de um desses critérios, seu início não deve ser imediato: é importante que você tenha clareza se fez uma boa opção, por isso antes de levar o jogo aos alunos, é necessário que você o conheça jogando.

5. METODOLOGIA

O trabalho engloba um levantamento bibliográfico feito por meio de pesquisas, livros, em internet e em local onde tenham dados disponíveis e relevantes sobre o tema pesquisado. De acordo com Fonseca

> A Pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teórico já analisado, e publicado por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos cientifico, páginas de web site. Qualquer trabalho cientifica inicia – se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (2002, p.32).

A abordagem qualitativa é definida como um tipo de investigação voltada para os aspectos qualitativos de uma determinada questão. Isto significa que ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente. Assim, afirma Martins

> O ponto principal a enfatizar, no que se refere especificamente á metodologia qualitativa, é que, com ela, a pesquisa depende, fundamentalmente, da competência teórica e metodológica do cientista sócia. Trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição, da imaginação e da experiência do sociólogo, o que não significa que no caso da metodologia quantitativa também não seja requerida a competência: é que, neste caso, a formalização técnica acaba dominando o pesquisador. (2004, p.293).

A pesquisa foi baseada no método dialético e como corrobora Frigotto

> No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social (2006, p.81).

Para identificar um objeto é necessário que se faça uma pesquisa de todas as suas descrições, o método dialético é oposto a todo conhecimento inflexível, dado que tudo vive em constante mudança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendemos que a contribuição dos jogos na aprendizagem é de suma importância para que o processo seja realizado de forma clara e prazerosa, bem como a matemática, raciocínio lógico e compreensão textual não carecem de serem ensinadas somente no método tradicional, visto que a aprendizagem tem que ser levada para o seu convívio social. Sob esse ponto de vista, compreender que os jogos contribuem para a absorção de conhecimentos dos alunos, é criar metodologias diferenciadas que possam levá-los ao desenvolvimento de suas habilidades dentro e fora da sala de aula.

Sendo assim, ao realizarmos uma sucinta análise, o jogo na aprendizagem deve ser utilizado de forma criativa, com que os alunos se envolvam nas aulas, possibilitando experiências significativas e prazerosas. O professor tem que ser o mediador para que os alunos compreendam que os jogos, não são um ato somente de brincar na escola, como também, métodos para que eles aprendam de forma divertida.

Por fim, ao averiguarmos sobre as práticas pedagógicas, o professor possui um papel de caráter ímpar, já que por meio de suas práticas, didáticas e metodologias, quando e se aplicadas de forma eficaz, a instigar os alunos, é o responsável por e a apresentar talvez em primeira mão, uma outra e mais divertida forma de aprender, talvez nunca antes vivida e explorada por eles.

Portanto, considera-se, que a contribuição dos jogos na aprendizagem, ajude os professores a formar cidadãos conscientes, que irão usar de seus conhecimentos adquiridos na sala de aula para resolver questões que encontrarem no dia a dia.

Acreditamos que o uso de jogos lúdicos pode ajudar nessa transformação de maneira bastante significativa.

REFERÊNCIAS

[1] ANTUNES, Celso. Jogos para a Estimulação das Múltiplas Inteligências. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014.

[2] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v.1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

[3] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacional: Matemática. MEC/SEF, 1997.

[4] D'AMBROSIO, U. Educação para uma sociedade em transição. 3.ed. revista e ampliada – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

[5] FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UEC, 2002.

[6] FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo, Cortez, 2006

[7] GRASSI, Tania Mara. Oficinas Psicopedagógicas. Curitiba: InterSaberes, 2013

[8] LEÃO, Marjorie Agre. O uso de jogos mediadores da alfabetização/letramento em sala de apoio das séries iniciais. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 44(2), p. 647-656, maio/ago. 2015.

[9] MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 289–300, 2004. DOI: 10.1590/S1517-97022004000200007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936.. Acesso em: 20 dez. 2025.

[10] MATTOS, Roberto Aldrin Lima. Jogos e Matemática: Uma relação possível. Salvador: R.A.L, 2009.

[11] MOURA, M. O jogo e a Construção do Conhecimento Matemático: FDE, 1992.

[12] OLIVEIRA, Ruan. Daniel Goleman identifica o papel da inteligência emocional na educação. Porvir. São Paulo, SP: 2024. Disponível em: https://porvir.org/daniel-goleman-identifica-o-papel-da-inteligencia-emocional-na-educacao/#:~:text=O%20autor%20destacou%20a%20import%C3%A2ncia,resolver%20problemas%E2%80%9D%2C%20disse%20Goleman. Acesso em: 22 dez, 2024.

[13] PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

[14] RAU, M. C. T. D. A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2007.

[15] RIBEIRO, Flavia Dias. Jogos e Modelagem na Educação Matemática. São Paulo: Saraiva, 2009.

[16] SCOLARI, Bernardi G.; CORDENONSI, A.O desenvolvimento do raciocínio lógico através de objetos de aprendizagem. Centro Universitário Franciscano - UNIFRA; Universidade federal de Santa Maria – UFSM, 2007.

[17] SMOLE, Katia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; MILANI, Estela. Jogos de Matemática 1º a 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2007.

[18] VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson